



TJ MG (Juiz)

Prova Comentada

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 16/08/2026, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para o **TJ-MG 2026**. Assim que divulgados o caderno de provas, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

De modo complementar, elaboramos também o Ranking do **TJ-MG** em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/rankings/8a19880c-01f0-4122-8d0d-0112a817c190/>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/f7f29822-d50c-42bc-854d-67fa4e6eee15>



Estratégia Carreira Jurídica – YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Vinicius Militão,

Coordenador do Sistema de Questões e Cast do Estratégia Carreiras Jurídicas.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

QUESTÃO 01. À luz do disposto na Lei nº 9.610/1998 – Lei de Direitos Autorais, assinale a afirmativa correta.

a) As obras situadas permanentemente em logradouros públicos podem ser representadas livremente, por meio de pinturas, desenhos, fotografias e procedimentos audiovisuais.

b) Os direitos morais do autor são renunciáveis, mas não alienáveis.

c) Constitui ofensa aos direitos autorais a reprodução em diários ou periódicos, de discursos pronunciados em reuniões públicas de qualquer natureza.

d) Constitui ofensa aos direitos autorais a reprodução, em um só exemplar de pequenos trechos, para uso privado do copista, desde que feita por este, sem intuito de lucro.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata das características dos direitos morais e das limitações aos direitos autorais, conforme a Lei nº 9.610/1998.

A alternativa A está correta, pois reproduz exatamente o que dispõe na Lei de Direitos Autorais, que estabelece uma limitação ao direito de autor em favor do interesse público e da liberdade de expressão artística. Nos termos da Lei nº 9.610/1998:

“Art. 48. As obras situadas permanentemente em logradouros públicos podem ser representadas livremente, por meio de pinturas, desenhos, fotografias e procedimentos audiovisuais”.

A alternativa B está incorreta, pois os direitos morais do autor são, por sua natureza, irrenunciáveis e inalienáveis, o que significa que não podem ser vendidos, cedidos ou objeto de renúncia. A previsão legal está no art. 27 da Lei nº 9.610/1998:

“Art. 27. Os direitos morais do autor são inalienáveis e irrenunciáveis”.

A alternativa C está incorreta, pois a reprodução de discursos pronunciados em público pela imprensa não constitui ofensa aos direitos autorais, nos termos da Lei nº 9.610/1998:

“Art. 46. Não constitui ofensa aos direitos autorais:

I - a reprodução:

b) em diários ou periódicos, de discursos pronunciados em reuniões públicas de qualquer natureza;”

A alternativa D está incorreta, pois a chamada "cópia privada" é expressamente permitida pela lei, desde que preenchidos os requisitos. A reprodução em um único exemplar, de pequenos trechos, para uso

particular e sem fins lucrativos, é uma limitação ao direito de autor, e não uma ofensa. A previsão está no art. 46, II, da Lei nº 9.610/1998:

“Art. 46. Não constitui ofensa aos direitos autorais:

II - a reprodução, em um só exemplar de pequenos trechos, para uso privado do copista, desde que feita por este, sem intuito de lucro;”.

QUESTÃO 02. À luz do disposto na Lei nº 6.766/1979 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano, assinale a afirmativa correta.

a) É livre o parcelamento do solo urbano em qualquer zona do território municipal, independentemente de classificação urbanística.

b) O registro do loteamento poderá ser cancelado a requerimento do loteador e independente da vontade dos adquirentes de lotes, porém com a anuência da Prefeitura, ou do Distrito Federal quando for o caso, e do Estado.

c) Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique abertura de novas vias ou logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.

d) O projeto de loteamento e de desmembramento deverá ser aprovado pela Prefeitura Municipal, ou pelo Distrito Federal, e posteriormente levado a registro no cartório de registro de imóveis competente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre as definições, vedações e procedimentos previstos na Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei nº 6.766/1979).

A alternativa A está incorreta, pois o parcelamento do solo para fins urbanos não é livre, sendo admitido apenas em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, definidas em lei municipal. Além disso, a lei veda o parcelamento em diversas áreas de risco ou ambientalmente sensíveis, nos termos da Lei nº 6.766/1979:

“Art. 3º Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definidas pelo plano diretor ou aprovadas por lei municipal.

Parágrafo único - Não será permitido o parcelamento do solo: (...)”

A alternativa B está incorreta, pois, caso algum lote já tenha sido objeto de contrato, o cancelamento do registro do loteamento dependerá do requerimento do loteador em conjunto com todos os adquirentes dos lotes, além da anuência do Poder Público. A anuência dos compradores não é dispensável, conforme Lei nº 6.766/1979:

“Art. 23. O registro do loteamento só poderá ser cancelado:

I - por decisão judicial;

II - a requerimento do loteador, com anuência da Prefeitura, ou do Distrito Federal quando for o caso, enquanto nenhum lote houver sido objeto de contrato;

III - a requerimento conjunto do loteador e de todos os adquirentes de lotes, com anuência da Prefeitura, ou do Distrito Federal quando for o caso, e do Estado”.

A alternativa C está incorreta, pois a descrição apresentada corresponde ao conceito de desmembramento, e não de loteamento. O loteamento implica necessariamente a abertura de novas vias ou a modificação das existentes. A distinção é fundamental e está na Lei nº 6.766/1979:

“Art. 2º. O parcelamento do solo urbano poderá ser feito mediante loteamento ou desmembramento, observadas as disposições desta Lei e as das legislações estaduais e municipais pertinentes.

§ 1º Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes”.

A alternativa D está correta, pois descreve o procedimento padrão para a regularização de um parcelamento do solo. O processo se inicia com a aprovação do projeto pelo Município (ou DF) e se conclui com o registro no Cartório de Registro de Imóveis, ato que confere existência jurídica aos lotes. A previsão está em vários artigos da Lei nº 6.766/1979:

“Art. 9º Orientado pelo traçado e diretrizes oficiais, quando houver, o projeto, contendo desenhos, memorial descritivo e cronograma de execução das obras com duração máxima de quatro anos, será apresentado à Prefeitura Municipal, ou ao Distrito Federal, quando for o caso, acompanhado de certidão atualizada da matrícula da gleba, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis competente, de certidão negativa de tributos municipais e do competente instrumento de garantia, ressalvado o disposto no § 4º do art. 18.

Art. 10. Para a aprovação de projeto de desmembramento, o interessado apresentará requerimento à Prefeitura Municipal, ou ao Distrito Federal quando for o caso, acompanhado de certidão atualizada da matrícula da gleba, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis competente, ressalvado o disposto no § 4º do art. 18, e de planta do imóvel a ser desmembrado contendo:

Art. 12. O projeto de loteamento e desmembramento deverá ser aprovado pela Prefeitura Municipal, ou pelo Distrito Federal quando for o caso, a quem compete também a fixação das diretrizes a que aludem os arts. 6º e 7º desta Lei, salvo a exceção prevista no artigo seguinte.

Art. 18. Aprovado o projeto de loteamento ou de desmembramento, o loteador deverá submetê-lo ao registro imobiliário dentro de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação, acompanhado dos seguintes documentos:”.

QUESTÃO 03. Quanto à prescrição, nos termos do Código Civil, analise as afirmativas a seguir.

I. Os prazos de prescrição podem ser alterados por mútuo acordo das partes.

II. A prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado.

III. Não corre a prescrição entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar.

IV. A prescrição intercorrente observará o mesmo prazo de prescrição da pretensão, observadas as causas de impedimento, de suspensão e de interrupção da prescrição previstas no Código Civil.

Está correto o que se afirma apenas em

a) I, II e IV.

b) I, III e IV.

c) II e III.

d) II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda as regras gerais do instituto da prescrição no Código Civil, incluindo a inderrogabilidade de seus prazos, a legitimidade para sua interrupção, suas causas impeditivas e a disciplina da prescrição intercorrente.

Item I está incorreto. Os prazos prescricionais são matéria de ordem pública e não podem ser modificados pela vontade das partes, visando garantir a segurança jurídica. A vedação é expressa no art. 192 do Código Civil:

“Art. 192. Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes”.

Item II está correto. A lei confere legitimidade para interromper a prescrição não apenas ao titular do direito, mas a qualquer pessoa que demonstre interesse jurídico na conservação da pretensão, conforme o art. 203 do Código Civil:

“Art. 203. A prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado”.

Item III está correto. A lei presume que, na vigência do poder familiar, a relação de afeto e autoridade entre pais e filhos desestimula ou impede o ajuizamento de ações, não sendo justo que o tempo corra contra aquele que se abstém de litigar para preservar a harmonia familiar. A norma está no Código Civil:

“Art. 197. Não corre a prescrição:

II - entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar;”

Item IV está correto. A afirmativa descreve com precisão a regra da prescrição intercorrente. Ela ocorre no curso do processo e segue o mesmo prazo e as mesmas regras de suspensão e interrupção da prescrição da pretensão original, conforme o art. 206-A do Código Civil:

“Art. 206-A. A prescrição intercorrente observará o mesmo prazo de prescrição da pretensão, observadas as causas de impedimento, de suspensão e de interrupção da prescrição previstas neste Código e observado o disposto no art. 921 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil)”.

QUESTÃO 04. Nos termos da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, assinale a afirmativa correta.

a) Os dados pessoais serão eliminados após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada sua conservação para cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.

b) A transferência internacional de dados pessoais não é permitida mesmo quando a transferência for necessária para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros.

c) O tratamento de dados pessoais não poderá ser realizado para a realização de estudos por órgão de pesquisa, ainda que garantida a anonimização dos dados pessoais.

d) O tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes deverá ser realizado em qualquer circunstância com o consentimento específico e em destaque dado obrigatoriamente por ambos os pais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão exige conhecimento sobre regras fundamentais da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), como o término do tratamento, a transferência internacional, o uso para pesquisa e a proteção de dados de crianças.

A alternativa A está correta, pois reflete a regra geral do término do tratamento de dados, seguida de uma de suas principais exceções. Uma vez alcançada a finalidade, os dados devem ser eliminados, mas a lei autoriza sua conservação para o cumprimento de deveres legais ou regulatórios. A previsão está no art. 16, I, da LGPD:

“Art. 16. Os dados pessoais serão eliminados após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação para as seguintes finalidades:

I - cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;”

A alternativa B está incorreta, pois a proteção da vida e da incolumidade física do titular ou de terceiros é uma das hipóteses que autorizam a transferência internacional de dados pessoais, nos termos da LGPD:

“Art. 33. A transferência internacional de dados pessoais somente é permitida nos seguintes casos:

IV - quando a transferência for necessária para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;”

A alternativa C está incorreta, pois a LGPD prevê expressamente a possibilidade de tratamento de dados para a realização de estudos por órgãos de pesquisa, sendo esta uma das bases legais que autorizam o tratamento. A lei incentiva que, sempre que possível, os dados sejam anonimizados:

“Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses: (...)

IV - para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;”

A alternativa D está incorreta, pois o tratamento de dados de crianças exige o consentimento de pelo menos um dos pais ou do responsável legal, e não obrigatoriamente de ambos. A regra está no art. 14, § 1º, da LGPD:

“Art. 14. O tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes deverá ser realizado em seu melhor interesse, nos termos deste artigo e da legislação pertinente.

§ 1º O tratamento de dados pessoais de crianças deverá ser realizado com o consentimento específico e em destaque dado por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal”.

QUESTÃO 05. Quanto à locação de imóvel urbano e nos termos da Lei nº 8.245/1991, assinale a afirmativa correta.

a) O locatário é obrigado a pagar pontualmente o aluguel e os encargos da locação, legal ou contratualmente exigíveis, no prazo estipulado ou, em sua falta, até o décimo dia do mês seguinte ao vencido, no imóvel locado, quando outro local não tiver sido indicado no contrato.

b) O locatário poderá denunciar a locação por prazo indeterminado mediante aviso por escrito ao locador com antecedência mínima de sessenta dias. Na ausência do aviso, o locador poderá exigir quantia correspondente a dois meses de aluguel e encargos, vigentes quando da rescisão.

c) O direito de preferência não alcança os casos de perda da propriedade ou venda por decisão judicial, permuta, doação, integralização de capital, cisão, fusão e incorporação.

d) No caso de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de direitos ou dação em pagamento, o locatário tem preferência para adquirir o imóvel locado, em igualdade de condições com terceiros, devendo o locador dar-lhe conhecimento do negócio mediante meio de ciência inequívoca. Porém, havendo condomínio no imóvel, a preferência do locatário terá prioridade sobre a do condômino.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda temas centrais da Lei de Locações (Lei nº 8.245/1991), incluindo as obrigações do locatário, a denúncia do contrato e as regras do direito de preferência.

A alternativa A está incorreta, pois, na ausência de estipulação contratual, o prazo para pagamento do aluguel é até o sexto dia útil do mês seguinte ao vencido, e não o décimo dia, nos termos da Lei nº 8.245/1991:

“Art. 23. O locatário é obrigado a:

I - pagar pontualmente o aluguel e os encargos da locação, legal ou contratualmente exigíveis, no prazo estipulado ou, em sua falta, até o sexto dia útil do mês seguinte ao vencido, no imóvel locado, quando outro local não tiver sido indicado no contrato;”

A alternativa B está incorreta, pois o prazo de antecedência para a denúncia do contrato por prazo indeterminado pelo locatário é de trinta dias, e a penalidade pela ausência de aviso corresponde a um mês de aluguel e encargos, e não sessenta dias e dois meses, respectivamente. A previsão está no art. 6º da Lei nº 8.245/1991:

“Art. 6º O locatário poderá denunciar a locação por prazo indeterminado mediante aviso por escrito ao locador, com antecedência mínima de trinta dias.

Parágrafo único. Na ausência do aviso, o locador poderá exigir quantia correspondente a um mês de aluguel e encargos, vigentes quando da rescisão”.

A alternativa C está correta, pois reproduz literalmente o artigo da Lei do Inquilinato que elenca as hipóteses em que o direito de preferência do locatário na aquisição do imóvel não se aplica, nos termos da Lei nº 8.245/1991:

“Art. 32. O direito de preferência não alcança os casos de perda da propriedade ou venda por decisão judicial, permuta, doação, integralização de capital, cisão, fusão e incorporação”.

A alternativa D está incorreta, pois, embora o locatário tenha direito de preferência, a lei estabelece que o direito do condômino prevalece sobre o do locatário, nos termos da Lei nº 8.245/1991:

“Art. 34. Havendo condomínio no imóvel, a preferência do condômino terá prioridade sobre a do locatário”.

QUESTÃO 06. Quanto ao direito das sucessões, analise as afirmativas a seguir.

I. Quando o herdeiro prejudicar os seus credores, renunciando à herança, poderão eles, com autorização do juiz, aceitá-la em nome do renunciante. Porém, pagas as dívidas do renunciante, prevalece a renúncia quanto ao remanescente, que será devolvido aos demais herdeiros.

II. A herança será declarada jacente quando todos os chamados a suceder renunciarem à herança.

III. São ineficazes as alienações feitas, a título oneroso, pelo herdeiro aparente a terceiro de boa-fé.

IV. O codicilo, estando fechado, será aberto do mesmo modo que o testamento cerrado.

Está correto o que se afirma em

a) I, II, III e IV.

b) II, III e IV, apenas.

c) I e IV, apenas.

d) I, II e III, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão explora institutos variados do Direito das Sucessões, como a renúncia da herança e seus efeitos perante credores, a herança jacente e vacante, a figura do herdeiro aparente e as formalidades do codicilo.

O Item I está correto. A afirmativa descreve com precisão o mecanismo de proteção aos credores do herdeiro renunciante. Os credores podem aceitar a herança no limite de seus créditos, mas o ato de renúncia permanece válido quanto ao valor remanescente. A regra está no Código Civil:

“Art. 1.813. Quando o herdeiro prejudicar os seus credores, renunciando à herança, poderão eles, com autorização do juiz, aceitá-la em nome do renunciante. (...)”

§ 2 Pagas as dívidas do renunciante, prevalece a renúncia quanto ao remanescente, que será devolvido aos demais herdeiros”.

O Item II está incorreto. Quando todos os herdeiros conhecidos renunciaram, a herança é declarada vacante, e não jacente. A jacência é a fase provisória em que não se conhecem os herdeiros, enquanto a vacância é a declaração de que a herança não tem herdeiros e será, ao final, destinada ao Poder Público. A lei determina a declaração imediata de vacância no caso de renúncia de todos, conforme o art. 1.823 do Código Civil:

“Art. 1.823. Quando todos os chamados a suceder renunciarem à herança, será esta desde logo declarada vacante”.

O Item III está incorreto. Em proteção à segurança jurídica e ao terceiro de boa-fé, a lei estabelece que as alienações onerosas feitas pelo herdeiro aparente são eficazes, nos termos do Código Civil:

“Art. 1.827. O herdeiro pode demandar os bens da herança, mesmo em poder de terceiros, sem prejuízo da responsabilidade do possuidor originário pelo valor dos bens alienados.

Parágrafo único. São eficazes as alienações feitas, a título oneroso, pelo herdeiro aparente a terceiro de boa-fé”.

O Item IV está correto. O codicilo é um ato de última vontade, podendo o autor optar por apresentá-lo fechado, nesse caso, a lei exige que, para sua abertura, sejam observadas as mesmas formalidades e solenidades previstas para o testamento cerrado, garantindo sua autenticidade. A previsão é literal do Código Civil:

“Art. 1.885. Se estiver fechado o codicilo, abrir-se-á do mesmo modo que o testamento cerrado”.

QUESTÃO 07. Quanto à propriedade, segundo o Código Civil, analise as afirmativas a seguir.

I. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como sua, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.

II. Aquele que possuir, como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

III. Aquele que exercer, por dois anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até duzentos e cinquenta metros quadrados cuja propriedade dividia com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

IV. Aquele que, contínua e incontestadamente, com justo título e boa-fé, possuir por dez anos a propriedade de bem imóvel, adquire a sua propriedade. Este prazo será reduzido à metade se o imóvel houver sido adquirido, onerosamente, com base no registro constante do respectivo cartório, cancelada posteriormente, desde que os possuidores nele tiverem estabelecido a sua moradia, ou realizado investimentos de interesse social e econômico.

Está correto o que se afirma em

- a) I, II, III e IV.
- b) III e IV, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I, II e III, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda quatro modalidades distintas de usucapião de bens imóveis previstas no Código Civil: a especial rural, a especial urbana, a familiar e a ordinária com seu prazo reduzido.

O Item I está correto. A afirmativa descreve com exatidão os requisitos da usucapião especial rural, conforme a redação do Código Civil:

“Art. 1.239. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como sua, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade”.

O Item II está correto. O item corresponde perfeitamente à usucapião especial urbana, modalidade com claro viés social de garantia do direito à moradia, prevista no Código Civil:

“Art. 1.240. Aquele que possuir, como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural”.

O Item III está correto. A descrição refere-se à usucapião especial familiar, criada para solucionar a situação patrimonial do cônjuge ou companheiro que permanece no imóvel após o abandono do lar pelo outro. A previsão está no Código Civil:

“Art. 1.240-A. Aquele que exercer, por 2 (dois) anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) cuja propriedade divida com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural”.

O Item IV está correto. A afirmativa descreve a usucapião ordinária e sua hipótese de prazo reduzido. O prazo geral é de dez anos, com justo título e boa-fé. O prazo cai para cinco anos (metade) na situação específica de aquisição onerosa baseada em registro posteriormente cancelado, desde que o possuidor tenha dado função social à posse. A regra está no Código Civil:

“Art. 1.242. Adquire também a propriedade do imóvel aquele que, contínua e incontestadamente, com justo título e boa-fé, o possuir por dez anos.

Parágrafo único. Será de cinco anos o prazo previsto neste artigo se o imóvel houver sido adquirido, onerosamente, com base no registro constante do respectivo cartório, cancelada posteriormente, desde que os possuidores nele tiverem estabelecido a sua moradia, ou realizado investimentos de interesse social e econômico”.

QUESTÃO 08. Quanto aos contratos em geral, nos termos do Código Civil, analise as afirmativas a seguir.

I. Quanto ao contrato preliminar, se o estipulante não der execução ao contrato preliminar, poderá a outra parte considerá-lo desfeito, e pedir perdas e danos.

II. Quanto à estipulação em favor de terceiro, se ao terceiro, em favor de quem se fez o contrato, se deixar o direito de reclamar-lhe a execução, poderá o estipulante exonerar o devedor.

III. Quanto à formação dos contratos, se o negócio for daqueles em que não seja costume a aceitação expressa, ou o proponente a tiver dispensado, reputar-se-á concluído o contrato, não chegando a tempo a recusa.

IV. Se o contrato for aleatório, por dizer respeito a coisas ou fatos futuros, cujo risco de não virem a existir um dos contratantes assuma, terá o outro direito de receber integralmente o que lhe foi prometido, desde que de sua parte não tenha havido dolo ou culpa, ainda que nada do avençado venha a existir.

Está correto o que se afirma apenas em

a) I e II.

b) III e IV.

c) I, III e IV.

d) II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda temas específicos da Teoria Geral dos Contratos, segundo o Código Civil, incluindo o contrato preliminar, a estipulação em favor de terceiro, a formação do vínculo contratual e os contratos aleatórios.

O Item I está correto. A afirmativa descreve uma das consequências do inadimplemento do contrato preliminar, que é a possibilidade de a parte lesada considerar o negócio desfeito e pleitear indenização por perdas e danos, nos termos do Código Civil:

“Art. 465. Se o estipulante não der execução ao contrato preliminar, poderá a outra parte considerá-lo desfeito, e pedir perdas e danos”.

O Item II está incorreto. Uma vez que o contrato confere ao terceiro o direito de exigir a prestação, o estipulante não pode mais exonerar o devedor, pois o direito já ingressou na esfera patrimonial do beneficiário. A afirmativa diz o oposto do que prevê o Código Civil:

“Art. 437. Se ao terceiro, em favor de quem se fez o contrato, se deixar o direito de reclamar-lhe a execução, não poderá o estipulante exonerar o devedor”.

O Item III está correto. O item descreve a hipótese de aceitação tácita. Em negócios onde a praxe não exige aceitação expressa ou quando o proponente a dispensa, o silêncio da outra parte é interpretado como concordância, formando o contrato se a recusa não chegar a tempo. A regra está no Código Civil:

“Art. 432. Se o negócio for daqueles em que não seja costume a aceitação expressa, ou o proponente a tiver dispensado, reputar-se-á concluído o contrato, não chegando a tempo a recusa”.

O Item IV está correto. A afirmativa descreve o contrato aleatório, em que o risco sobre a própria existência da coisa é assumido por um dos contratantes. Nesse caso, o preço é devido integralmente,

mesmo que a coisa não venha a existir, desde que não haja dolo ou culpa da outra parte. A previsão está no Código Civil:

“Art. 458. Se o contrato for aleatório, por dizer respeito a coisas ou fatos futuros, cujo risco de não virem a existir um dos contratantes assuma, terá o outro direito de receber integralmente o que lhe foi prometido, desde que de sua parte não tenha havido dolo ou culpa, ainda que nada do avençado venha a existir”.

QUESTÃO 09. Quanto aos temas relacionados à posse, segundo o Código Civil, analise as afirmativas a seguir.

I. O possuidor turbado, ou esbulhado, poderá manter-se ou restituir-se por sua própria força, contanto que o faça logo; os atos de defesa ou de desforço não podem ir além do indispensável à manutenção ou restituição da posse.

II. A posse direta, de pessoa que tem a coisa em seu poder temporariamente, em virtude de direito pessoal, anula a posse indireta de quem aquela foi havida.

III. O possuidor de boa-fé responde pela perda ou deterioração da coisa, a que não der causa.

IV. A posse pode ser adquirida por terceiro sem mandato, dependendo de ratificação.

Está correto o que se afirma em

a) I, II, III e IV.

b) II, III e IV, apenas.

c) I e IV, apenas.

d) I, II e III, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda regras fundamentais do Direito da Posse, segundo o Código Civil, incluindo a autotutela possessória, o desdobramento da posse, a responsabilidade do possuidor de boa-fé e os modos de aquisição.

O Item I está correto. A afirmativa descreve a autotutela da posse, também conhecida como desforço imediato, que permite ao possuidor o uso da força própria para se defender, desde que o faça imediatamente e de forma proporcional, nos termos do Código Civil:

“Art. 1.210. O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação, restituído no de esbulho, e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado.

§ 1º O possuidor turbado, ou esbulhado, poderá manter-se ou restituir-se por sua própria força, contanto que o faça logo; os atos de defesa, ou de desforço, não podem ir além do indispensável à manutenção, ou restituição da posse”.

O Item II está incorreto. A posse direta e a indireta coexistem. A posse direta, exercida por quem detém materialmente a coisa, não anula a posse indireta daquele de quem a recebeu. A regra está no Código Civil:

“Art. 1.197. A posse direta, de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal, ou real, não anula a indireta, de quem aquela foi havida, podendo o possuidor direto defender a sua posse contra o indireto”.

O Item III está incorreto. O possuidor de boa-fé, por não ter conhecimento do vício que afeta sua posse, é tratado de forma mais benéfica pela lei. Ele não responde pela perda ou deterioração da coisa, a menos que tenha agido com dolo ou culpa. A afirmativa diz o oposto do que prevê o Código Civil:

“Art. 1.217. O possuidor de boa-fé não responde pela perda ou deterioração da coisa, a que não der causa”.

O Item IV está correto. A afirmativa descreve uma das formas de aquisição da posse, que pode ocorrer por meio de um terceiro que age sem ter um mandato, de forma similar a um gestor de negócios. O ato, contudo, só se torna eficaz após a ratificação pelo interessado. A previsão está no Código Civil:

“Art. 1.205. A posse pode ser adquirida:

II - por terceiro sem mandato, dependendo de ratificação”.

QUESTÃO 10. Quanto ao direito de família, segundo o Código Civil, analise as afirmativas a seguir.

I. No regime da comunhão parcial, os frutos dos bens particulares de cada cônjuge, percebidos na constância do casamento, não integram a comunhão.

II. A pessoa apoiada pode, a qualquer tempo, solicitar o término de acordo firmado em processo de tomada de decisão apoiada.

III. No exercício da curatela, quando o curador for o cônjuge e o regime de bens do casamento for de comunhão parcial, não será obrigado à prestação de contas, salvo determinação judicial.

IV. A dissolução da sociedade conjugal, pela morte de um dos cônjuges, extingue automaticamente o bem de família.

Está correto o que se afirma apenas em

a) I e II.

b) I, II e III.

c) II.

d) I, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda diversos institutos do Direito de Família, como o regime de comunhão parcial de bens, a tomada de decisão apoiada, a prestação de contas na curatela e a extinção do bem de família.

O Item I está incorreto. No regime da comunhão parcial, comunicam-se os frutos dos bens particulares de cada cônjuge, quando percebidos na constância do casamento. A afirmativa diz o oposto do que prevê o Código Civil:

“Art. 1.660. Entram na comunhão:

V - os frutos dos bens comuns, ou dos particulares de cada cônjuge, percebidos na constância do casamento, ou pendentes ao tempo de cessar a comunhão”.

O Item II está correto. A tomada de decisão apoiada é um instituto que visa à autonomia da pessoa com deficiência. Sendo um acordo voluntário, a pessoa apoiada tem o direito de solicitar seu término a qualquer momento, conforme o Código Civil:

“Art. 1.783-A. A tomada de decisão apoiada é o processo pelo qual a pessoa com deficiência elege pelo menos 2 (duas) pessoas idôneas, com as quais mantenha vínculos e que gozem de sua confiança, para prestar-lhe apoio na tomada de decisão sobre atos da vida civil, fornecendo-lhes os elementos e informações necessários para que possa exercer sua capacidade.

§ 9 ºA pessoa apoiada pode, a qualquer tempo, solicitar o término de acordo firmado em processo de tomada de decisão apoiada”.

O Item III está incorreto. A dispensa da prestação de contas para o cônjuge curador só ocorre quando o regime de bens do casamento é o da comunhão universal, e não o da comunhão parcial. A regra está no Código Civil:

“Art. 1.783. Quando o curador for o cônjuge e o regime de bens do casamento for de comunhão universal, não será obrigado à prestação de contas, salvo determinação judicial”.

O Item IV está incorreto. A morte de apenas um dos cônjuges não extingue o bem de família, que continuará a proteger o cônjuge sobrevivente e os filhos. A extinção só ocorre com a morte de ambos e a maioria dos filhos não sujeitos à curatela. A regra está no Código Civil:

“Art. 1.721. A dissolução da sociedade conjugal não extingue o bem de família.

Parágrafo único. Dissolvida a sociedade conjugal pela morte de um dos cônjuges, o sobrevivente poderá pedir a extinção do bem de família, se for o único bem do casal.

Art. 1.722. Extingue-se, igualmente, o bem de família com a morte de ambos os cônjuges e a maioria dos filhos, desde que não sujeitos a curatela”.

QUESTÃO 11. Em relação às disposições gerais sobre a sentença e a coisa julgada, analise as afirmativas a seguir.

I. Efetivada a citação, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação.

II. O juiz conhecerá de ofício de litispendência, coisa julgada e ilegitimidade da parte em qualquer tempo e grau de jurisdição, enquanto não ocorrer o trânsito em julgado.

III. Oferecida a contestação, a extinção do processo por abandono da causa pelo autor depende de requerimento do réu.

IV. Interposta a apelação no caso de improcedência parcial do pedido, o juiz terá cinco dias para retratar-se.

Está correto o que se afirma apenas em

a) I, II e III.

b) II e III.

c) III e IV.

d) I e II.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Sentença e Coisa Julgada.

A questão versa sobre a literalidade dos parágrafos do art. 485 do Código de Processo Civil, exigindo atenção aos marcos temporais dos institutos da desistência da ação e do abandono da causa, às matérias cognoscíveis de ofício e à correta delimitação das hipóteses de efeito regressivo da apelação.

O item I está incorreto, pois o marco temporal para a exigência de consentimento do réu não é a efetivação da citação, mas o oferecimento da contestação, momento em que o réu adquire direito subjetivo a uma decisão de mérito (vide art. 485, § 4º, do CPC).

O item II está correto, pois a litispendência e a coisa julgada integram o inciso V do art. 485, e a ilegitimidade da parte, o inciso VI, ambos remetidos pelo parágrafo abaixo, que fixa como limite temporal o trânsito em julgado. No mesmo sentido, as referidas matérias também são cognoscíveis de ofício como preliminares de contestação (vide art. 337, incisos VI, VII e XI, e § 5º, do CPC). Vejamos:

"Art. 485. (...) § 3º O juiz conhecerá de ofício da matéria constante dos incisos IV, V, VI e IX, em qualquer tempo e grau de jurisdição, enquanto não ocorrer o trânsito em julgado."

O item III está correto, pois traduz a literalidade do dispositivo que condiciona a extinção por abandono da causa a requerimento do réu, desde que já oferecida a contestação, no mesmo sentido da Súmula 240 do STJ. Vejamos:

"Art. 485. (...) § 6º Oferecida a contestação, a extinção do processo por abandono da causa pelo autor depende de requerimento do réu."

O item IV está incorreto, pois o efeito regressivo da apelação pressupõe sentença sem resolução do mérito, e a improcedência parcial do pedido é julgamento de mérito. A retratação em cinco dias somente é cabível no indeferimento da petição inicial, na improcedência liminar do pedido e na extinção sem resolução do mérito — a banca trocou “liminar” por “parcial” (vide art. 485, § 7º, art. 487, I, art. 331 e art. 332, § 3º, do CPC). Acrescente-se que, entendida a improcedência parcial como julgamento antecipado parcial do mérito, o recurso cabível não seria nem mesmo a apelação, mas o agravo de instrumento (vide art. 356, § 5º, do CPC).

A alternativa B está correta. Apenas os itens II e III estão corretos.

QUESTÃO 12. Sobre a Tutela Provisória, analise as afirmativas a seguir.

I. A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.

II. Salvo decisão judicial em contrário, a tutela provisória conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo.

III. A tutela provisória requerida em caráter incidental depende do pagamento de custas.

IV. A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada.

Está correto o que se afirma apenas em

a) I, II e III.

b) II e III.

c) I, II e IV.

d) I e II.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Tutela Provisória.

A questão versa sobre as disposições gerais da tutela provisória, previstas nos arts. 294 a 299 do Código de Processo Civil, exigindo o conhecimento da literalidade dos dispositivos que tratam das espécies e dos momentos de requerimento, do regime de eficácia e da dispensa de custas.

O item I está correto, pois a tutela provisória de urgência, em ambas as modalidades, admite requerimento tanto em caráter antecedente quanto incidental. Vejamos:

"Art. 294. A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. Parágrafo único. A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental."

O item II está correto, pois a suspensão do processo não atinge, por si só, a eficácia da medida já concedida, ressalvada decisão judicial em sentido contrário. Vejamos:

"Art. 296. A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada. Parágrafo único. Salvo decisão judicial em contrário, a tutela provisória conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo."

O item III está incorreto, pois a lei estabelece exatamente o oposto: a tutela provisória requerida em caráter incidental independe do pagamento de custas, já que não inaugura processo novo, constituindo simples incidente daquele em curso, cujas custas já foram recolhidas (vide art. 295 do CPC).

O item IV está correto, pois reproduz a literalidade do dispositivo que consagra a precariedade da tutela provisória, conservando eficácia na pendência do processo, mas sujeita a revogação ou modificação a qualquer tempo (vide art. 296, caput, do CPC, transcrito no comentário ao item II).

A alternativa C está correta. Apenas os itens I, II e IV estão corretos.

QUESTÃO 13. Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça. Sobre o mandado de segurança, assinale a afirmativa correta.

a) Nos casos de competência originária dos tribunais, caberá ao relator a instrução do processo, sendo que não caberá recurso da sua decisão que conceder ou denegar a medida liminar.

b) Do indeferimento da inicial pelo juiz de primeiro grau caberá agravo de instrumento.

c) Poderá ser concedida a segurança contra decisão judicial, mesmo que tenha transitado em julgado.

d) A sentença que conceder o mandado de segurança pode ser executada provisoriamente, salvo nos casos em que for vedada a concessão da medida liminar.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Mandado de Segurança.

A questão versa sobre o regime recursal e as vedações do mandado de segurança, disciplinados pela Lei nº 12.016/2009, exigindo do candidato a correta identificação do recurso cabível em cada situação e das hipóteses de não concessão da ordem.

A alternativa A está incorreta, pois, embora a instrução do processo caiba efetivamente ao relator nos casos de competência originária dos tribunais, a decisão que concede ou denega a medida liminar é recorrível: contra ela cabe agravo ao órgão competente do tribunal (vide art. 16, caput e parágrafo único, da Lei nº 12.016/2009).

A alternativa B está incorreta, pois do indeferimento da petição inicial pelo juiz de primeiro grau cabe apelação, e não agravo de instrumento. O agravo de instrumento é o recurso cabível contra a decisão de primeiro grau que concede ou denega a liminar — hipótese diversa, que a banca embaralhou (vide art. 10, § 1º, e art. 7º, § 1º, da Lei nº 12.016/2009).

A alternativa C está incorreta, pois a lei veda expressamente a concessão da segurança contra decisão judicial transitada em julgado, hipótese em que o instrumento próprio é a ação rescisória (vide art. 5º, III, da Lei nº 12.016/2009; no mesmo sentido, a Súmula 268 do STF).

A alternativa D está correta, pois reproduz a literalidade do dispositivo que autoriza a execução provisória da sentença concessiva, ressalvadas as situações em que a própria lei proíbe a liminar. Vejamos:

"Art. 14. (...) § 3º A sentença que conceder o mandado de segurança pode ser executada provisoriamente, salvo nos casos em que for vedada a concessão da medida liminar."

QUESTÃO 14. Antônio entrou com Ação de Cobrança contra Carlos e Fernando, em face do inadimplemento de um título, sendo que o juiz reconheceu, em decisão interlocutória, a ilegitimidade de Fernando, extinguindo o processo em relação a ele. O feito seguiu sua instrução regular, com produção de provas e, ao final, o magistrado julgou improcedente o pedido. Antônio entrou com o recurso de Apelação, alegando necessidade de reforma da decisão sobre a ilegitimidade de Fernando e sobre o mérito, pedindo a procedência do pedido. Em segunda instância, o relator, ao formular o seu voto, deverá

a) não conhecer do recurso em relação à ilegitimidade de Fernando, em face da preclusão da questão, e conhecer do recurso e julgar apenas em relação ao mérito.

b) conhecer do recurso e decidir, tanto a questão da ilegitimidade quanto o mérito do recurso.

c) não conhecer do recurso, em face da incongruência das matérias questionadas em relação aos recursos que devem ser interpostos.

d) conhecer do recurso e decidir apenas a questão de mérito, ignorando a matéria relativa à ilegitimidade de Fernando.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Recursos: apelação e preclusão das decisões interlocutórias.

A questão versa sobre o regime de recorribilidade das decisões interlocutórias no CPC/2015, exigindo do candidato que identifique o recurso cabível contra a decisão que exclui litisconsorte e as consequências de sua não interposição.

A alternativa A está correta. A decisão que reconheceu a ilegitimidade de Fernando, extinguindo o processo em relação a ele, é decisão parcial fundada no art. 485, VI, do CPC, contra a qual cabia agravo de instrumento. Não interposto o recurso próprio no momento oportuno, operou-se a preclusão, de modo que a matéria não pode ser renovada em apelação. Vejamos:

"Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre: (...) VII - exclusão de litisconsorte;"

"Art. 1.009. Da sentença cabe apelação. § 1º As questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito não comportar agravo de instrumento, não são cobertas pela preclusão e devem ser suscitadas em preliminar de apelação, eventualmente interposta contra a decisão final, ou nas contrarrazões."

A alternativa B está incorreta, pois a ampla devolutividade da apelação não alcança questão já resolvida por decisão que comportava agravo de instrumento e não foi impugnada no momento próprio (vide art. 1.013, caput e § 1º, do CPC, e, a contrario sensu, o art. 1.009, § 1º, acima transcrito).

A alternativa C está incorreta, pois não há incongruência que justifique o não conhecimento integral do recurso: a apelação é o recurso adequado contra a sentença de improcedência, devendo o relator conhecê-la quanto ao mérito e apenas não conhecê-la quanto ao capítulo precluso (vide art. 932, III, do CPC).

A alternativa D está incorreta, pois, embora chegue a resultado prático semelhante ao da alternativa A, descreve técnica equivocada: o tribunal não pode simplesmente ignorar matéria expressamente impugnada, devendo pronunciar-se sobre ela em juízo de admissibilidade, declarando-a preclusa e dela não conhecendo (vide art. 932, III, e art. 1.009, § 1º, do CPC).

QUESTÃO 15. Sobre a Petição Inicial e o Pedido, analise as afirmativas a seguir.

I. A petição inicial indicará a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.

II. O pedido será alternativo quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo.

III. Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de cinco dias, retratar-se. Se não houver retratação, o juiz mandará citar o réu para responder ao recurso.

IV. O pedido deve ser determinado, é lícito, porém, formular pedido genérico quando não for possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato, o que não se aplica à reconvenção.

Está correto o que se afirma apenas em

a) I, II e III.

b) II, III e IV.

c) I e II.

d) III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Petição Inicial e Pedido.

A questão versa sobre os requisitos da petição inicial, as espécies de pedido e o regime recursal do indeferimento da inicial, exigindo o conhecimento da literalidade dos arts. 319, 324, 325 e 331 do Código de Processo Civil.

O item I está correto, pois a manifestação do autor quanto à realização da audiência de conciliação ou de mediação figura expressamente entre os requisitos da petição inicial. Vejamos:

"Art. 319. A petição inicial indicará: (...) VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação."

O item II está correto, pois reproduz a literalidade do dispositivo que define o pedido alternativo. Vejamos:

"Art. 325. O pedido será alternativo quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo."

O item III está correto, pois traduz fielmente o regime recursal do indeferimento da petição inicial, com o efeito regressivo da apelação e a citação do réu para responder ao recurso na hipótese de não retratação. Vejamos:

"Art. 331. Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se. § 1º Se não houver retratação, o juiz mandará citar o réu para responder ao recurso."

O item IV está incorreto. A primeira parte da assertiva é verdadeira — o pedido deve ser determinado, admitindo-se excepcionalmente o pedido genérico quando não for possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato. O vício está na parte final: a lei dispõe expressamente que esse regime **aplica-se** à reconvenção, e não o contrário (vide art. 324, caput, § 1º, II, e § 2º, do CPC).

A alternativa A está correta. Apenas os itens I, II e III estão corretos.

QUESTÃO 16. Em face do que dispõe o Código de Processo Civil, analise as afirmativas a seguir.

I. Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público terá vista dos autos antes das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.

II. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições do Código de Processo Civil, incumbindo-lhe velar pela duração razoável do processo, podendo, conforme o caso, eximir-se de decidir em face de lacuna do ordenamento jurídico.

III. Amicus curiae é a pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, que o juiz ou o relator pode admitir que participe do processo, por decisão irrecorrível, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia.

IV. O Ministério Público será intimado para, no prazo de trinta dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam interesse público ou social, interesse de incapaz e litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.

Está correto o que se afirma apenas em

a) II, III e IV.

b) II e III.

c) III e IV.

d) I e II.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Sujeitos do Processo: Ministério Público, poderes do juiz e amicus curiae.

A questão versa sobre a literalidade dos arts. 138, 139, 140, 178 e 179 do Código de Processo Civil, exigindo atenção às prerrogativas do Ministério Público na intervenção como fiscal da ordem jurídica, ao dever de decidir do magistrado e ao regime do amicus curiae.

O item I está incorreto, pois a lei estabelece que o Ministério Público, na intervenção como fiscal da ordem jurídica, terá vista dos autos depois das partes, e não antes. A ordem não é aleatória: cabe ao Parquet manifestar-se por último, para que possa opinar já ciente de todos os argumentos deduzidos (vide art. 179, I, do CPC).

O item II está incorreto. A primeira parte da assertiva é verdadeira — o juiz dirige o processo conforme as disposições do Código, incumbindo-lhe velar pela duração razoável do processo. O vício está na parte

final: por força da vedação do non liquet, o juiz não se exime de decidir sob a alegação de lacuna ou obscuridade do ordenamento jurídico (vide art. 139, caput e II, e art. 140 do CPC).

O item III está correto, pois reproduz fielmente os elementos do dispositivo que disciplina o amicus curiae: os sujeitos admissíveis, a irrecorribilidade da decisão e os três pressupostos alternativos de admissão. Vejamos:

"Art. 138. O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação."

O item IV está correto, pois corresponde à literalidade do dispositivo, inclusive quanto ao prazo de trinta dias e às três hipóteses de intervenção. Vejamos:

"Art. 178. O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam: I - interesse público ou social; II - interesse de incapaz; III - litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana."

A alternativa C está correta. Apenas os itens III e IV estão corretos.

QUESTÃO 17. Sobre o Cumprimento de Sentença, assinale a afirmativa correta.

a) No cumprimento definitivo de sentença que condenou o devedor a pagar quantia certa, a apresentação de impugnação não impede a prática dos atos executivos, inclusive os de expropriação, não sendo possível a concessão de efeito suspensivo.

b) Não cumprida a obrigação de entregar coisa no prazo estabelecido na sentença, será expedido mandado de busca e apreensão ou de imissão na posse em favor do credor, conforme se tratar de coisa móvel ou imóvel, sendo permitido ao devedor apresentar impugnação no caso de existência de benfeitorias.

c) No cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia, o juiz, a requerimento do exequente, mandará intimar o executado pessoalmente para, em três dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo. Se o executado não pagar ou se a justificativa apresentada não for aceita, o juiz, além de mandar protestar o pronunciamento judicial, decretar-lhe-á a prisão pelo prazo de um a três meses. O cumprimento da pena exime o executado do pagamento das prestações vencidas e vincendas.

d) No caso de condenação em quantia certa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de quinze dias. Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo de quinze dias, o débito será acrescido de multa de dez por cento e de honorários de advogado de dez por cento, o que será

devido também em caso de cumprimento provisório de sentença condenatória ao pagamento de quantia certa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Cumprimento de Sentença.

A questão versa sobre as diversas modalidades de cumprimento de sentença — pagar quantia certa, prestar alimentos e entregar coisa —, exigindo o conhecimento da literalidade dos arts. 520, 523, 525, 528 e 538 do Código de Processo Civil, com atenção a prazos, percentuais e à extensão das defesas cabíveis.

A alternativa A está incorreta. É verdade que a apresentação de impugnação não impede a prática dos atos executivos, inclusive os de expropriação. O vício está na parte final: a lei admite, sim, a atribuição de efeito suspensivo, a requerimento do executado, desde que garantido o juízo com penhora, caução ou depósito suficientes, sejam relevantes os fundamentos e haja risco de grave dano de difícil ou incerta reparação (vide art. 525, § 6º, do CPC).

A alternativa B está incorreta. A primeira parte reproduz corretamente o dispositivo, mas a parte final é equivocada: não há impugnação fundada em benfeitorias na fase de cumprimento. A existência de benfeitorias e o direito de retenção são matérias de mérito e devem ser alegadas na fase de conhecimento, em contestação (vide art. 538, caput e §§ 1º e 2º, do CPC).

A alternativa C está incorreta. A assertiva descreve corretamente o prazo de três dias, o protesto e a prisão civil de um a três meses, mas inverte o comando legal ao final: o cumprimento da pena **não** exime o executado do pagamento das prestações vencidas e vincendas (vide art. 528, caput e §§ 1º, 3º e 5º, do CPC).

A alternativa D está correta, pois reproduz fielmente o regime do cumprimento definitivo de sentença por quantia certa, inclusive quanto ao prazo, aos percentuais e à extensão da multa e dos honorários ao cumprimento provisório. Vejamos:

"Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. § 1º Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento."

"Art. 520. (...) § 2º A multa e os honorários a que se refere o § 1º do art. 523 são devidos no cumprimento provisório de sentença condenatória ao pagamento de quantia certa."

QUESTÃO 18. A Lei nº 8.245/1991 dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes. Sobre a ação de despejo, prevista na referida norma, todas as afirmativas estão corretas, EXCETO:

a) Qualquer que seja o fundamento da ação dar-se-á ciência do pedido aos sublocatários, que poderão intervir no processo como assistentes.

b) Conceder-se-á liminar para desocupação em quinze dias, independentemente da audiência da parte contrária e desde que prestada a caução no valor equivalente a três meses de aluguel, nas ações que tiverem por fundamento exclusivo a permanência do sublocatário no imóvel, extinta a locação, celebrada com o locatário.

c) Ocorrendo a reforma da sentença ou da decisão que concedeu liminarmente o despejo, o valor da caução reverterá em favor do autor.

d) A sentença que decretar o despejo fixará o valor da caução para o caso de ser executada provisoriamente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Ação de Despejo, na Lei nº 8.245/1991.

A questão exige a identificação da única assertiva incorreta, versando sobre a intervenção do sublocatário, as hipóteses de liminar de desocupação e o regime da caução na execução provisória do despejo.

A alternativa A está correta, pois a ciência do pedido aos sublocatários é devida qualquer que seja o fundamento da ação, facultando-se-lhes a intervenção como assistentes (vide art. 59, § 2º, da Lei nº 8.245/1991).

A alternativa B está correta, pois reproduz o regime da liminar de desocupação em quinze dias, mediante caução equivalente a três meses de aluguel, na hipótese de permanência do sublocatário no imóvel após extinta a locação celebrada com o locatário (vide art. 59, § 1º, inciso V, da Lei nº 8.245/1991).

A alternativa C está incorreta, sendo o gabarito da questão. Reformada a sentença ou a decisão que concedeu liminarmente o despejo, a caução reverte em favor do **réu** — e não do autor —, como indenização mínima das perdas e danos. A lógica é evidente: a caução existe para garantir quem sofreu a desocupação indevida. Vejamos:

"Art. 64. (...) § 2º Ocorrendo a reforma da sentença ou da decisão que concedeu liminarmente o despejo, o valor da caução reverterá em favor do réu, como indenização mínima das perdas e danos, podendo este reclamar, em ação própria, a diferença pelo que a exceder."

A alternativa D está correta, pois cabe à própria sentença que decreta o despejo fixar o valor da caução para a hipótese de execução provisória (vide art. 63, § 4º, da Lei nº 8.245/1991).

QUESTÃO 19. Sobre a Ação Rescisória, analise as afirmativas a seguir.

I. Deve ter por objeto a desconstituição da decisão de mérito, transitada em julgado, e não de apenas um capítulo da decisão.

II. Tem legitimidade para propor a ação rescisória o terceiro juridicamente interessado.

III. O direito à rescisão se extingue em dois anos contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.

IV. Na hipótese de simulação, o prazo começa a contar, para o terceiro prejudicado e para o Ministério Público, que não interveio no processo, a partir da data da simulação.

Está correto o que se afirma apenas em

a) I, II e III.

b) II e III.

c) III e IV.

d) I e II.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Ação Rescisória.

A questão versa sobre o objeto, a legitimidade ativa e o prazo da ação rescisória, exigindo o conhecimento da literalidade dos arts. 966, 967 e 975 do Código de Processo Civil.

O item I está incorreto, pois a lei admite expressamente que a ação rescisória tenha por objeto apenas um capítulo da decisão. A assertiva nega exatamente aquilo que o Código autoriza (vide art. 966, § 3º, do CPC).

O item II está correto, pois o terceiro juridicamente interessado figura expressamente entre os legitimados. Vejamos:

"Art. 967. Têm legitimidade para propor a ação rescisória: I - quem foi parte no processo ou o seu sucessor a título universal ou singular; II - o terceiro juridicamente interessado;"

O item III está correto, pois reproduz a literalidade do prazo e de seu termo inicial. Vejamos:

"Art. 975. O direito à rescisão se extingue em 2 (dois) anos contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo."

O item IV está incorreto. A assertiva acerta ao identificar os sujeitos beneficiados pelo termo inicial diferenciado — o terceiro prejudicado e o Ministério Público que não interveio no processo —, mas erra no marco: o prazo conta-se do momento em que **têm ciência** da simulação ou da colusão, e não da data da simulação (vide art. 975, § 3º, do CPC).

A alternativa B está correta. Apenas os itens II e III estão corretos.

QUESTÃO 20. Sobre as Provas e a sua produção, todas as afirmativas estão corretas, EXCETO:

a) A confissão judicial pode ser espontânea ou provocada, sendo que a primeira pode ser feita pela própria parte ou por representante com poder especial.

b) As partes podem, de comum acordo, escolher o perito, indicando-o mediante requerimento, desde que sejam plenamente capazes e a causa possa ser resolvida por autocomposição.

c) A produção antecipada da prova será admitida nos casos previstos no Código de Processo Civil e previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.

d) A existência e o modo de existir de algum fato podem ser atestados ou documentados, a requerimento do interessado, mediante ata lavrada por tabelião, a qual poderá ser apresentada como prova em processo judicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Provas.

A questão exige a identificação da única assertiva incorreta, versando sobre a confissão, a perícia consensual, a produção antecipada da prova e a ata notarial.

A alternativa A está correta, pois a confissão judicial admite as duas modalidades — espontânea e provocada —, podendo a espontânea ser feita pela própria parte ou por representante com poder especial (vide art. 390, caput e § 1º, do CPC).

A alternativa B está correta, pois a escolha consensual do perito é autorizada mediante requerimento, desde que preenchidos os dois requisitos legais: capacidade plena das partes e possibilidade de resolução da causa por autocomposição (vide art. 471, caput e incisos I e II, do CPC).

A alternativa C está incorreta, sendo o gabarito da questão. A primeira parte é verdadeira, mas a segunda contraria frontalmente a lei: a produção antecipada da prova **não** previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta. Vejamos:

"Art. 381. (...) § 3º A produção antecipada da prova não previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta."

A alternativa D está correta, pois reproduz a disciplina da ata notarial, instrumento pelo qual o tabelião atesta ou documenta a existência e o modo de existir de algum fato, a requerimento do interessado, servindo como prova em processo judicial (vide art. 384 do CPC).

QUESTÃO 21. À luz do disposto na Lei nº 12.414/2011 – Lei do Cadastro Positivo, assinale a afirmativa correta.

a) Os bancos de dados não poderão conter informações de adimplemento do cadastrado, para a formação do histórico de crédito e, para a formação do banco de dados, somente poderão ser armazenadas informações objetivas, claras, verdadeiras e de fácil compreensão, que sejam necessárias para avaliar a situação econômica do cadastrado.

b) As informações disponibilizadas nos bancos de dados somente poderão ser utilizadas para realização de análise de risco de crédito do cadastrado ou para subsidiar a concessão ou extensão de crédito e a realização de venda a prazo ou outras transações comerciais e empresariais que impliquem risco financeiro ao consulente. Caberá ao gestor manter sistemas seguros, por telefone ou por meio eletrônico, de consulta para informar aos consulentes as informações de adimplemento do cadastrado.

c) É permitido ao gestor exigir exclusividade das fontes de informações.

d) Os bancos de dados poderão conter anotações de informações sensíveis, assim consideradas aquelas pertinentes à origem social, à saúde e às convicções religiosas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda as regras de funcionamento dos bancos de dados sob a ótica da Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12.414/2011), tratando do tipo de informação permitida, da finalidade do tratamento e das vedações legais.

A alternativa A está incorreta, pois a premissa da Lei do Cadastro Positivo é justamente permitir que os bancos de dados contenham informações de adimplemento para a formação do histórico de crédito. A afirmativa nega o próprio objeto da lei, conforme a Lei nº 12.414/2011:

“Art. 3º Os bancos de dados poderão conter informações de adimplemento do cadastrado, para a formação do histórico de crédito, nas condições estabelecidas nesta Lei”.

A alternativa B está correta, pois estabelece a finalidade restrita para o uso das informações do cadastro. Os dados só podem ser utilizados para análise de risco de crédito ou para subsidiar transações que impliquem risco financeiro, protegendo o consumidor de usos desvirtuados de suas informações. A previsão está na Lei nº 12.414/2011:

“Art. 7º As informações disponibilizadas nos bancos de dados somente poderão ser utilizadas para:

I - realização de análise de risco de crédito do cadastrado; ou

II - subsidiar a concessão ou extensão de crédito e a realização de venda a prazo ou outras transações comerciais e empresariais que impliquem risco financeiro ao consulente.

Parágrafo único. Cabe ao gestor manter sistemas seguros, por telefone ou por meio eletrônico, de consulta para informar aos consulentes as informações de adimplemento do cadastrado”.

A alternativa C está incorreta, pois a lei veda expressamente que o gestor do banco de dados exija exclusividade das fontes, nos termos da Lei nº 12.414/2011:

“Art. 10. É proibido ao gestor exigir exclusividade das fontes de informações”.

A alternativa D está incorreta, pois a lei proíbe o tratamento de informações sensíveis, que são aquelas de cunho pessoal e não relacionadas à análise econômica, a fim de evitar qualquer tipo de discriminação. A vedação está no art. 3º, § 3º, II, da Lei nº 12.414/2011:

“Art. 3º Os bancos de dados poderão conter informações de adimplemento do cadastrado, para a formação do histórico de crédito, nas condições estabelecidas nesta Lei.

§ 3º Ficam proibidas as anotações de: (...)

II - informações sensíveis, assim consideradas aquelas pertinentes à origem social e étnica, à saúde, à informação genética, à orientação sexual e às convicções políticas, religiosas e filosóficas”.

QUESTÃO 22. À luz do disposto na Lei nº 9.656/1998 – Lei dos Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde, assinale a afirmativa correta.

a) Em razão da idade do consumidor, ou da condição de pessoa portadora de deficiência, poderá haver impedimento ao consumidor de sua participação em planos privados de assistência à saúde.

b) A definição do plano privado de assistência à saúde caracteriza-se pela prestação continuada de serviços ou cobertura de custos assistenciais, por pessoas físicas ou jurídicas, a preço pré ou pós estabelecido, por prazo determinado, com a finalidade de garantir, com limite financeiro previamente estabelecido, a assistência à saúde, pela faculdade de acesso e atendimento por profissionais ou serviços de saúde, livremente escolhidos, integrantes ou não de rede credenciada, contratada ou referenciada, visando à assistência médica, hospitalar e odontológica, a ser paga integral ou parcialmente às expensas da operadora contratada, mediante reembolso ou pagamento direto ao prestador, por conta e ordem do consumidor.

c) Está subordinada às normas e à fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) qualquer modalidade de produto, serviço e contrato que apresente, além da garantia de cobertura financeira de riscos de assistência médica, hospitalar e odontológica, outras características que o diferencie de atividade exclusivamente financeira.

d) As pessoas jurídicas domiciliadas no exterior não podem constituir ou participar do capital, ou do aumento do capital, de pessoas jurídicas de direito privado constituídas sob as leis brasileiras para operar planos privados de assistência à saúde.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda as disposições gerais da Lei dos Planos de Saúde (Lei nº 9.656/1998), tratando da vedação à discriminação, da definição de plano de saúde, do âmbito de fiscalização da ANS e da participação de capital estrangeiro.

A alternativa A está incorreta, pois a lei proíbe expressamente qualquer tipo de discriminação que impeça a participação de consumidores em planos de saúde em razão de sua idade ou da condição de pessoa com deficiência:

“Art. 14. Em razão da idade do consumidor, ou da condição de pessoa portadora de deficiência, ninguém pode ser impedido de participar de planos privados de assistência à saúde”.

A alternativa B está incorreta por conter erros fundamentais na definição de plano de saúde. A lei estabelece que o contrato tem prazo indeterminado e que a garantia de assistência é sem limite financeiro. A definição legal está na Lei nº 9.656/1998:

“Art. 1º Submetem-se às disposições desta Lei as pessoas jurídicas de direito privado que operam planos de assistência à saúde, sem prejuízo do cumprimento da legislação específica que rege a sua atividade e, simultaneamente, das disposições da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), adotando-se, para fins de aplicação das normas aqui estabelecidas, as seguintes definições:

I - Plano Privado de Assistência à Saúde: prestação continuada de serviços ou cobertura de custos assistenciais a preço pré ou pós estabelecido, por prazo indeterminado, com a finalidade de garantir, sem limite financeiro, a assistência à saúde, pela faculdade de acesso e atendimento por profissionais ou serviços de saúde, livremente escolhidos, integrantes ou não de rede credenciada, contratada ou referenciada, visando a assistência médica, hospitalar e odontológica, a ser paga integral ou parcialmente às expensas da operadora contratada, mediante reembolso ou pagamento direto ao prestador, por conta e ordem do consumidor;”.

A alternativa C está correta, pois descreve com precisão o amplo escopo de atuação da Agência Nacional de Saúde Suplementar. A agência fiscaliza qualquer produto ou serviço que, na prática, funcione como uma garantia de cobertura de riscos de saúde, mesmo que tente se apresentar como uma atividade puramente financeira, nos termos da Lei nº 9.656/1998:

“Art. 1º § 1º Está subordinada às normas e à fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS qualquer modalidade de produto, serviço e contrato que apresente, além da garantia de cobertura financeira de riscos de assistência médica, hospitalar e odontológica, outras características que o diferencie de atividade exclusivamente financeira, tais como: (...)”.

A alternativa D está incorreta, pois a legislação atual permite a participação, inclusive majoritária e de controle, de capital estrangeiro em operadoras de planos de saúde no Brasil, nos termos da Lei nº 9.656/1998:

“Art. 1º § 3º As pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior podem constituir ou participar do capital, ou do aumento do capital, de pessoas jurídicas de direito privado constituídas sob as leis brasileiras para operar planos privados de assistência à saúde”.

QUESTÃO 23. À luz do disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021 – Regras de Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, assinale a afirmativa INCORRETA.

a) O consumidor ou os demais usuários não podem ser titulares de uma ou mais instalações, no mesmo local ou em locais diversos.

b) A distribuidora deve cadastrar de imediato a existência de pessoa usuária de equipamentos de autonomia limitada, vitais à preservação da vida humana e dependentes de energia elétrica, mediante comprovação médica.

c) A distribuidora é responsável pela prestação de serviço adequado ao consumidor e demais usuários e pelas informações necessárias à defesa de interesses individuais, coletivos ou difusos.

d) O consumidor e demais usuários devem manter os dados cadastrais atualizados junto à distribuidora e solicitar, quando for o caso, a alteração da titularidade e da atividade exercida, ou o encerramento contratual e consultar previamente a distribuidora sobre o aumento da carga ou da geração instalada que exigir a elevação da potência injetada ou da potência demandada.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra A**. A questão trata dos direitos e deveres de consumidores e distribuidoras de energia elétrica, conforme a Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021.

A alternativa A está incorreta. A resolução permite expressamente que um mesmo consumidor, pessoa física ou jurídica, possua múltiplos contratos e unidades consumidoras, nos termos do art. 28 da Resolução nº 1.000/2021:

“Art. 28. O consumidor ou os demais usuários podem ser titulares de uma ou mais instalações, no mesmo local ou em locais diversos”.

A alternativa B está correta. A resolução estabelece como dever da distribuidora o cadastro prioritário e imediato de consumidores que utilizam equipamentos essenciais à vida. Trata-se de uma medida de proteção a consumidores em situação de vulnerabilidade, conforme a Resolução nº 1.000/2021:

“Art. 6º A distribuidora deve alterar o cadastro do consumidor e demais usuários no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da solicitação ou, caso haja necessidade de visita técnica, em até 10 (dez) dias úteis, observadas as situações específicas dispostas nesta Resolução.

Parágrafo único. A distribuidora deve cadastrar de imediato a existência de pessoa usuária de equipamentos de autonomia limitada, vitais à preservação da vida humana e dependentes de energia elétrica”.

A alternativa C está correta. A afirmativa descreve a responsabilidade geral da distribuidora, que, como concessionária de serviço público, deve prestar um serviço adequado e fornecer todas as informações necessárias à defesa dos interesses dos consumidores, nos termos da Resolução nº 1.000/2021:

“Art.4º A distribuidora é responsável pela prestação de serviço adequado ao consumidor e demais usuários e pelas informações necessárias à defesa de interesses individuais, coletivos ou difusos”.

A alternativa D está correta. O item elenca corretamente alguns dos principais deveres do consumidor, como manter seus dados atualizados e consultar a distribuidora antes de realizar alterações de carga na sua instalação, garantindo a segurança e a estabilidade da rede. A previsão está na Resolução nº 1.000/2021:

“Art.8º O consumidor e demais usuários devem:

I - manter os dados cadastrais atualizados junto à distribuidora e solicitar, quando for o caso, a alteração da titularidade e da atividade exercida, ou o encerramento contratual; e

II - consultar previamente a distribuidora sobre o aumento da carga ou da geração instalada que exigir a elevação da potência injetada ou da potência demandada”.

QUESTÃO 24. À luz do disposto na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, assinale a afirmativa correta.

a) É nula de pleno direito a cláusula contratual relativa ao fornecimento de produtos e serviços que determine a utilização facultativa de arbitragem.

b) A inserção de cláusula no formulário desfigura a natureza de adesão do contrato.

c) É considerada prática abusiva e vedado ao fornecedor de produtos reter ou deixar de entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto.

d) O fornecedor do produto ou serviço é solidariamente responsável pelos atos de seus prepostos ou representantes autônomos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda temas importantes do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), incluindo cláusulas abusivas, contrato de adesão, práticas abusivas e a responsabilidade do fornecedor.

A alternativa A está incorreta, pois a cláusula que o CDC considera nula é a que determina a utilização compulsória da arbitragem, por retirar do consumidor o direito de acesso ao Poder Judiciário. A utilização facultativa, que depende da concordância do consumidor, é permitida, nos termos do CDC:

“Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que: (...)

VII - determinem a utilização compulsória de arbitragem;”

A alternativa B está incorreta, pois a lei estabelece expressamente que a inserção de cláusulas em um contrato de adesão não desfigura sua natureza, mantendo-se as proteções legais ao consumidor. A previsão está no CDC:

“Art. 54. Contrato de adesão é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo.

§ 1º A inserção de cláusula no formulário não desfigura a natureza de adesão do contrato”.

A alternativa C está incorreta, porque descreve a conduta de forma invertida. A prática abusiva vedada pelo CDC é enviar ou entregar ao consumidor um produto ou serviço sem que ele tenha solicitado, e não "reter ou deixar de entregar". A regra está no CDC:

“Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:

III - enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço;”

A alternativa D está correta, pois reflete o princípio da responsabilidade solidária que permeia o CDC. O fornecedor principal responde pelos atos de todos que atuam em seu nome, sejam eles empregados ou representantes autônomos, garantindo a proteção do consumidor que confia na marca. A previsão é literal do CDC:

“Art. 34. O fornecedor do produto ou serviço é solidariamente responsável pelos atos de seus prepostos ou representantes autônomos”.

QUESTÃO 25. À luz do disposto na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, assinale a afirmativa INCORRETA.

a) O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

b) O acordo firmado perante os órgãos públicos de defesa do consumidor, em caso de superendividamento do consumidor pessoa natural, incluirá a data a partir da qual será providenciada a exclusão do consumidor de bancos de dados e de cadastros de inadimplentes, bem como o condicionamento de seus efeitos à abstenção, pelo consumidor, de condutas que importem no agravamento de sua situação de superendividamento, especialmente a de contrair novas dívidas.

c) As penas de apreensão, de inutilização de produtos, de proibição de fabricação de produtos, de suspensão do fornecimento de produto ou serviço, de cassação do registro do produto e revogação da concessão ou permissão de uso serão aplicadas pela administração, mediante procedimento administrativo, assegurada ampla defesa, quando forem constatados vícios de quantidade ou de qualidade por inadequação ou insegurança do produto ou serviço.

d) O juiz não poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra D**. A questão aborda temas do Código de Defesa do Consumidor, como a responsabilidade pelo fato do serviço, o tratamento do superendividamento, as sanções administrativas e a desconsideração da personalidade jurídica.

A alternativa A está correta. A afirmativa descreve com precisão a responsabilidade objetiva do fornecedor pelo fato do serviço, estabelecida no art. 14 do CDC. Isso significa que a responsabilidade de reparar os danos independe da comprovação de culpa do fornecedor.

“Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos”.

A alternativa B está correta. O item descreve fielmente o conteúdo obrigatório de um acordo de repactuação de dívidas no âmbito do tratamento do superendividamento, conforme as regras introduzidas pela Lei nº 14.181/2021, previstas no CDC:

“Art. 104-C. Compete concorrente e facultativamente aos órgãos públicos integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor a fase conciliatória e preventiva do processo de repactuação de dívidas, nos moldes do art. 104-A deste Código, no que couber, com possibilidade de o processo ser regulado por convênios específicos celebrados entre os referidos órgãos e as instituições credoras ou suas associações.

§ 2º O acordo firmado perante os órgãos públicos de defesa do consumidor, em caso de superendividamento do consumidor pessoa natural, incluirá a data a partir da qual será providenciada a exclusão do consumidor de bancos de dados e de cadastros de inadimplentes, bem como o condicionamento de seus efeitos à abstenção, pelo consumidor, de condutas que importem no agravamento de sua situação de superendividamento, especialmente a de contrair novas dívidas”.

A alternativa C está correta. A afirmativa lista corretamente algumas das sanções administrativas que podem ser aplicadas pelos órgãos de defesa do consumidor e as hipóteses para sua aplicação, como vícios de qualidade ou quantidade, nos termos do CDC:

“Art. 59. As penas de cassação de alvará de licença, de interdição e de suspensão temporária da atividade, bem como a de intervenção administrativa, serão aplicadas mediante procedimento administrativo, assegurada ampla defesa, quando o fornecedor reincidir na prática das infrações de maior gravidade previstas neste código e na legislação de consumo.

§ 1º A pena de cassação da concessão será aplicada à concessionária de serviço público, quando violar obrigação legal ou contratual.

§ 2º A pena de intervenção administrativa será aplicada sempre que as circunstâncias de fato desaconselharem a cassação de licença, a interdição ou suspensão da atividade.

§ 3º Pendendo ação judicial na qual se discuta a imposição de penalidade administrativa, não haverá reincidência até o trânsito em julgado da sentença”.

A alternativa D está incorreta. A afirmação de que o juiz "não poderá" desconsiderar a personalidade jurídica é falsa. O CDC estabelece justamente o contrário: o juiz poderá desconsiderar o véu societário quando houver abuso em detrimento do consumidor:

“Art. 28. O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração”.

QUESTÃO 26. Quanto à competência da Justiça da Infância e da Juventude, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a afirmativa correta.

a) Na execução das medidas socioeducativas, a competência jamais poderá ser deslocada para o local de execução da medida, ainda que diverso do domicílio dos pais ou responsável.

b) Compete exclusivamente à Vara Cível processar as ações civis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente, ainda que exista vara especializada da infância e juventude na comarca.

c) A competência será determinada pelo domicílio dos pais ou responsável e, à falta destes, pelo lugar onde se encontre a criança ou o adolescente, competindo a essa Justiça especializada, dentre outras atribuições, conhecer de representações do Ministério Público para apuração de ato infracional, conceder a remissão e processar pedidos de adoção e seus incidentes.

d) Inexistindo vara especializada, a competência para suprimimento de capacidade ou de consentimento para casamento de menores não se transfere à Justiça da Infância e da Juventude, permanecendo sempre com o juízo de família.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda as regras de competência da Justiça da Infância e da Juventude.

A alternativa A está incorreta, pois a execução de medidas socioeducativas pode ser delegada à autoridade competente da residência dos pais ou do local da entidade de acolhimento, visando facilitar o acompanhamento. A vedação absoluta contida na afirmativa é falsa, conforme o ECA:

“Art. 147. § 2º A execução das medidas poderá ser delegada à autoridade competente da residência dos pais ou responsável, ou do local onde sediar-se a entidade que abrigar a criança ou adolescente”.

A alternativa B está incorreta, pois a competência para processar ações civis fundadas em interesses de crianças e adolescentes é, por excelência, da Justiça da Infância e da Juventude, e não da Vara Cível. A regra está no ECA:

“Art. 148. A Justiça da Infância e da Juventude é competente para:

IV - conhecer de ações civis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente, observado o disposto no art. 209;”

A alternativa C está correta, pois resume com precisão as regras de competência do ECA. Ela combina corretamente a regra de competência territorial (art. 147, I e II), que prioriza o domicílio dos pais ou o local onde a criança se encontra, com exemplos da competência material (art. 148), como a apuração de ato infracional e o processamento de pedidos de adoção.

“Art. 147. A competência será determinada:

I - pelo domicílio dos pais ou responsável;

II - pelo lugar onde se encontre a criança ou adolescente, à falta dos pais ou responsável.

Art. 148. A Justiça da Infância e da Juventude é competente para:

I - conhecer de representações promovidas pelo Ministério Público, para apuração de ato infracional atribuído a adolescente, aplicando as medidas cabíveis;

II - conceder a remissão, como forma de suspensão ou extinção do processo;

III - conhecer de pedidos de adoção e seus incidentes;”

A alternativa D está incorreta, pois a competência para suprir o consentimento para o casamento de menores é, sim, da Justiça da Infância e da Juventude, conforme previsto no ECA:

“Art. 148. Parágrafo único. Quando se tratar de criança ou adolescente nas hipóteses do art. 98, é também competente a Justiça da Infância e da Juventude para o fim de:

c) suprir a capacidade ou o consentimento para o casamento;”

QUESTÃO 27. Joaquina, criança, 7 anos, residia informalmente, há dois anos, com sua avó materna, em razão do falecimento da mãe e da impossibilidade de localização do pai biológico. A avó requereu ao juízo da Vara da Infância e da Juventude a concessão da guarda da neta, tendo o magistrado deferido o pedido liminarmente, antes da citação dos demais interessados. Três meses depois, o avô paterno ajuizou ação postulando a destituição da guarda deferida à avó materna e a concessão, em seu favor, de tutela sobre Joaquina.

Considerando o regramento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) sobre a guarda como modalidade de colocação em família substituta, assinale a afirmativa correta.

a) A guarda deferida à avó materna confere a esta o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais, além de assegurar a Joaquina a condição de dependente da guardiã para todos os efeitos de direito, inclusive previdenciários.

b) A concessão liminar da guarda, antes da citação dos demais interessados, foi incompatível com o procedimento legal da guarda que, diversamente da tutela, somente pode ser deferida ao final de processo autônomo, com produção de provas e contraditório prévio.

c) A guarda deferida à avó materna tornou-se irrevogável, de modo que o pleito do avô paterno somente poderia prosperar por meio de ação de destituição do poder familiar da própria guardiã.

d) A guarda, por constituir medida de caráter excepcional, somente poderia ter sido deferida à avó materna após o esgotamento de todas as tentativas de reinserção de Joaquina junto ao pai biológico.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão apresenta um caso prático sobre a colocação de criança em família substituta, na modalidade de guarda, exigindo o conhecimento dos efeitos e do procedimento previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A alternativa A está correta. A afirmativa descreve com precisão os principais efeitos jurídicos da guarda. Ela confere ao guardião o dever de assistência material, moral e educacional, e o direito de se opor a terceiros, inclusive aos pais. Além disso, a guarda regulariza a condição de dependente da criança para todos os fins, inclusive previdenciários, conforme o ECA:

“Art. 33. A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.”

§ 1º A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros.

§ 2º Excepcionalmente, deferir-se-á a guarda, fora dos casos de tutela e adoção, para atender a situações peculiares ou suprir a falta eventual dos pais ou responsável, podendo ser deferido o direito de representação para a prática de atos determinados.

§ 3º A guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários.”

A alternativa B está incorreta, pois o ECA permite expressamente que a guarda seja deferida em caráter liminar, ou seja, no início do processo, para regularizar uma situação de fato e atender ao melhor interesse da criança, como ocorreu no caso. A previsão está no art. 33, § 1º, do ECA (vide transcrição na alternativa A).

A alternativa C está incorreta por dois motivos. Primeiro, a guarda é uma medida essencialmente revogável, podendo ser modificada a qualquer tempo mediante decisão judicial, nos termos do ECA:

“Art. 35. A guarda poderá ser revogada a qualquer tempo, mediante ato judicial fundamentado, ouvido o Ministério Público.”

Segundo, a afirmativa sugere uma "ação de destituição do poder familiar" contra a avó, o que é juridicamente impossível, pois o poder familiar é um instituto que compete exclusivamente aos pais, nos termos do ECA:

“Art. 21. O poder familiar será exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil, assegurado a qualquer deles o direito de, em caso de discordância, recorrer à autoridade judiciária competente para a solução da divergência”.

A alternativa D está incorreta. O princípio do esgotamento das tentativas de reintegração na família de origem (art. 101, § 1º, do ECA) aplica-se com maior rigor a medidas de acolhimento. No caso, a concessão da guarda à avó, parente próxima com quem a criança já residia, é uma medida que prestigia a manutenção da criança na família extensa, sendo a solução mais adequada e célere para o seu melhor interesse, conforme o ECA:

“Art. 28. A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei.

§ 3 ºNa apreciação do pedido levar-se-á em conta o grau de parentesco e a relação de afinidade ou de afetividade, a fim de evitar ou minorar as consequências decorrentes da medida.

Art. 101. (...) § 1 ºO acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade”.

QUESTÃO 28. A plataforma digital Beta, destinada a jogos eletrônicos de amplo acesso por adolescentes, passou a exigir, para a liberação de determinado conteúdo classificado como impróprio para menores de 18 anos, que o usuário assinalasse, em campo de cadastro, a opção declaro ter 18 anos ou mais. Além disso, a plataforma coleta dados de navegação de seus usuários crianças e adolescentes - inclusive os obtidos no próprio processo de verificação de idade - para construir perfis individualizados destinados ao direcionamento de publicidade comercial, ainda que com o consentimento prévio dos respectivos responsáveis legais. Recentemente, uma adolescente usuária comunicou à empresa, por canal próprio de denúncia, que determinado conteúdo publicado por terceiro violava seus direitos, sem dispor de qualquer ordem judicial nesse sentido.

À luz da Lei nº 15.211/2025 (ECA Digital), analise as afirmativas a seguir.

I. A exigência de autodeclaração de idade pela plataforma Beta, como mecanismo de verificação para o acesso a conteúdo impróprio para menores de 18 anos, atende à finalidade legal de impedir o acesso de crianças e adolescentes a esse tipo de conteúdo.

II. A criação de perfis comportamentais de usuários crianças e adolescentes para fins de direcionamento de publicidade comercial, ainda que, a partir de dados obtidos no processo de verificação de idade, é vedada pela legislação, independentemente do consentimento dos responsáveis legais.

III. A comunicação extrajudicial da adolescente acerca do conteúdo que viola seus direitos já impõe à plataforma o dever de retirada do conteúdo, independentemente de prévia ordem judicial.

IV. A plataforma Beta está dispensada de oferecer ferramentas de supervisão parental, na hipótese, por se tratar de jogo eletrônico, e não de rede social propriamente dita.

Está correto o que se afirma apenas em

a) II e III.

b) I e IV.

c) I, II e III.

d) II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão, baseada na Lei nº 15.211/2025 (ECA Digital), avalia o conhecimento sobre as obrigações de plataformas digitais na proteção de crianças e adolescentes, abordando verificação de idade, publicidade direcionada, remoção de conteúdo e supervisão parental.

O Item I está incorreto, pois a lei proíbe expressamente o uso da autodeclaração como mecanismo de verificação de idade, exigindo métodos mais robustos. A prática da plataforma Beta, portanto, contraria a Lei nº 15.211/2025:

“Art. 9º (...) § 1º Para dar efetividade ao disposto no caput, deverão ser adotados mecanismos confiáveis de verificação de idade a cada acesso do usuário ao conteúdo, produto ou serviço de que trata o caput deste artigo, vedada a autodeclaração.”

O Item II está correto, pois a lei veda de forma absoluta a criação de perfis de crianças e adolescentes para fins de publicidade, não admitindo o consentimento dos responsáveis como exceção. A previsão está no art. 26 da Lei nº 15.211/2025:

“Art. 26. É vedada a criação de perfis comportamentais de usuários crianças e adolescentes a partir da coleta e do tratamento de seus dados pessoais, inclusive daqueles obtidos nos processos de verificação de idade, bem como de dados grupais e coletivos, para fins de direcionamento de publicidade comercial.”

O Item III está correto, pois a lei estabelece o dever de remoção de conteúdo violador mediante a simples notificação extrajudicial da vítima, sem necessidade de ordem judicial. A regra está no art. 29 da Lei nº 15.211/2025:

“Art. 29. Para atender ao princípio da proteção integral, é dever dos fornecedores de produtos ou serviços de tecnologia da informação direcionados a crianças e a adolescentes ou de acesso provável por eles proceder à retirada de conteúdo que viola direitos de crianças e de adolescentes assim que forem comunicados do caráter ofensivo da publicação pela vítima, por seus representantes, pelo Ministério

Público ou por entidades representativas de defesa dos direitos de crianças e de adolescentes, independentemente de ordem judicial”.

O Item IV está incorreto, pois a obrigação de oferecer ferramentas de supervisão parental se aplica a todos os serviços de tecnologia da informação com acesso provável por menores, incluindo jogos eletrônicos. A dispensa sugerida não existe na lei, conforme o art. 17, I, da Lei nº 15.211/2025:

“Art. 17. Os fornecedores de produtos ou serviços de tecnologia da informação direcionados a crianças e a adolescentes ou de acesso provável por eles deverão:

I – disponibilizar configurações e ferramentas acessíveis e fáceis de usar que apoiem a supervisão parental, considerados a tecnologia disponível e a natureza e o propósito do produto ou serviço;”

QUESTÃO 29. Lucas, 17 anos, foi apreendido em flagrante pela suposta prática de ato infracional equiparado a roubo, cometido mediante grave ameaça. Diante da gravidade do fato e da necessidade imperiosa de garantia de sua segurança pessoal, foi decretada internação provisória, anterior à sentença, pelo prazo de quarenta e cinco dias. Ao final da instrução, sobreveio sentença que reconheceu a prática do ato infracional e aplicou a medida de internação. Lucas completou 18 anos durante o cumprimento da medida e, tempos depois, completou 21 anos, sem que a medida tivesse sido formalmente extinta até então.

Acerca das medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, assinale a afirmativa correta.

a) A internação provisória de Lucas, decretada pelo prazo de quarenta e cinco dias, poderia ter sido prorrogada por igual período, mediante decisão fundamentada calcada na complexidade do feito, totalizando o prazo máximo de noventa dias.

b) A aplicação da medida de internação a Lucas, em razão da gravidade do ato infracional cometido mediante grave ameaça, atendeu a uma das hipóteses taxativamente previstas em lei para a imposição dessa medida.

c) As medidas socioeducativas, por não possuírem o caráter de pena, não se submetem ao regramento da prescrição previsto na legislação penal.

d) Atingidos os 21 anos de idade, a internação de Lucas deveria ter sido cessada de pleno direito, independentemente de qualquer pronunciamento judicial, por força da liberação compulsória prevista no ECA.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão apresenta um caso prático sobre a aplicação de medidas socioeducativas, exigindo conhecimento sobre internação provisória, hipóteses de cabimento da internação, prescrição e liberação compulsória, conforme o ECA e a Lei do SINASE.

A alternativa A está incorreta, pois o prazo máximo para a internação provisória é de 45 dias, sendo este improrrogável. A prorrogação sugerida na afirmativa é vedada pela lei, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

“Art. 108. A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias”.

A alternativa B está correta, pois a medida de internação, embora excepcional, é cabível quando o ato infracional é cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa. O caso de Lucas, que praticou ato análogo a roubo com grave ameaça, enquadra-se perfeitamente em uma das hipóteses taxativas do ECA:

“Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando:

I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;”

A alternativa C está incorreta, pois, embora as medidas socioeducativas não sejam penas, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) pacificou o entendimento de que a elas se aplica o regramento da prescrição penal, por analogia. A matéria é objeto da Súmula 338 do STJ:

“A prescrição penal é aplicável nas medidas sócio-educativas.”

A alternativa D está incorreta. A afirmativa mistura um conceito correto com um procedimento incorreto. O direito à liberação ao completar 21 anos é, de fato, compulsório, sendo uma regra material impositiva prevista no art. 121, § 5º, do ECA. Contudo, o erro da alternativa está em afirmar que essa liberação ocorre "de pleno direito" e "independentemente de qualquer pronunciamento judicial". O sistema de execução de medidas socioeducativas é inteiramente judicializado. Nos termos da Lei 12.594/2012:

“Art. 46. A medida socioeducativa será declarada extinta:

§ 1º No caso de o maior de 18 (dezoito) anos, em cumprimento de medida socioeducativa, responder a processo-crime, caberá à autoridade judiciária decidir sobre eventual extinção da execução, cientificando da decisão o juízo criminal competente”.

QUESTÃO 30. Marcelo, adolescente, 15 anos, foi apreendido em flagrante pela suposta prática de ato infracional equiparado a furto simples. Antes de iniciado o procedimento judicial para apuração do ato infracional, o representante do Ministério Público, considerando as circunstâncias do fato e a personalidade do adolescente, propôs a concessão de remissão a Marcelo, cumulada com advertência, medida aceita pelo adolescente e por seu representante legal e homologada pelo juízo. Em outro feito, já iniciado o procedimento de apuração de ato infracional em desfavor de Bruna, adolescente de 16 anos, a autoridade judiciária, antes da sentença, concedeu-lhe remissão.

Considerando os institutos da remissão previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a afirmativa correta.

a) A remissão concedida a Marcelo, por ter sido formulada antes de iniciado o procedimento judicial, importou em exclusão do processo, ao passo que a remissão concedida a Bruna, por ter sido concedida no curso de procedimento já iniciado, importou em sua suspensão ou extinção.

b) A remissão concedida a Marcelo poderia ter sido cumulada com qualquer medida socioeducativa prevista no ECA, desde que recomendada pelas circunstâncias do ato infracional.

c) A medida aplicada a Marcelo em razão da remissão é insuscetível de revisão judicial posterior, ressalvado o caso de pedido do próprio Ministério Público.

d) A concessão da remissão a Marcelo importou no reconhecimento de sua responsabilidade pela prática do ato infracional, podendo ser considerada para fins de eventual reiteração infracional futura.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o instituto da remissão no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), diferenciando suas modalidades e seus efeitos.

A alternativa A está correta, pois distingue com precisão os efeitos das duas modalidades de remissão. A remissão concedida pelo Ministério Público antes do processo (caso de Marcelo) tem como efeito a exclusão do processo, conforme o ECA:

“Art. 126. Antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional, o representante do Ministério Público poderá conceder a remissão, como forma de exclusão do processo, atendendo às circunstâncias e conseqüências do fato, ao contexto social, bem como à personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional”.

Já a remissão concedida pela autoridade judiciária no curso do procedimento (caso de Bruna) resulta na suspensão ou extinção do processo, nos termos do ECA:

“Art. 126. Parágrafo único. Iniciado o procedimento, a concessão da remissão pela autoridade judiciária importará na suspensão ou extinção do processo”.

A alternativa B está incorreta, pois a remissão pré-processual, concedida pelo Ministério Público, não pode ser cumulada com as medidas socioeducativas mais gravosas. O ECA veda expressamente a aplicação das medidas de semiliberdade e de internação nesse contexto:

“Art. 127. A remissão não implica necessariamente o reconhecimento ou comprovação da responsabilidade, nem prevalece para efeito de antecedentes, podendo incluir eventualmente a aplicação de qualquer das medidas previstas em lei, exceto a colocação em regime de semi-liberdade e a internação”.

A alternativa C está incorreta, pois a medida aplicada em conjunto com a remissão pode ser revista a qualquer tempo, não apenas a pedido do Ministério Público, mas também por solicitação do próprio adolescente ou de seu representante legal, conforme o art. 128 do ECA:

“Art. 128. A medida aplicada por força da remissão poderá ser revista judicialmente, a qualquer tempo, mediante pedido expresso do adolescente ou de seu representante legal, ou do Ministério Público”.

A alternativa D está incorreta, pois um dos princípios fundamentais da remissão é que ela não implica o reconhecimento da responsabilidade do adolescente, nem pode ser utilizada como antecedente infracional, nos termos do art. 127 do ECA (vide transcrição na alternativa B).

QUESTÃO 31. Tício foi denunciado pela prática de crime cuja pena máxima cominada em abstrato é de quatro anos de reclusão. O fato ocorreu em 10/01/2007. A denúncia foi recebida em 10/01/2015. O réu foi validamente citado em 20/06/2015, tendo apresentado resposta à acusação e acompanhado regularmente a instrução processual. Após a instrução, foi publicada, em 15/03/2023, sentença condenatória recorrível. Considerando os prazos prescricionais e as causas interruptivas da prescrição previstas no Código Penal, assinale a afirmativa correta.

a) Não houve prescrição da pretensão punitiva, pois a citação válida do réu interrompe a contagem do prazo prescricional.

b) Houve prescrição da pretensão punitiva no interregno entre o recebimento da denúncia e a publicação da sentença condenatória recorrível.

c) Não houve prescrição da pretensão punitiva, pois o oferecimento da denúncia suspende automaticamente a contagem do prazo até a citação válida do acusado, retomando-se a contagem apenas a partir desta.

d) Houve prescrição, mas apenas da pretensão executória, uma vez que o prazo deve ser contado do trânsito em julgado para a acusação, e não do recebimento da denúncia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da contagem do prazo prescricional da pretensão punitiva, considerando a pena máxima cominada em abstrato e as causas interruptivas da prescrição previstas no art. 117 do Código Penal.

A alternativa A está incorreta, porquanto a citação válida do réu não figura entre as causas interruptivas da prescrição elencadas no rol taxativo do art. 117 do CP, não produzindo, portanto, qualquer efeito interruptivo sobre a contagem do prazo.

“CP, art. 117 - O curso da prescrição interrompe-se: I - pelo recebimento da denúncia ou da queixa; II - pela pronúncia; III - pela decisão confirmatória da pronúncia; IV - pela publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis; V - pelo início ou continuação do cumprimento da pena; VI - pela reincidência.”

A alternativa B está correta, uma vez que, entre o recebimento da denúncia (10/01/2015) e a publicação da sentença condenatória recorrível (15/03/2023), transcorreu prazo superior a 8 (oito) anos, sem que tenha ocorrido, nesse ínterim, qualquer nova causa interruptiva apta a reiniciar a contagem, de modo que se consumou a prescrição da pretensão punitiva.

“CP, art. 109. A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto no § 1º do art. 110 deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se: (...) IV - em oito anos, se o máximo da pena é superior a dois anos e não excede a quatro;”

A alternativa C está incorreta, pois o oferecimento da denúncia não é causa suspensiva nem interruptiva da prescrição; o marco interruptivo é o recebimento da denúncia, e não o seu mero oferecimento, tampouco há suspensão automática da contagem até a citação do acusado.

A alternativa D está incorreta, porquanto não houve trânsito em julgado da sentença condenatória, tratando-se esta de decisão ainda recorrível, razão pela qual não há falar em prescrição da pretensão executória, mas eventualmente em prescrição da pretensão punitiva, cuja contagem se dá a partir do recebimento da denúncia, e não do trânsito em julgado.

QUESTÃO 32. A bordo de uma embarcação mercantil de propriedade de uma empresa privada brasileira, que se encontrava atracada em um porto correspondente ao mar territorial da República do Chile, Marcos, brasileiro nato, durante uma discussão acalorada, comete crime de homicídio contra um colega de tripulação, também brasileiro. Após o fato, Marcos foge das autoridades chilenas e consegue retornar furtivamente ao território brasileiro. A lei chilena pune gravemente o crime de homicídio, e a Justiça do Chile iniciou o processo criminal competente, mas o governo brasileiro recusa eventual extradição. Considerando o regramento do Código Penal brasileiro sobre o lugar do crime e a extraterritorialidade, é correto afirmar que a aplicação da lei brasileira ao caso configura

a) hipótese de incidência do princípio da territorialidade, pois embarcações brasileiras são consideradas extensão do território nacional onde quer que se encontrem, sujeitando Marcos à lei penal brasileira.

b) hipótese de incidência do princípio da extraterritorialidade condicionada, submetendo-se a requisitos legais cumulativos, dentre os quais está o crime incluído entre aqueles em que a lei brasileira autoriza a extradição.

c) hipótese de incidência do princípio da extraterritorialidade incondicionada, baseada no princípio da nacionalidade ativa, visto que autor e vítima são brasileiros.

d) hipótese de incidência do princípio da extraterritorialidade condicionada, submetendo-se a requisitos legais cumulativos, dentre os quais requisição do Ministro da Justiça.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do lugar do crime e das hipóteses de extraterritorialidade da lei penal brasileira, notadamente a extraterritorialidade condicionada prevista no art. 7º, II, do CP.

A alternativa A está incorreta, porquanto embarcação mercantil privada só é considerada extensão do território nacional quando em alto-mar, e não quando atracada em porto ou mar territorial de outro país, hipótese em que prevalece a soberania territorial estrangeira, conforme o art. 5º, § 1º, do CP. Logo, não se trata de hipótese de territorialidade.

“CP, art. 5º - Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional. § 1º - Para os efeitos penais, consideram-se como

extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.”

A alternativa B está correta, pois o crime praticado por brasileiro contra brasileiro no estrangeiro atrai a hipótese de extraterritorialidade condicionada, prevista no art. 7º, II, "b", do Código Penal. Para a aplicação da lei brasileira, devem ser preenchidas as condições do § 2º do mesmo artigo. Entre elas a de que o crime esteja entre aqueles pelos quais a lei brasileira autoriza a extradição (CP, art. 7º, § 2º, "c").

“CP, art. 7º - Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro: (...) II - os crimes: (...) b) praticados por brasileiro;”

“CP, art. 7º, § 2º - Nos casos do inciso II, a aplicação da lei brasileira depende do concurso das seguintes condições: a) entrar o agente no território nacional; b) ser o fato punível também no país em que foi praticado; c) estar o crime incluído entre aqueles pelos quais a lei brasileira autoriza a extradição; d) não ter sido o agente absolvido no estrangeiro ou não ter aí cumprido a pena; e) não ter sido o agente perdoado no estrangeiro ou, por outro motivo, não estar extinta a punibilidade, segundo a lei mais favorável.”

A alternativa C está incorreta, pois não se trata de extraterritorialidade incondicionada, pois o homicídio praticado por particular brasileiro contra outro brasileiro no estrangeiro não figura entre as hipóteses taxativas do art. 7º, I, do CP, que se restringem a crimes contra bens jurídicos específicos do Estado brasileiro ou ao genocídio.

“CP, art. 7º - Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro: I - os crimes: a) contra a vida ou a liberdade do Presidente da República; b) contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público; c) contra a administração pública, por quem está a seu serviço; d) de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil;”

A alternativa D está incorreta. Embora a alternativa esteja correta ao classificar a hipótese como extraterritorialidade condicionada, está errada ao exigir, como condição, a requisição do Ministro da Justiça. Essa requisição é requisito específico da hipótese prevista no art. 7º, § 3º, do CP, referente aos crimes praticados por estrangeiro contra brasileiro fora do Brasil, e não à hipótese do art. 7º, inciso II, "b", que trata do crime praticado por brasileiro no exterior.

“CP, art. 7º, § 3º - A lei brasileira aplica-se também ao crime cometido por estrangeiro contra brasileiro fora do Brasil, se, reunidas as condições previstas no parágrafo anterior: a) não foi pedida ou foi negada a extradição; b) houve requisição do Ministro da Justiça.”

QUESTÃO 33. Considerando a disciplina do Código Penal, da Lei de Execução Penal e a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça acerca das medidas de segurança, analise as afirmativas a seguir.

I. O ordenamento brasileiro adotou, quanto aos semi-imputáveis, o sistema vicariante, de modo que a pena poderá ser reduzida, mas não substituída, por medida de segurança.

II. A medida de segurança de internação possui prazo indeterminado, extinguindo-se apenas com a cessação da periculosidade.

III. Em se tratando de medida de segurança aplicada em substituição à pena corporal, prevista no art. 183 da Lei de Execução Penal, sua duração está adstrita à pena máxima abstratamente cominada ao delito.

IV. O tempo de cumprimento de prisão preventiva pelo agente não pode ser deduzido do prazo mínimo fixado pelo juiz para a duração da medida de segurança, dada a inegável natureza clínico-terapêutica, e não punitiva, desta última.

V. Cessada a periculosidade, a desinternação ou a liberação do agente será sempre condicional, devendo ser restabelecida a situação anterior caso o agente, antes de decorrido o prazo de um ano, pratique fato indicativo da persistência de periculosidade.

Está correto o que se afirma apenas em

a) I, II e III.

b) I, III e V.

c) II, IV e V.

d) II e V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do regime das medidas de segurança no Código Penal e na Lei de Execução Penal, exigindo o exame de cinco afirmativas sobre o sistema vicariante, o prazo de duração da internação, a medida de segurança substitutiva do art. 183 da LEP, a detração penal e o restabelecimento da medida após a desinternação condicional.

O item I está incorreto. O ordenamento brasileiro adotou o sistema vicariante para os semi-imputáveis. Assim, reconhecida a semi-imputabilidade, o juiz pode reduzir a pena de um a dois terços ou substituí-la por medida de segurança, quando o condenado necessitar de especial tratamento curativo, nos termos do artigo 98 do Código Penal. Portanto, é incorreta a afirmação de que a pena poderá ser reduzida, mas não substituída por medida de segurança.

“CP, art. 98 - Na hipótese do parágrafo único do art. 26 deste Código e necessitando o condenado de especial tratamento curativo, a pena privativa de liberdade pode ser substituída pela internação, ou tratamento ambulatorial, pelo prazo mínimo de 1 (um) a 3 (três) anos, nos termos do artigo anterior e respectivos §§ 1º a 4º.”

O item II está correto, segundo a literalidade do art. 97, § 1º, do Código Penal, que estabelece que a internação ou o tratamento ambulatorial será por tempo indeterminado, perdurando enquanto não for averiguada, mediante perícia médica, a cessação da periculosidade. Cumpre destacar, contudo, que essa literalidade deve ser interpretada à luz da Súmula 527 do STJ (“O tempo de duração da medida de segurança não deve ultrapassar o limite máximo da pena abstratamente cominada ao delito praticado”),

que relativiza a ideia de prazo puramente indeterminado ao impor um teto temporal vinculado à pena máxima cominada ao delito. Ainda assim, no plano estritamente legal do art. 97, § 1º, do CP, a assertiva está correta.

"CP, art. 97 (...) § 1º A internação, ou tratamento ambulatorial, será por tempo indeterminado, perdurando enquanto não for averiguada, mediante perícia médica, a cessação de periculosidade. O prazo mínimo deverá ser de 1 (um) a 3 (três) anos."

"STJ, Súmula 527 - O tempo de duração da medida de segurança não deve ultrapassar o limite máximo da pena abstratamente cominada ao delito praticado. (SÚMULA 527, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 13/05/2015, DJe 18/05/2015)."

O item III está incorreto, pois, segundo entendimento consolidado do STJ, no REsp 1.956.497/PR, a medida de segurança aplicada em substituição à pena corporal na forma do art. 183 da LEP tem sua duração adstrita ao tempo que resta para o cumprimento da pena privativa de liberdade fixada na sentença condenatória, sob pena de ofensa à coisa julgada, e não à pena máxima abstratamente cominada ao delito.

"STJ. (...) 4. A medida de segurança imposta ao apenado adulto que desenvolve transtorno mental no curso da execução, com espeque no art. 183 da LEP, tem sua duração limitada ao tempo remanescente da pena privativa de liberdade. (...) (REsp n. 1.956.497/PR, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 5/4/2022, DJe de 8/4/2022.)"

O item IV está correto. Conforme o entendimento do STJ firmado no HC 751.504/DF, a detração penal deve observar o prazo mínimo estipulado pelo legislador, que não se reduz em razão do tempo de prisão preventiva já cumprido, dada a natureza clínico-terapêutica desse piso legal.

"STJ. (...) 4. A detração penal deve observar o prazo mínimo estipulado pelo legislador, sendo a cessação da periculosidade do agente condicionada à perícia médica. 5. A medida de segurança possui caráter preventivo e terapêutico, com duração indeterminada, até a cessação da periculosidade, conforme perícia médica, respeitando o prazo máximo fixado pela jurisprudência. (HC n. 751.504/DF, relatora Ministra Daniela Teixeira, Quinta Turma, julgado em 11/2/2025, DJEN de 17/2/2025.)"

O item V está correto. Cessada a periculosidade, a desinternação ou liberação será sempre condicional, devendo ser restabelecida a situação anterior se o agente, antes do decurso de um ano, praticar fato indicativo de persistência de periculosidade, nos termos do art. 97, § 3º, do CP:

"CP, art. 97, § 3º - A desinternação, ou a liberação, será sempre condicional devendo ser restabelecida a situação anterior se o agente, antes do decurso de 1 (um) ano, pratica fato indicativo de persistência de sua periculosidade."

Portanto, considerando que apenas os itens II, IV e V estão corretos, a alternativa correta é a **C**.

QUESTÃO 34. Mário caminhava por via pública quando foi surpreendido por Leandro, seu desafeto, que avançou em sua direção empunhando agressivamente uma faca. Para repelir a injusta agressão atual, Mário, usando arma de fogo regularmente registrada, efetuou disparo contra o agressor. Em razão de erro de pontaria na execução do ato defensivo, o projétil não atingiu Leandro, mas sim Camila, transeunte estranha ao conflito, causando-lhe morte instantânea. Imediatamente depois, Leandro tropeçou, deixou cair a faca e, rendendo-se, pediu desculpas, com as mãos levantadas e sem qualquer instrumento nas mãos. Ainda assim, tomado por ódio e ânimo de vingança diante da situação vivida segundos antes, Mário efetuou novo disparo, agora deliberado e certo, contra o já desarmado Leandro, matando-o. Sobre a responsabilidade jurídico-penal de Mário quanto às mortes de Camila e de Leandro, assinale a afirmativa correta.

a) Mário responderá por homicídio culposo em relação a Camila, pois a excludente da legítima defesa não possui efeitos perante terceiros inocentes; quanto a Leandro, responderá por homicídio doloso em razão do excesso derivado de violenta emoção.

b) Mário não responderá por homicídio quanto à morte de Camila, por força do erro na execução; quanto a Leandro, responderá por homicídio doloso, ainda que cometido o excesso sob violenta emoção, logo em seguida à injusta agressão.

c) Mário responderá por homicídio culposo quanto à morte de Camila, pois os efeitos da legítima defesa não se estendem a terceiros estranhos ao conflito; quanto a Leandro, a violenta emoção evidenciada nas circunstâncias do caso exclui o dolo do segundo disparo, subsistindo tão somente responsabilidade por homicídio culposo.

d) Mário não responderá por homicídio quanto à morte de Camila, por força do erro na execução; quanto a Leandro, a violenta emoção evidenciada nas circunstâncias do caso exclui o dolo do segundo disparo, subsistindo tão somente responsabilidade por homicídio culposo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do instituto da *aberratio ictus* (erro na execução) em sua interface com a legítima defesa, bem como do excesso doloso na reação defensiva e da figura do homicídio privilegiado.

A alternativa A está incorreta, pois sustenta que a legítima defesa não produz efeitos em relação a terceiros atingidos por *aberratio ictus* (erro na execução), quando, na realidade, o art. 73 do Código Penal estabelece tratamento jurídico específico para essa situação, permitindo a extensão da excludente que ampararia a conduta em relação à pessoa inicialmente visada. Assim, considerando que Mário atuava legitimamente para repelir a agressão atual e injusta de Leandro e que, por erro de pontaria, o disparo atingiu Camila, terceira estranha ao conflito, a excludente de ilicitude da legítima defesa também aproveita à vítima atingida por erro na execução.

“CP, art. 73 - Quando, por acidente ou erro no uso dos meios de execução, o agente, ao invés de atingir a pessoa que pretendia ofender, atinge pessoa diversa, responde como se tivesse praticado o crime contra aquela, atendendo-se ao disposto no § 3º do art. 20 deste Código. No caso de ser também atingida a pessoa que o agente pretendia ofender, aplica-se a regra do art. 70 deste Código. “

A alternativa B está correta: quanto a Camila, não há responsabilidade penal, em razão do erro na execução combinado com a legítima defesa preexistente contra Leandro; quanto a Leandro, Mário responde por homicídio doloso, pois, cessada a agressão (o agressor já estava desarmado e se rendendo), o segundo disparo configura excesso doloso, sendo o estado de violenta emoção, ainda que logo em seguida à injusta agressão, causa apenas de diminuição de pena (homicídio privilegiado), e não excludente de dolo, nos termos do art. 121, § 1º, do CP:

"CP, art. 25. Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem."

"CP, art. 121 (...) § 1º Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço."

A alternativa C está incorreta, pois apresenta equívoco em relação às duas mortes. Quanto a Camila, a assertiva afirma que Mário responderia por homicídio culposo, desconsiderando que, nos termos do art. 73 do Código Penal, a excludente da legítima defesa que amparava a conduta em relação ao agressor também se estende ao terceiro atingido por erro na execução. Quanto a Leandro, a alternativa igualmente se equivoca ao afirmar que a violenta emoção excluiria o dolo, uma vez que essa circunstância, quando presentes os requisitos do art. 121, § 1º, do Código Penal, constitui apenas causa de diminuição de pena, não afastando o dolo nem descaracterizando o homicídio doloso.

A alternativa D está incorreta quanto à morte de Leandro, pois a violenta emoção não exclui o dolo presente no segundo disparo. Quando presentes os requisitos do art. 121, § 1º, do Código Penal, a violenta emoção constitui apenas causa de diminuição de pena, permanecendo caracterizado o homicídio doloso, que poderá assumir a forma de homicídio privilegiado.

QUESTÃO 35. Sobre a dosimetria da pena, os limites das fases do cálculo penal e o sopesamento de atenuantes e agravantes genéricas, à luz da jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, analise as afirmativas a seguir.

I. As condenações criminais pretéritas cujo período depurador de cinco anos já tenha sido integralmente ultrapassado não podem ser valoradas pelo magistrado a título de maus antecedentes.

II. A confissão qualificada – na qual o réu admite a prática do fato, mas agrega tese defensiva excludente da tipicidade, da ilicitude ou da culpabilidade – deverá ser sempre valorada como atenuante e reconhecida como preponderante em eventual concurso com agravantes.

III. Na concorrência entre a agravante da reincidência e a atenuante da confissão espontânea, ambas são, em regra, de igual envergadura, autorizando-se a compensação integral entre elas, ressalvada a hipótese de multirreincidência, que pode afastar a compensação plena.

IV. A incidência de circunstância atenuante genérica autoriza que o magistrado, de forma fundamentada e excepcional, fixe a pena provisória, na segunda fase da dosimetria, em patamar numericamente inferior ao mínimo legal previsto em abstrato para o tipo incriminador.

V. É válido o reconhecimento da atenuante da confissão espontânea quando o réu confessa a autoria do fato na fase extrajudicial ou judicial e tal confissão é utilizada, ainda que em conjunto com outras provas, para a formação do convencimento condenatório, mesmo que o réu venha a retratar-se em juízo.

Está correto o que se afirma apenas em

a) I, II e IV.

b) I, III e V.

c) III e V.

d) II, IV e V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata dos limites da dosimetria da pena, notadamente da distinção entre maus antecedentes e reincidência, da confissão espontânea (inclusive em sua modalidade qualificada), da compensação entre a agravante da reincidência e a atenuante da confissão, e do limite mínimo legal na segunda fase do cálculo da pena.

O item I está incorreto. O transcurso do prazo depurador de cinco anos previsto no art. 64, I, do Código Penal afasta a possibilidade de reconhecimento da reincidência, mas não impede que a condenação anterior seja valorada como maus antecedentes. Esse entendimento foi consolidado pelo STF no julgamento do RE 593.818/SC (Tema 150 da repercussão geral), que reconheceu a distinção entre os dois institutos. Assim, condenações criminais definitivas que, em razão do decurso do prazo quinquenal, não mais possam caracterizar reincidência podem ser consideradas na primeira fase da dosimetria da pena, como circunstância judicial desfavorável relativa aos maus antecedentes.

*“STF. (...) 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal só considera maus antecedentes condenações penais transitadas em julgado que não configurem reincidência. **Trata-se, portanto, de institutos distintos**, com finalidade diversa na aplicação da pena criminal. 2. Por esse motivo, não se aplica aos maus antecedentes o prazo quinquenal de prescrição previsto para a reincidência (art. 64, I, do Código Penal). 3. Não se pode retirar do julgador a possibilidade de aferir, no caso concreto, informações sobre a vida pregressa do agente, para fins de fixação da pena-base em observância aos princípios constitucionais da isonomia e da individualização da pena. 4. Recurso extraordinário a que se dá parcial provimento, mantida a decisão recorrida por outros fundamentos, fixada a seguinte tese: **Não se aplica ao reconhecimento dos maus antecedentes o prazo quinquenal de prescrição da reincidência, previsto no art. 64, I, do Código Penal.** (RE 593818, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 18-08-2020, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-277 DIVULG 20-11-2020 PUBLIC 23-11-2020)”*

O item II está incorreto, pois, segundo o Tema 1.194 do STJ (REsp 2.001.973/RS), a confissão qualificada deve ser aplicada em menor proporção e não pode ser considerada preponderante no concurso com agravantes quando o fato confessado for tipificado com pena menor ou caracterizar excludente de tipicidade, ilicitude ou culpabilidade, e não "sempre" preponderante como afirma o item.

“STJ. (...) Teses do Tema n. 1.194: 1. A atenuante genérica da confissão espontânea, prevista no art. 65, III, d, do Código Penal, é apta a abrandar a pena independentemente de ter sido utilizada na formação do convencimento do julgador e mesmo que existam outros elementos suficientes de prova, desde que não tenha havido retratação, exceto, neste último caso, que a confissão tenha servido à apuração dos fatos. 2. A atenuação deve ser aplicada em menor proporção e não poderá ser considerada preponderante no concurso com agravantes quando o fato confessado for tipificado com menor pena ou caracterizar circunstância excludente da tipicidade, da ilicitude ou da culpabilidade. (...) (REsp n. 2.001.973/RS, relator Ministro Og Fernandes, Terceira Seção, julgado em 10/9/2025, DJEN de 16/9/2025.)”

O item III está correto. A jurisprudência do STJ estabelece que a reincidência e a confissão espontânea possuem, em regra, igual valor, admitindo-se a compensação integral entre elas na segunda fase da dosimetria, inclusive quando se tratar de reincidência específica. A exceção ocorre na hipótese de multirreincidência, em que a agravante da reincidência deve preponderar, sendo possível apenas a compensação proporcional. É o entendimento consolidado no REsp 1.931.145/SP, que atualizou a Tese 585 do STJ.

“STJ. (...) Acolhida a readequação da Tese n. 585/STJ, nos seguintes termos: É possível, na segunda fase da dosimetria da pena, a compensação integral da atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência, seja ela específica ou não. Todavia, nos casos de multirreincidência, deve ser reconhecida a preponderância da agravante prevista no art. 61, I, do Código Penal, sendo admissível a sua compensação proporcional com a atenuante da confissão espontânea, em estrito atendimento aos princípios da individualização da pena e da proporcionalidade. (REsp n. 1.931.145/SP, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Terceira Seção, julgado em 22/6/2022, DJe de 24/6/2022.)”

O item IV está incorreto, pois contraria a Súmula 231 do STJ, segundo a qual a incidência de circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal, sendo esse limite intransponível na segunda fase da dosimetria.

“STJ, Súmula 231 - A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal. (SÚMULA 231, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 22/09/1999, DJ 15/10/1999, p. 76)”

O item V está correto, pois a atenuante da confissão espontânea deve ser reconhecida quando a confissão, seja judicial ou extrajudicial, ainda que parcial ou qualificada, for utilizada para fundamentar a condenação, mesmo que o réu posteriormente se retrate em juízo. Esse é o entendimento firmado pelo STJ no HC 347.494/SP. Ademais, a nova redação da Súmula 545 do STJ, aprovada pela Terceira Seção em 10/09/2025, consolidou entendimento ainda mais amplo, segundo o qual “a confissão do autor possibilita a atenuação da pena prevista no art. 65, III, d, do Código Penal, independentemente de ser utilizada na formação do convencimento do julgador”. Assim, no caso apresentado, em que a confissão foi utilizada, ainda que em conjunto com outras provas, para a formação do convencimento condenatório, é plenamente cabível o reconhecimento da atenuante.

*“STJ. (...) 2. Pacífico é o entendimento desta Corte no sentido de que a atenuante de confissão espontânea deve ser reconhecida na segunda fase da dosimetria da pena, ainda que tenha sido parcial ou qualificada, seja ela judicial ou extrajudicial, e **mesmo que o réu venha a dela se retratar**, quando tal manifestação for utilizada para fundamentar a sua condenação. (...) (HC n. 347.494/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 15/12/2016, DJe de 1/2/2017.)”*

“STJ, Súmula 545 - A confissão do autor possibilita a atenuação da pena prevista no art. 65, III, d, do Código Penal, independentemente de ser utilizada na formação do convencimento do julgador. (TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 10/9/2025, DJEN de 2/12/2025)”

Portanto, considerando que apenas os itens III e V estão corretos, a alternativa correta é a **letra C**.

QUESTÃO 36. CS, de forma livre e consciente, trazia consigo em seu bolso, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar, sessenta gramas de cocaína, momento em que foi abordado e flagrado por policiais militares. Em uma mochila que utilizava, os agentes de segurança apreenderam uma arma de fogo, sem munição. O acusado é primário e de bons antecedentes. Durante sua oitiva na delegacia, confessou o delito de tráfico de drogas. Todavia, no interrogatório judicial, no curso processual, negou o tráfico, mas admitiu a propriedade do entorpecente para uso próprio, bem como a posse ilegal da arma que alegou ser para sua defesa pessoal. No que tange à atual jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa correta.

a) O Tema 1194 dos Recursos Repetitivos (STJ) firmou que a atenuante da confissão espontânea é aplicável, independentemente de ter sido usada na formação do convencimento do julgador e mesmo que existam outros elementos suficientes de prova. Tal regra vale desde que não tenha ocorrido retratação, exceto se, mesmo após a retratação, a confissão inicial tenha servido à apuração dos fatos. Com isso ocorreu a revisão da Súmula 545 do STJ.

b) A súmula 630 do STJ teve o seu enunciado revisado. Desta forma, a incidência da atenuante da confissão espontânea no crime de tráfico ilícito de entorpecentes não deve ser aplicada quando o acusado admitir a posse ou a propriedade para uso próprio, mas permanecer negando a prática do tráfico de drogas, uma vez que não ocorreu a confissão plena.

c) Aplica-se a majorante do art. 40, inciso IV, da Lei nº 11.343/2006, desde que, juntamente com a substância entorpecente, tenha sido apreendida arma de fogo, independente de demonstração de nexos finalístico entre o uso da arma e o tráfico de drogas. Incabível o concurso material com o delito previsto no Estatuto do Desarmamento seja qual for a hipótese, sob pena de bis in idem, nos termos do Tema 1259 (STJ).

d) Na hipótese da aplicação da pena-base em seu mínimo legal, incidindo uma atenuante na segunda fase da dosimetria penal, por exemplo a confissão espontânea, pode-se reduzir a pena-base abaixo do mínimo legal cominado ao crime, nos exatos termos da Súmula 231 do STJ. O mesmo entendimento é aplicado pelo STF (Tema 158).

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da confissão espontânea na dosimetria da pena, notadamente do Tema 1.194 do STJ e da revisão das Súmulas 545 e 630, bem como da majorante do art. 40, IV, da Lei 11.343/2006 e do limite mínimo legal na segunda fase da dosimetria.

A alternativa A está correta, pois reproduz com precisão a primeira tese fixada no Tema 1.194 do STJ (REsp 2.001.973/RS): "A atenuante genérica da confissão espontânea, prevista no art. 65, III, d, do

Código Penal, é apta a abrandar a pena independentemente de ter sido utilizada na formação do convencimento do julgador e mesmo que existam outros elementos suficientes de prova, desde que não tenha havido retratação, exceto, neste último caso, que a confissão tenha servido à apuração dos fatos." Esse julgamento, de fato, resultou na revisão da Súmula 545 do STJ, que passou a vigorar com a seguinte redação: "A confissão do autor possibilita a atenuação da pena prevista no art. 65, III, d, do Código Penal, independentemente de ser utilizada na formação do convencimento do julgador."

"STJ. (...) Teses do Tema n. 1.194 do STJ: 1. A atenuante genérica da confissão espontânea, prevista no art. 65, III, d, do Código Penal, é apta a abrandar a pena independentemente de ter sido utilizada na formação do convencimento do julgador e mesmo que existam outros elementos suficientes de prova, desde que não tenha havido retratação, exceto, neste último caso, que a confissão tenha servido à apuração dos fatos. 2. A atenuação deve ser aplicada em menor proporção e não poderá ser considerada preponderante no concurso com agravantes quando o fato confessado for tipificado com menor pena ou caracterizar circunstância excludente da tipicidade, da ilicitude ou da culpabilidade. (...) (REsp n. 2.001.973/RS, relator Ministro Og Fernandes, Terceira Seção, julgado em 10/9/2025, DJEN de 16/9/2025.)"

"STJ, Súmula 545 - A confissão do autor possibilita a atenuação da pena prevista no art. 65, III, d, do Código Penal, independentemente de ser utilizada na formação do convencimento do julgador. (TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 10/9/2025, DJEN de 2/12/2025)"

A alternativa B está incorreta, pois a Súmula 630 do STJ, também revisada pela Terceira Seção em 10/09/2025, passou a admitir expressamente a incidência da atenuante da confissão espontânea nas hipóteses em que o acusado admite a posse ou propriedade da droga para uso próprio, mas nega a prática do tráfico. Nessa situação, a atenuante não é afastada; apenas deve ser aplicada "em proporção inferior à que seria devida no caso de confissão plena". Portanto, a assertiva erra ao afirmar que a ausência de confissão integral do tráfico impede a incidência da atenuante.

"STJ, Súmula 630 - A incidência da atenuante da confissão espontânea no crime de tráfico ilícito de entorpecentes quando o acusado admitir a posse ou a propriedade para uso próprio, negando a prática do tráfico de drogas, deve ocorrer em proporção inferior à que seria devida no caso de confissão plena. (TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 10/9/2025, DJEN de 2/12/2025)"

A alternativa C está incorreta, pois, conforme o Tema Repetitivo 1.259 do STJ, a incidência da majorante prevista no art. 40, IV, da Lei nº 11.343/2006 pressupõe a existência de nexo finalístico entre o uso da arma de fogo e a atividade de tráfico, isto é, que a arma tenha sido empregada para assegurar o êxito da prática criminosa. Nessa hipótese, o delito de porte ou posse ilegal de arma de fogo é absorvido pelo tráfico. Ausente, contudo, esse nexo finalístico, a majorante não incide, mas o crime previsto no Estatuto do Desarmamento subsiste de forma autônoma, em concurso material com o tráfico de drogas, ao contrário do que afirma a alternativa.

"STJ, Tema Repetitivo 1259 - A majorante do art. 40, inciso IV, da Lei n. 11.343/2006 aplica-se quando há nexo finalístico entre o uso da arma e o tráfico de drogas, sendo a arma usada para garantir o sucesso da atividade criminosa, hipótese em que o crime de porte ou posse ilegal de arma é absorvido pelo tráfico. Do contrário, o delito previsto no Estatuto do Desarmamento é considerado crime autônomo, em concurso material com o tráfico de drogas."

“Lei nº 11.343/2006, art. 40. As penas previstas nos arts. 33 a 37 desta Lei são aumentadas de um sexto a dois terços, se: (...) IV - o crime tiver sido praticado com violência, grave ameaça, emprego de arma de fogo, ou qualquer processo de intimidação difusa ou coletiva;”

A alternativa D está incorreta, pois contraria o entendimento consolidado tanto pelo STJ, por meio da Súmula 231, quanto pelo STF, no Tema 158 da repercussão geral, segundo o qual a incidência de circunstância atenuante genérica não pode conduzir a pena abaixo do mínimo legal abstratamente previsto para o delito. Portanto, ainda que reconhecida a atenuante na segunda fase da dosimetria, a pena intermediária não poderá ser fixada em patamar inferior ao mínimo cominado em abstrato.

“STJ, Súmula 231 - A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal. (SÚMULA 231, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 22/09/1999, DJ 15/10/1999, p. 76)”

“STF. Tema Repetitivo 158 – Tese: Circunstância atenuante genérica não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal. (RE 597270 QO-RG, Relator(a): CEZAR PELUSO, Tribunal Pleno, julgado em 26-03-2009, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-104 DIVULG 04-06-2009 PUBLIC 05-06-2009 EMENT VOL-02363-11 PP-02257 LEXSTF v. 31, n. 366, 2009, p. 445-458)”

QUESTÃO 37. “Porque em casa eu descobri aprendendo sozinho e fazendo sozinho, fazia errado e fazendo errado acabava sempre tomando umas palmadas. Até bem pouco tempo ninguém me batia. Mas depois descobriram as coisas e vivem dizendo que eu era o cão, que eu era capeta, gato russo de mau pelo.” (VASCONCELOS, José Mauro de. Meu Pé de Laranja Lima. 2. Ed. Melhoramentos, 1975. P.5.) Sobre a proteção à criança e ao adolescente, assinale a afirmativa correta.

a) É crime a violação de sigilo processual se permitir que o depoimento de criança ou adolescente seja assistido por pessoa estranha ao processo, não sendo possível, neste caso, a autorização judicial ou o consentimento do depoente ou de seu representante legal.

b) A Lei nº 9.099/1995 poderá ser aplicada nos crimes cometidos contra a criança e adolescente, desde que atendidos os requisitos legais. Em tais delitos, caso o Magistrado aplique a pena de cesta básica, ela deverá ser acompanhada também de prestação pecuniária em espécie.

c) Uma das formas de violência contra a criança e adolescente, sem prejuízo da tipificação das condutas criminosas, é a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluídos os destinados a satisfazer suas necessidades, desde que a medida não se enquadre como educacional.

d) Na hipótese de prisão em flagrante pelo descumprimento de decisão judicial que deferiu medida protetiva de urgência em favor de criança ou adolescente vítima de violência doméstica e familiar é possível a concessão de fiança pela autoridade judicial ou autoridade policial, desde que preenchidos os requisitos legais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata de diferentes aspectos penais acerca da proteção à criança e ao adolescente.

A alternativa A está incorreta. O art. 24 da Lei nº 13.431/2017 tipifica a conduta de violar o sigilo processual permitindo que o depoimento de criança ou adolescente seja assistido por pessoa estranha ao processo quando praticado "sem autorização judicial e sem o consentimento do depoente ou de seu representante legal". Assim, havendo a autorização do juiz e o consentimento do representante, a conduta é lícita, o que afasta a vedação absoluta sustentada pela assertiva.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 226, § 1º do ECA, com as modificações promovidas pela Lei Henry Borel (Lei nº 14.344/2022), é expressamente vedada a aplicação dos institutos da Lei nº 9.099/1995 aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente. Nesse sentido, também é proibida a aplicação de penas de prestação pecuniária ou de cesta básica isoladamente, visando a impedir a banalização das sanções.

A alternativa C está correta. A alternativa reproduz a conceituação de violência patrimonial estampada no art. 4º, V, da Lei nº 13.431/2017. Assim sendo, a retenção, subtração ou destruição parcial ou total de documentos, bens, valores ou recursos econômicos destinados a prover as necessidades da criança ou adolescente enquadra-se como uma das formas de violência doméstica e familiar.

A alternativa D está incorreta. Diante da prisão em flagrante pelo crime de descumprimento de medida protetiva de urgência (art. 25 da Lei nº 14.344/2022), a legislação estabelece expressamente em seu § 2º que apenas a autoridade judicial poderá conceder fiança. Assim, a autoridade policial não detém competência para arbitrar fiança nessa hipótese específica.

QUESTÃO 38. A persistência da violência policial e institucional no Brasil tem sido objeto de constante preocupação por parte de órgãos internacionais, que identificam que tortura e maus-tratos são práticas comuns no país, mas que sofrem com a subnotificação e a impunidade dos responsáveis. Dados do Disque 100, o serviço de registro de violações de direitos humanos gerido pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, apontam que as denúncias de violência policial têm aumentado, passando de 447 denúncias em 2011, para 1.491 denúncias em 2019, das quais a maioria (52%) envolvia população em restrição de liberdade. (Manual de Prevenção e Combate à Tortura e Maus-Tratos para Audiência de Custódia – CNJ. Disponível em: cnj.jus.br/wpcontentupload/2021. Acesso em: junho de 2026.) Sobre a Lei de Tortura, analise as afirmativas a seguir.

I. Uma das hipóteses do crime de tortura é constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental em razão de discriminação racial ou religiosa.

II. Uma das hipóteses do aumento da pena no crime de tortura ocorre se o delito é cometido contra gestante ou maior de 65 anos.

III. A Lei de Tortura será aplicada ainda quando o crime não tenha sido cometido em território nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.

IV. Aquele que se omite em face de condutas envolvendo tortura, mesmo quando não tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre em crime.

Está correto o que se afirma em

- a) I, II, III e IV.**
- b) II e IV, apenas.**
- c) I e III, apenas.**
- d) I e II, apenas.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da violência policial e institucional bem como as violações de direitos humanos.

O item I está correto. A afirmativa reproduz a tipificação expressa no art. 1º, I, "c", da Lei nº 9.455/1997. Nesse sentido, configura crime de tortura a conduta de constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental motivado por discriminação racial ou religiosa.

O item II está incorreto. A causa de aumento de pena prevista no art. 1º, § 4º, II, da Lei de Tortura incide quando o crime é praticado contra criança, gestante, pessoa com deficiência, adolescente ou maior de 60 (sessenta) anos. Assim sendo, a menção ao patamar de 65 anos torna a assertiva incorreta.

O item III está correto. O art. 2º da Lei nº 9.455/1997 estabelece uma hipótese de extraterritorialidade da lei penal. Assim, a legislação brasileira é aplicável mesmo aos delitos praticados fora do território nacional, desde que a vítima seja brasileira ou o agente esteja em local sujeito à jurisdição do Brasil.

O item IV está incorreto. A responsabilização penal por omissão perante a tortura exige que o agente tenha o dever jurídico de evitar ou de apurar a conduta, nos termos do art. 1º, § 2º, da Lei nº 9.455/1997. Dessa forma, a ausência do dever de agir afasta a configuração do tipo penal de omissão.

QUESTÃO 39. Dizem os irrefletidos que o coração dos velhos é que é frio. Que injustiça! Ninguém ama com tanto ardor, ninguém se apaixona com tanto entusiasmo! Parece até que o homem, à proporção que envelhece, vai refugiando no coração todo o calor que lhe foge do resto do corpo. À proporção que lhe caem os dentes, que lhe me deserta o cabelo, que se lhe entorpecem as pernas e se lhe tornam mais e mais trêmulas as mãos, tanto mais o coração se enrija e fortifica, para conservar inalterável e firme o seu derradeiro amor.

(Aluísio Azevedo. Trecho retirado do livro "Girândola de amores. Obras Completas". São Paulo: Livraria Martins Editora, 1960.)

Sobre o Estatuto da Pessoa Idosa, assinale a afirmativa correta.

a) No homicídio doloso a pena é aumentada de 1/3 se o crime é praticado contra pessoa menor de 12 ou maior de 65 anos.

b) O Magistrado no momento da dosimetria deve sempre se atentar às circunstâncias atenuantes descritas no art. 65 do CP, dentre elas, ser o agente maior de 60 anos, na data da sentença, salvo se o crime envolver violência sexual contra mulher idosa, conforme redação dada pelo Estatuto da pessoa Idosa.

c) Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes à religião ou à condição de pessoa idosa ou com deficiência, a pena será de reclusão de um a três anos, e multa. A injúria comum possui pena de detenção, de um a seis meses, ou multa.

d) Comete abandono material aquele que deixar, sem justa causa, de prover a subsistência de ascendente inválido ou maior de 65 anos, não lhes proporcionando os recursos necessários ou faltando ao pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada. A exigência dos cuidados acima será considerada crime desde que o idoso esteja gravemente enfermo, caso contrário será apenas a contravenção penal de abandono.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata dos crimes especificamente cometidos contra a pessoa idosa.

A alternativa A está incorreta. No homicídio culposo, a causa de aumento de pena incide se o crime for praticado contra pessoa menor de 14 (catorze) ou maior de 60 (sessenta) anos, nos termos do art. 121, § 4º, do Código Penal, e não 12/65 anos

A alternativa B está incorreta. A atenuante genérica prevista no art. 65, I, do Código Penal exige que o agente seja maior de 70 (setenta) anos na data da sentença, e não 60 anos. Ademais, a legislação não impõe a ressalva mencionada quanto aos crimes conexos nem condiciona a atenuante à disciplina do Estatuto da Pessoa Idosa.

A alternativa C está correta. A alternativa reflete a exata disciplina do Código Penal. Nesse sentido, a injúria simples (art. 140, caput) comina pena de detenção, de um a seis meses, ou multa. Por sua vez, a injúria qualificada pela utilização de elementos referentes à religião ou à condição de pessoa idosa ou com deficiência (art. 140, § 3º) prevê pena de reclusão, de um a três anos, e multa.

A alternativa D está incorreta. O delito de abandono material (art. 244 do Código Penal) aperfeiçoa-se ao deixar de prover a subsistência de ascendente inválido ou maior de 60 (sessenta) anos, e não 65 anos. Assim, a tipificação independe do estado de enfermidade grave do idoso, sendo descabida a hipótese de desclassificação para contravenção penal.

QUESTÃO 40. Sobre os crimes da Lei de Abuso de Autoridade, assinale a afirmativa correta.

a) No caput do art. 9º pune-se o decreto de medida de privação da liberdade em manifesta desconformidade com as hipóteses legais. O sujeito ativo deste delito é qualquer agente público.

Já o parágrafo único do mesmo artigo diz respeito, tão somente, aos Magistrados que incorrerão na mesma pena do caput se, dentro de prazo razoável, deixarem, por exemplo, de deferir liminar ou ordem de habeas corpus, quando manifestamente cabível.

b) Impedir ou retardar, injustificadamente, o envio de pleito de preso à autoridade judiciária competente para a apreciação da legalidade de sua prisão ou das circunstâncias de sua custódia é crime. Também incorrerá na mesma pena o Magistrado que, ciente do impedimento ou da demora, deixa de tomar as providências tendentes a saná-lo ou, não sendo competente para decidir sobre a prisão, deixa de enviar o pedido à autoridade judiciária que o seja, exceto quando a autoridade judicial se convencer de que o preso não possui qualquer amparo legal ou é absurdo.

c) Proceder à obtenção de prova, em procedimento de investigação ou fiscalização, por meio manifestamente ilícito é uma *novatio legis* incriminadora. Todavia, o uso de outras provas lícitas existentes no processo, não está vedado pelo Magistrado, desde que o réu esteja respondendo à crime hediondo ou de violência doméstica e, expressamente, indique na decisão qual a prova a ser desconsiderada.

d) A Lei de Abuso de Autoridade criminaliza a conduta do magistrado que decreta, em processo judicial, a indisponibilidade de ativos financeiros em quantia que extrapole exacerbadamente o valor estimado para a satisfação da dívida, bastando a ação isolada de "decretar" para a caracterização do crime de abuso de autoridade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do abuso de autoridade.

A alternativa A está correta. O art. 9º, caput, da Lei nº 13.869/2019 tipifica a decretação de medida privativa de liberdade em manifesta desconformidade com a lei, delito que pode ser praticado por agente público no exercício do poder de decisão. O parágrafo único do dispositivo é direcionado estritamente aos magistrados, equiparando a pena para as hipóteses em que o juiz, em prazo razoável, deixa de relaxar prisão ilegal, substituir a preventiva ou deferir liminar em habeas corpus quando manifestamente cabível (inciso III).

A alternativa B está incorreta. A conduta de impedir ou retardar o envio de pleito de preso é tipificada no art. 19 da Lei nº 13.869/2019. A legislação não estabelece nenhuma ressalva que autorize o magistrado a omitir-se do dever de sanar o impedimento ou de encaminhar o pedido com base em um juízo prévio e subjetivo de que o pleito seria "absurdo" ou sem amparo legal.

A alternativa C está incorreta. A vedação às provas ilícitas possui matriz constitucional (art. 5º, LVI, da CF/88) e a sua obtenção por meio manifestamente ilícito constitui crime de abuso de autoridade (art. 25 da Lei nº 13.869/2019). Assim, a proibição de valoração da prova ilícita é cogente e absoluta, sendo incorreto afirmar que subsistiria permissão para a sua utilização em processos envolvendo crimes hediondos ou de violência doméstica.

A alternativa D está incorreta. O crime do art. 36 da Lei nº 13.869/2019 exige a demonstração de dolo específico de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro (art. 1º, § 1º). Ademais, a caracterização da infração penal não se perfaz com o simples ato isolado de decretar a medida, exigindo-

se expressamente que o magistrado, provocado pela demonstração do excesso, deixe de reavaliá-la ou de adequar a indisponibilidade aos valores devidos.

QUESTÃO 41. Em processo que apura a suposta prática, por Antero, do delito previsto no art. 121, § 2º, do Código Penal, o juízo, antes do encerramento da instrução, indeferiu pedido de decretação de prisão preventiva. Inconformado, o Ministério Público, no quinto dia após intimado da decisão, interpôs recurso de apelação. Remetidos os autos ao Tribunal de Justiça, a Câmara Criminal competente deverá

a) não conhecer do recurso interposto, em razão do erro grosseiro na escolha da via recursal, circunstância que afasta, por si só, a aplicação do princípio da fungibilidade recursal.

b) conhecer do recurso interposto, processando-o segundo o rito do recurso em sentido estrito, por força do princípio da fungibilidade recursal, observados a tempestividade e os demais pressupostos de admissibilidade do recurso cabível, ainda que verificado erro grosseiro na escolha da espécie recursal.

c) não conhecer do recurso interposto, pois o transcurso do prazo do recurso adequado inviabiliza a aplicação da fungibilidade.

d) conhecer do recurso interposto, mantendo-o processado como apelação criminal, por força do princípio da fungibilidade recursal, desde que demonstrada a ausência de prejuízo para a parte contrária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do princípio da fungibilidade recursal. A decisão que indefere pedido de prisão preventiva desafia recurso em sentido estrito, e não apelação, de modo que o Ministério Público interpôs recurso equivocado.

O recurso cabível está no art. 581, V, do Código de Processo Penal:

“Art. 581. Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença: (...)

V - que conceder, negar, arbitrar, cassar ou julgar inidônea a fiança, indeferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, conceder liberdade provisória ou relaxar a prisão em flagrante.

A fungibilidade está prevista no art. 579 do Código de Processo Penal:

Art. 579. Salvo a hipótese de má-fé, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro. Parágrafo único. Se o juiz, desde logo, reconhecer a impropriedade do recurso interposto pela parte, mandará processá-lo de acordo com o rito do recurso cabível”.

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise das alternativas:

A alternativa A está incorreta. A recorribilidade não fica afastada por si só, pois, ausente má-fé e observado o prazo do recurso cabível, deve incidir a fungibilidade, com o processamento como recurso em sentido estrito.

A alternativa B está correta. Como a apelação e o recurso em sentido estrito têm o mesmo prazo de cinco dias, e o recurso foi interposto tempestivamente e sem má-fé, a fungibilidade autoriza o conhecimento, processando-se o recurso segundo o rito do recurso em sentido estrito, que é o cabível.

A alternativa C está incorreta. Não houve transcurso do prazo do recurso adequado, pois a interposição no quinto dia observou o prazo de cinco dias do recurso em sentido estrito, remanescendo a tempestividade.

A alternativa D está incorreta. A fungibilidade impõe o processamento do recurso pelo rito do recurso cabível, o recurso em sentido estrito, e não a sua manutenção como apelação.

QUESTÃO 42. Tício, investigado por furto simples, manifestou ao Ministério Público, ainda na fase inquisitorial, interesse na celebração de acordo de não persecução penal, sem confessar a autoria, limitando-se a declarar concordância prévia com o cumprimento de eventuais condições. Em outro processo, Semprônio, citado pela prática de contravenção penal, teve homologada e integralmente cumprida transação penal há quatro anos, vindo a responder, agora, por nova contravenção penal. Em terceiro feito, Calpúrnia, beneficiária de suspensão condicional do processo por estelionato, deixou de reparar, sem motivo justificado, o dano causado à vítima dentro do prazo fixado, restando ainda oito meses para o término do período de prova. Por fim, em ação penal por apropriação indébita ajuizada em 2018 e ainda sem trânsito em julgado, o réu Mévio manifestou, somente agora, interesse na celebração de acordo de não persecução penal. Nesse contexto, analise as afirmativas a seguir.

I. A ausência de confissão de Tício durante a fase de inquérito policial não constitui fundamento idôneo para que o Ministério Público recuse a formulação da proposta de acordo de não persecução penal, podendo a confissão ser formalizada no momento da assinatura do acordo, perante o próprio órgão ministerial.

II. Semprônio poderá fazer jus a novo benefício de transação penal, visto que o transcurso de quatro anos desde o cumprimento da transação anterior já atende ao prazo mínimo exigido pela Lei nº 9.099/1995 para o afastamento do óbice legal à reiteração do benefício.

III. A ausência de reparação do dano por Calpúrnia, sem motivo justificado, no curso do período de prova, configura causa de revogação obrigatória da suspensão condicional do processo.

IV. O fato de a ação penal por apropriação indébita estar em curso desde data anterior à vigência da Lei nº 13.964/2019 não impede a celebração do acordo de não persecução penal, em razão da natureza híbrida da norma que o instituiu, a qual enseja a retroatividade da disposição penal mais benéfica, desde que ainda não tenha sobrevivido o trânsito em julgado de eventual sentença condenatória.

Está correto o que se afirma apenas em

a) I e III.

b) I, III e IV.

c) II e IV.

d) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão reúne institutos despenalizadores: o acordo de não persecução penal, a transação penal e a suspensão condicional do processo.

Sobre a vedação temporal da transação penal, dispõe o art. 76, § 2º, II, da Lei nº 9.099/1995:

§ 2º Não se admitirá a proposta se ficar comprovado: (...)

II - ter sido o agente beneficiado anteriormente, no prazo de cinco anos, pela aplicação de pena restritiva ou multa, nos termos deste artigo.

Sobre a revogação da suspensão condicional do processo, dispõe o art. 89, § 3º, da Lei nº 9.099/1995:

§ 3º A suspensão será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano.

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise das afirmativas:

A afirmativa I está correta. A confissão é requisito do acordo de não persecução penal, mas se formaliza no momento de sua celebração, de modo que a ausência de confissão durante o inquérito não autoriza, por si só, a recusa da proposta pelo Ministério Público (art. 28-A do CPP).

A afirmativa II está incorreta. O prazo do óbice legal à nova transação penal é de cinco anos, e não de quatro, de sorte que, decorridos apenas quatro anos do cumprimento da transação anterior, subsiste o impedimento (art. 76, § 2º, II).

A afirmativa III está correta. A não reparação do dano, sem motivo justificado, no curso do período de prova, é causa de revogação obrigatória da suspensão condicional do processo (art. 89, § 3º).

A afirmativa IV está correta. O acordo de não persecução penal tem natureza jurídica híbrida e, como norma mais benéfica, retroage para alcançar processos em curso, desde que ainda não sobrevindo o trânsito em julgado, na linha do entendimento do Supremo Tribunal Federal.

QUESTÃO 43. Tício, preso em flagrante pela suposta prática do crime do art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006, foi levado, por videoconferência, à audiência de custódia. Durante o ato, o Ministério Público requereu a aplicação da medida cautelar de proibição de se ausentar da

Comarca. Considerando esse cenário, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

() A mera pendência de inquérito policial, ainda que sem qualquer condenação criminal definitiva pretérita, pode ser utilizada para fundamentar eventual conversão da prisão em flagrante em preventiva.

() Caso o juízo imponha a medida cautelar de recolhimento domiciliar noturno e nos dias de folga, em vez da proibição de se ausentar da Comarca requerida pelo Ministério Público, restará configurada atuação de ofício do magistrado, vedada pelo sistema acusatório.

() A conversão da prisão em flagrante em preventiva será cabível se imprescindível para as investigações do inquérito policial ou se Tício não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade.

() A realização da audiência de custódia por videoconferência é excepcional e exige decisão judicial específica e fundamentada, devendo-se garantir que seja meio apto à verificação da integridade do preso e à garantia de seus direitos.

A sequência está correta em

a) F, F, F, V.

b) V, F, F, F.

c) F, V, F, V.

d) F, F, V, F.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da prisão preventiva, da atuação do juiz no sistema acusatório e da audiência de custódia.

Sobre a preventiva por dúvida quanto à identidade, dispõe o art. 313, parágrafo único, do Código de Processo Penal:

Parágrafo único. Também será admitida a prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la, devendo o preso ser colocado imediatamente em liberdade após a identificação, salvo se outra hipótese recomendar a manutenção da medida.

Dessa forma, vejamos a análise das afirmativas:

A primeira afirmativa é verdadeira. Embora inquéritos e ações penais em curso não sirvam de maus antecedentes (Súmula 444 do STJ), podem ser considerados na aferição da periculosidade do agente e do risco de reiteração, para fundamentar a preventiva voltada à garantia da ordem pública.

A segunda afirmativa é falsa. Havendo requerimento do Ministério Público por medida cautelar, o juiz pode aplicar medida diversa da postulada, inclusive outra do rol legal, sem que isso configure atuação de ofício vedada, pois sua jurisdição já foi regularmente provocada.

A terceira afirmativa é falsa. A imprescindibilidade para as investigações do inquérito é fundamento da prisão temporária (Lei nº 7.960/1990), e não da preventiva, cujos fundamentos são a garantia da ordem pública ou econômica, a conveniência da instrução criminal e a aplicação da lei penal, admitida a preventiva por dúvida sobre a identidade nos termos do art. 313, parágrafo único.

A quarta afirmativa é falsa. A audiência de custódia exige a apresentação pessoal do preso, sendo vedada, em regra, a sua realização por videoconferência, pois o contato direto é essencial à verificação de eventual tortura ou maus-tratos (Resolução CNJ nº 213/2015).

QUESTÃO 44. João atua como juiz das garantias na Comarca de Patrocínio. No inquérito que apura a suposta prática, por Tício, do crime do art. 157 do Código Penal, João decretou, na fase investigativa, medida cautelar diversa da prisão, consistente em comparecimento periódico em juízo. Concluída a investigação, o Ministério Público ofereceu denúncia e, na mesma peça, requereu a conversão da cautelar em prisão preventiva, ante o reiterado descumprimento das condições impostas. Nesse cenário, compete a João

a) analisar a inicial acusatória, decidir sobre o requerimento de conversão da medida cautelar e, somente então, remeter os autos às varas criminais.

b) decidir sobre o requerimento de conversão da medida cautelar, sem analisar a inicial acusatória, remetendo, em seguida, os autos às varas criminais.

c) remeter os autos às varas criminais, cessada sua competência com o oferecimento da denúncia, cabendo ao juízo da instrução e julgamento decidir sobre a inicial acusatória e sobre o requerimento de conversão cautelar.

d) analisar a inicial acusatória e decidir sobre o requerimento de conversão da medida cautelar, remetendo os autos às varas criminais somente após o recebimento da denúncia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do momento em que cessa a competência do juiz das garantias. Embora o art. 3º-C do Código de Processo Penal, em sua redação original, previsse a cessação com o recebimento da denúncia, o Supremo Tribunal Federal conferiu interpretação diversa.

No julgamento das ADIs 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305, o STF declarou a inconstitucionalidade da expressão recebimento contida no art. 3º-C do CPP e fixou que a competência do juiz das garantias cessa com o oferecimento da denúncia, cabendo ao juiz da instrução e julgamento o exame da admissibilidade da peça acusatória e das questões pendentes.

Ainda, nos termos da interpretação conferida ao art. 3º-C, § 2º, do CPP, oferecida a denúncia, os autos são remetidos ao juiz da instrução, que reexaminará as medidas cautelares em curso.

Dessa forma, vejamos a análise das alternativas:

A alternativa A está incorreta. Não cabe ao juiz das garantias analisar a inicial acusatória, pois sua competência se encerra com o oferecimento da denúncia.

A alternativa B está incorreta. Com o oferecimento da denúncia, o juiz das garantias não decide sobre a conversão cautelar; essa questão pendente é resolvida pelo juiz da instrução e julgamento.

A alternativa C está correta. Oferecida a denúncia, cessa a competência do juiz das garantias, devendo remeter os autos às varas criminais, cabendo ao juízo da instrução e julgamento decidir sobre a admissibilidade da denúncia e sobre o requerimento de conversão da cautelar.

A alternativa D está incorreta. A competência do juiz das garantias cessa com o oferecimento, e não com o recebimento da denúncia, que é ato do juiz da instrução e julgamento.

QUESTÃO 45. Condenado pelo Tribunal do Júri à pena de seis anos de reclusão por homicídio simples, o réu interpôs apelação sustentando que a decisão dos jurados foi manifestamente contrária à prova dos autos (art. 593, III, d, do CPP), pleiteando novo julgamento e o direito de recorrer em liberdade, uma vez que a pena foi fixada em patamar inferior a quinze anos. À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a soberania dos veredictos, o juiz presidente, ao decidir sobre a execução da pena, deve considerar que:

a) A execução imediata da pena se restringe às condenações a pena igual ou superior a quinze anos de reclusão, por previsão do art. 492, I, e, do CPP.

b) A execução imediata da pena é a regra, independentemente do total da pena aplicada, somente se afastando, excepcionalmente, diante de questão substancial apta a justificar a absolvição, a anulação do julgamento ou a realização de novo júri, a ser examinada caso a caso.

c) A execução imediata da pena somente é possível após o julgamento da apelação pelo Tribunal de Justiça, em razão do efeito suspensivo automaticamente conferido aos recursos que impugnem decisões do Tribunal do Júri.

d) A execução imediata da pena é vedada, pois a alegação de decisão manifestamente contrária à prova dos autos constitui causa legal de efeito suspensivo da apelação, nos termos do art. 597 do CPP.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da execução imediata da pena imposta pelo Tribunal do Júri, à luz do princípio da soberania dos veredictos (art. 5º, XXXVIII, c, da Constituição).

No julgamento do RE 1.235.340/SC (Tema 1.068 da repercussão geral), o Supremo Tribunal Federal fixou a seguinte tese:

A soberania dos veredictos do Tribunal do Júri autoriza a imediata execução de condenação imposta pelo corpo de jurados, independentemente do total da pena aplicada.

Ao firmar essa orientação, o STF conferiu interpretação conforme ao art. 492, I, e, do CPP, excluindo o limite mínimo de quinze anos para a execução imediata da condenação proferida pelo júri.

Dessa forma, vejamos a análise das alternativas:

A alternativa A está incorreta. O Supremo Tribunal Federal afastou o limite de quinze anos, de modo que a execução imediata independe do total da pena aplicada.

A alternativa B está correta. A execução imediata é a regra, independentemente do quantum da pena, admitindo-se, excepcionalmente, a atribuição de efeito suspensivo quando o recurso veicular questão substancial apta a levar à absolvição, à anulação do julgamento ou à realização de novo júri, a ser avaliada caso a caso.

A alternativa C está incorreta. Não há efeito suspensivo automático conferido aos recursos contra decisões do júri; ao contrário, a regra é a execução imediata.

A alternativa D está incorreta. A alegação de decisão manifestamente contrária à prova dos autos não confere efeito suspensivo apto a obstar a execução imediata da condenação proferida pelo Tribunal do Júri.

QUESTÃO 46. José e Maria são irmãos, ambos residentes em Queluzito, que integra a Comarca de Conselheiro Lafaiete. Durante discussão familiar, José ameaçou causar mal injusto e grave a Maria. Assustada, Maria compareceu à Delegacia da Mulher, registrou boletim de ocorrência e requereu medidas protetivas de urgência, mas optou por não representar criminalmente em face de José. Diante disso, a autoridade policial impôs a José a medida protetiva de urgência de monitoração eletrônica, e o Promotor de Justiça denunciou José pela prática do crime de ameaça cometido contra a mulher por razões da condição de sexo feminino. Nesse cenário, é correto afirmar que:

a) A medida protetiva de urgência de monitoração eletrônica imposta pela autoridade policial deverá ser cassada, por se tratar de restrição à liberdade pessoal cuja decretação exige decisão judicial, sem prejuízo de nova imposição pelo juiz, caso se mostre necessária.

b) A denúncia deverá ser rejeitada, em razão da falta de condição de procedibilidade da ação penal pela ausência de representação criminal, e, como consequência da extinção da ação principal, deverá ser revogada a medida protetiva de urgência de monitoração eletrônica.

c) A denúncia deverá ser rejeitada, em razão da falta de condição de procedibilidade da ação penal pela ausência de representação criminal, sem prejuízo da eventual manutenção da medida protetiva de urgência, caso se entenda por sua necessidade.

d) O juiz deverá apreciar a denúncia, podendo recebê-la ainda que ausente representação criminal, e decidir sobre a manutenção ou a revogação da medida protetiva de urgência de monitoração eletrônica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da ação penal no crime de ameaça praticado em contexto de violência doméstica e da monitoração eletrônica como medida protetiva de urgência autônoma.

A monitoração eletrônica do agressor e a competência para a sua imposição estão no art. 12-D da Lei nº 11.340/2006, incluído pela Lei nº 15.383/2026:

Art. 12-D. Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente submetido à monitoração eletrônica:

I - pela autoridade judicial;

II - pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, o juiz será comunicado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e decidirá, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revogação da medida aplicada, devendo dar ciência ao Ministério Público concomitantemente.

A autonomia das medidas protetivas, por sua vez, está no art. 19 da Lei nº 11.340/2006, com a redação da Lei nº 14.550/2023:

“Art. 19. (...) As medidas protetivas de urgência serão concedidas independentemente da tipificação penal da violência, do ajuizamento de ação penal ou cível, da existência de inquérito policial ou do registro de boletim de ocorrência”.

Registre-se que Queluzito não é sede de comarca, cuja sede é Conselheiro Lafaiete, o que atrai a incidência do inciso II do art. 12-D.

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise das alternativas:

A alternativa A está incorreta. Como Queluzito não é sede de comarca, o delegado de polícia podia impor a monitoração eletrônica, nos termos do art. 12-D, II, com posterior comunicação ao juiz no prazo de vinte e quatro horas, de modo que a medida não deve ser cassada sob o argumento de que dependeria de prévia decisão judicial. Registre-se que essa competência é do delegado, autoridade policial, e não de qualquer policial, pois o art. 12-D não reproduz, para a monitoração eletrônica, a atuação do policial que o art. 12-C admite para o afastamento do lar na ausência de delegado.

A alternativa B está incorreta. A medida protetiva de urgência tem natureza autônoma e não se revoga como simples consequência da sorte da ação penal, subsistindo enquanto persistir o risco à ofendida.

A alternativa C está incorreta. O crime de ameaça praticado em contexto de violência doméstica contra a mulher tem sido tratado como de ação penal pública incondicionada, dispensando representação, razão pela qual a denúncia não deve ser rejeitada por esse fundamento.

A alternativa D está correta. O juiz deve apreciar a denúncia, podendo recebê-la ainda que ausente representação, e, quanto à monitoração eletrônica imposta pelo delegado, decidir sobre a sua manutenção ou revogação no prazo de vinte e quatro horas, na forma do art. 12-D, parágrafo único.

QUESTÃO 47. Na ação penal que apura a suposta prática, por Tício, do crime de furto qualificado, expedida carta precatória para a oitiva de testemunha de defesa residente em outra Comarca, o juízo, sem aguardar o retorno da precatória, realizou o interrogatório de Tício antes da oitiva da testemunha de acusação presente em juízo. A defesa, presente ao ato e devidamente intimada, nada arguiu na ocasião, vindo a suscitar a nulidade apenas em sede de razões de apelação, sem indicar qualquer prejuízo concreto decorrente da inversão. Em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre a ordem de produção de provas na instrução criminal, é correto afirmar que:

a) A expedição de carta precatória para a oitiva de testemunha de defesa autoriza a inversão da ordem do art. 400 do CPP relativamente ao interrogatório, mas não às testemunhas presentes em juízo.

b) O interrogatório do acusado constitui o último ato da instrução criminal, de modo que sua antecipação em relação à oitiva de testemunha configura inversão da ordem legal, ainda que pendente o cumprimento de carta precatória.

c) Reconhecida a inversão da ordem legal, a nulidade deverá ser decretada independentemente de preclusão ou de demonstração de prejuízo à defesa, por se tratar de nulidade absoluta.

d) A circunstância de a defesa não ter arguido o vício no momento do ato é irrelevante, podendo a nulidade decorrente da inversão da ordem do art. 400 do CPP ser suscitada em qualquer fase do processo, inclusive em sede de apelação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da ordem de produção das provas na instrução criminal e das consequências de sua inversão.

A posição do interrogatório como último ato está no art. 400 do Código de Processo Penal:

Art. 400. Na audiência de instrução e julgamento, a ser realizada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, proceder-se-á à tomada de declarações do ofendido, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, ressalvado o disposto no art. 222 deste Código, bem como aos esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, o acusado.

Quanto à carta precatória, dispõe o art. 222, § 1º, do Código de Processo Penal:

§ 1º A expedição da precatória não suspenderá a instrução criminal.

Dessa forma, vejamos a análise das alternativas:

A alternativa A está incorreta. A precatória não suspende a instrução, mas não autoriza a antecipação do interrogatório, que é sempre o último ato, em relação às testemunhas presentes em juízo.

A alternativa B está correta. O interrogatório é o último ato da instrução, de sorte que sua antecipação em relação à oitiva de testemunha configura inversão da ordem legal, ainda que pendente o cumprimento de carta precatória.

A alternativa C está incorreta. A inversão da ordem de produção das provas gera nulidade relativa, que depende de arguição oportuna e de demonstração de prejuízo, não sendo absoluta.

A alternativa D está incorreta. Tratando-se de nulidade relativa, a ausência de arguição no momento oportuno acarreta preclusão, não podendo o vício ser suscitado a qualquer tempo.

QUESTÃO 48. O Deputado Federal X, no exercício do mandato, praticou crime funcional relacionado às atribuições do cargo. Encerrado o mandato sem reeleição imediata, foi ajuizada ação penal para apurar o delito. Durante o andamento da ação, e antes da publicação do despacho de intimação para apresentação de alegações finais, X foi eleito e diplomado Senador da República. Nesse cenário, é correto afirmar que:

a) Subsiste o foro por prerrogativa de função, uma vez que o delito foi praticado durante o exercício do cargo e relacionado às funções então desempenhadas, independentemente da posterior diplomação em outro mandato federal.

b) Subsiste o foro por prerrogativa de função, mas exclusivamente em razão da superveniente diplomação como Senador da República, configurando hipótese de mandatos cruzados que pressupõe ausência de solução de continuidade entre os mandatos exercidos.

c) Não subsiste o foro por prerrogativa de função, em razão do término do mandato eletivo durante o qual o delito foi praticado, sem que, até então, tivesse havido nova investidura em cargo com prerrogativa de foro.

d) Não subsiste o foro por prerrogativa de função, na medida em que a competência especial já havia cessado com a publicação do despacho de intimação para apresentação de alegações finais, nos termos da tese fixada na QO na AP 937/RJ.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do foro por prerrogativa de função, à luz da orientação atual do Supremo Tribunal Federal sobre a sua subsistência após o afastamento do cargo.

O foro dos parlamentares está no art. 53, § 1º, da Constituição:

§ 1º Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.

No julgamento do HC 232.627/DF, o Supremo Tribunal Federal aperfeiçoou a orientação da AP 937 e fixou a seguinte tese:

A prerrogativa de foro para julgamento de crimes praticados no cargo e em razão das funções subsiste mesmo após o afastamento do cargo, ainda que o inquérito ou a ação penal sejam iniciados depois de cessado seu exercício.

Por essa orientação, superou-se a regra da atualidade da AP 937, que extinguiu o foro com a saída da função. O que determina a subsistência da prerrogativa é a natureza funcional do crime, praticado no cargo e em razão dele, e não a permanência no mandato ou o marco das alegações finais.

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise das alternativas:

A alternativa A está correta. O delito foi praticado no exercício e em razão do cargo de Deputado Federal, e, pela tese do HC 232.627, o foro subsiste mesmo após o afastamento desse cargo, independentemente da posterior diplomação como Senador.

A alternativa B está incorreta. A subsistência do foro não decorre exclusivamente da superveniente diplomação como Senador, nem depende da ausência de solução de continuidade entre os mandatos; ela resulta da relação do crime com o cargo de Deputado, então exercido, subsistindo o foro ainda que X não tivesse assumido novo mandato.

A alternativa C está incorreta. Pela orientação atual, o foro subsiste mesmo após o término do mandato durante o qual o crime foi praticado, e ainda que a ação penal se inicie depois de cessado o exercício do cargo, sendo irrelevante a inexistência, até então, de nova investidura.

A alternativa D está incorreta. A competência especial não cessa com a publicação do despacho de intimação para alegações finais; esse marco, na AP 937, perpetua a competência, e, pela tese do HC 232.627, o foro subsiste independentemente dele. Ademais, no caso, tal despacho sequer fora publicado.

QUESTÃO 49. Em investigação de furto qualificado mediante arrombamento, peritos criminais compareceram ao local do crime, fotografaram e lacraram, em invólucro numerado, uma ferramenta encontrada próxima à janela arrombada, lavrando auto de apreensão circunstanciado. Posteriormente, em razão de falha administrativa da unidade policial, o registro da etapa de transporte do vestígio até o instituto de criminalística não foi devidamente documentado no formulário de cadeia de custódia, conquanto o lacre numerado tenha permanecido intacto e a perícia tenha confirmado, sem qualquer divergência, a correspondência entre o objeto examinado e o descrito no auto de apreensão. Em alegações finais, a defesa sustentou que a ausência desse registro, por si só, tornaria a prova pericial automaticamente inadmissível. Considerando a disciplina da cadeia de custódia e a orientação que vem prevalecendo no Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

- a) O início da cadeia de custódia, no caso, coincidiu com a lavratura do auto de apreensão pela autoridade policial, e não com o reconhecimento do vestígio pelos peritos no local do crime.
- b) A ausência de registro da etapa de transporte do vestígio torna a prova pericial automaticamente inadmissível, independentemente de qualquer exame sobre sua integridade.
- c) O juiz pode admitir a prova pericial produzida, sopesando a irregularidade na cadeia de custódia, juntamente com os demais elementos da instrução, para aferir a confiabilidade do vestígio examinado.
- d) A disciplina da cadeia de custódia aplica-se exclusivamente a vestígios efetivamente submetidos a exame pericial, não alcançando objetos meramente apreendidos, fotografados e descritos em auto de apreensão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da cadeia de custódia da prova, disciplinada nos arts. 158-A a 158-F do Código de Processo Penal, e das consequências de eventual falha no seu registro.

O conceito e o início da cadeia de custódia estão no art. 158-A do Código de Processo Penal:

“Art. 158-A. Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.

§ 1º O início da cadeia de custódia dá-se com a preservação do local de crime ou com procedimentos policiais ou periciais nos quais seja detectada a existência de vestígio”.

Dessa forma, vejamos a análise das alternativas:

A alternativa A está incorreta. O início da cadeia de custódia se dá com o reconhecimento do vestígio, e não com a lavratura do auto de apreensão, nos termos do art. 158-A, § 1º.

A alternativa B está incorreta. A falha no registro de uma etapa não acarreta a inadmissibilidade automática da prova; cabe avaliar a integridade e a confiabilidade do vestígio, orientação que prevalece no Superior Tribunal de Justiça.

A alternativa C está correta. O juiz pode admitir a prova, sopesando a irregularidade na cadeia de custódia com os demais elementos da instrução, para aferir a confiabilidade do vestígio, sobretudo quando o lacre permaneceu intacto e a perícia confirmou a correspondência do objeto.

A alternativa D está incorreta. A cadeia de custódia alcança todo vestígio a partir de seu reconhecimento, e não apenas os objetos efetivamente submetidos a exame pericial.

QUESTÃO 50. Mévio, em via pública na Comarca de Tiros, efetuou disparos de arma de fogo contra Semprônio, que se encontrava em sua residência, na Comarca de Rio Paranaíba. Vendo

que a vítima não fora atingida fatalmente e conseguira fugir, Mévio perseguiu-a até a Comarca de São Gotardo, onde efetuou novos disparos, sem, contudo, lograr êxito em matá-la, vindo a perdê-la de vista. Levado a hospital na Comarca de Dores do Indaiá, Semprônio foi submetido à cirurgia e sobreviveu. Iniciada a persecução penal pelo crime de homicídio tentado, a competência para o processo e julgamento será fixada:

a) Pelo juízo da Comarca de Tiros, pela prevenção, em razão da teoria da ubiquidade, que orienta a fixação da competência interna pelo local da ação ou do resultado.

b) Pelo juízo da Comarca de Rio Paranaíba, domicílio da vítima ao tempo dos fatos.

c) Pelo juízo da Comarca de São Gotardo, lugar em que foi praticado o último ato de execução.

d) Pelo juízo da Comarca de Dores do Indaiá, local em que a vítima foi hospitalizada e teve preservada sua integridade física.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da fixação da competência territorial no crime tentado.

A regra está no art. 70 do Código de Processo Penal:

Art. 70. A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.

Dessa forma, vejamos a análise das alternativas:

A alternativa A está incorreta. A teoria da ubiquidade rege a competência internacional, aplicando-se o art. 6º do Código Penal; a competência interna, na tentativa, é fixada pelo lugar do último ato de execução.

A alternativa B está incorreta. O domicílio da vítima não é o critério aplicável; o foro do domicílio do réu é subsidiário, incidindo apenas quando não conhecido o lugar da infração (art. 72).

A alternativa C está correta. Tratando-se de homicídio tentado, a competência é do lugar em que praticado o último ato de execução, a Comarca de São Gotardo, onde Mévio efetuou os últimos disparos.

A alternativa D está incorreta. O local em que a vítima foi hospitalizada e sobreviveu é irrelevante para a fixação da competência, que se determina pelo lugar do último ato de execução.

QUESTÃO 51. O direito de propriedade é garantido pela Constituição Federal como fundamental, mas não é absoluto, já que a propriedade deve atender à sua função social. Nesse contexto, a Constituição prevê diferentes mecanismos de intervenção estatal sobre a propriedade, cada um com regime jurídico próprio. A respeito do tema, analise as afirmativas a seguir.

I. A desapropriação por necessidade ou utilidade pública, prevista no art. 5º, XXIV, da Constituição Federal de 1988, exige pagamento de justa e prévia indenização em dinheiro, independentemente de a propriedade estar cumprindo ou não sua função social. A desapropriação-sanção (prevista no art. 182, §4º, III, da CF, para urbana e no art. 184, da CF, para rural), por sua vez, é aplicada quando a propriedade não cumpre função social e dispensa indenização em dinheiro.

II. Na propriedade rural que não cumpre função social, a União pode desapropriar para fins de reforma agrária, pagando indenização em títulos da dívida agrária, desde que não seja propriedade produtiva ou não se trate de pequena ou média propriedade rural, se o proprietário não tiver outra.

III. Na propriedade rural onde forem descobertas culturas ilegais de plantas psicotrópicas, a expropriação se dá sem qualquer indenização, independentemente de o proprietário ter culpa pelo ilícito, pois trata-se de responsabilidade objetiva, com aplicação de sanção com caráter confiscatório.

IV. Na propriedade urbana vazia ou subutilizada, o município deve primeiro exigir parcelamento ou edificação compulsórios e, em seguida, impor IPTU progressivo no tempo; e, só então proceder à desapropriação-sanção, pagando indenização em títulos da dívida pública.

À luz das regras constitucionais, está correto o que se afirma apenas em

- a) I.
- b) III.
- c) I, II e IV.
- d) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Direito de Propriedade e Função Social da Propriedade.

A questão exige conhecimento sobre os mecanismos constitucionais de intervenção estatal na propriedade, especialmente quanto aos pressupostos de cada modalidade, à forma de pagamento da indenização e ao regime de responsabilidade no confisco constitucional.

O item I está correto, pois a desapropriação comum tem por pressuposto o interesse público, e não o descumprimento da função social, razão pela qual a indenização é justa, prévia e em dinheiro. Já a desapropriação-sanção pressupõe o descumprimento da função social e é paga em títulos, da dívida pública na modalidade urbana e da dívida agrária na modalidade rural. Vejamos:

“CF, Art. 5º (...) XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição.”

O item II está correto, pois a desapropriação rural para fins de reforma agrária compete à União, é indenizada em títulos da dívida agrária e não alcança a propriedade produtiva nem a pequena e média propriedade rural cujo titular não possua outra. Conforme art. 185, I e II, da CF/88:

“CF, Art. 185. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária: I - a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra; II - a propriedade produtiva. (...)”

O item III está incorreto, pois a expropriação por cultivo ilegal de plantas psicotrópicas, embora se dê sem qualquer indenização e com caráter confiscatório, não decorre de responsabilidade objetiva. Segundo o Supremo Tribunal Federal, a medida pode ser afastada se o proprietário comprovar que não incorreu em culpa, ainda que in vigilando ou in eligendo. Remissão ao art. 243 da CF/88 e ao Tema 399 da repercussão geral (STF, Plenário, RE 635.336/PE, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 14/12/2016).

O item IV está correto, pois as sanções urbanísticas são sucessivas, e não alternativas, cabendo a desapropriação apenas após o insucesso do parcelamento ou da edificação compulsórios e do IPTU progressivo no tempo. Conforme art. 182, § 4º, da CF/88:

“CF, Art. 182. (...) § 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de: I - parcelamento ou edificação compulsórios; II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.”

QUESTÃO 52. O movimento constitucional moderno surge com as Constituições escritas e rígidas dos Estados Unidos e da França. Posteriormente, com a Constituição de Weimar (Alemanha), ocorre uma transformação significativa no constitucionalismo. Considerando a evolução do constitucionalismo moderno, é correto afirmar que:

a) O Estado de Direito, consagrado no constitucionalismo liberal do século XIX, previa a constitucionalização dos direitos sociais e econômicos, antecipando, assim, o modelo de Weimar (Alemanha).

b) A Constituição de Weimar (Alemanha) representou uma ruptura com o constitucionalismo liberal anterior, focando exclusivamente na proteção dos direitos sociais.

c) O constitucionalismo moderno, iniciado no final do século XVIII, caracterizava-se pela primazia da lei e pela separação de poderes como garantia da liberdade, enquanto o modelo de Weimar (Alemanha) introduziu a constitucionalização dos direitos sociais e econômicos.

d) A evolução do constitucionalismo demonstra que o Estado de Direito é anterior ao Estado Democrático de Direito, sendo este último o fundamento histórico do primeiro.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Constitucionalismo e sua Evolução Histórica.

A questão exige conhecimento sobre as fases do constitucionalismo, especialmente quanto às características do constitucionalismo moderno de matriz liberal e quanto à transição para o constitucionalismo social, do qual a Constituição de Weimar é marco europeu.

A alternativa A está incorreta, pois o constitucionalismo liberal do século XIX não constitucionalizou direitos sociais e econômicos. Seu conteúdo se limitava à legalidade, à separação de poderes e aos direitos individuais, ou seja, aos direitos de primeira dimensão. Os direitos sociais só foram sistematicamente constitucionalizados no século XX, com as Constituições do México de 1917 e de Weimar de 1919, de modo que não houve qualquer antecipação do modelo alemão.

A alternativa B está incorreta, pois o vício está no advérbio "exclusivamente". A Constituição de Weimar não abandonou os direitos individuais conquistados no ciclo liberal: somou a eles os direitos sociais, econômicos e culturais. Não houve substituição de um catálogo por outro, mas ampliação, e a superação das insuficiências do Estado Liberal se deu por acréscimo, e não por ruptura com o núcleo liberal de limitação do poder.

A alternativa C está correta, pois descreve com precisão os dois momentos. O constitucionalismo moderno nasce no final do século XVIII, com as Constituições escritas e rígidas dos Estados Unidos e da França, assentado na primazia da lei e na separação de poderes como técnica de garantia da liberdade. Já a Constituição de Weimar, de 1919, inaugura na Europa a constitucionalização dos direitos sociais e econômicos. Vejamos:

"Segundo Canotilho, o constitucionalismo moderno pressupõe: a) uma Constituição escrita; b) uma Constituição rígida, com procedimentos de reforma especiais e dificultados; c) a definição de direitos fundamentais; d) a divisão de poderes ou de funções, de modo a limitar a atuação do poder do Estado." (Direito Constitucional Magistratura Estadual, Estratégia Carreiras Jurídicas; Cap. 3 Constitucionalismo e Constituição, Livro Digital Interativo).

"No início do século XX, ganharam destaque as Constituições sociais: a mexicana de 1917 (pioneira na constitucionalização sistemática de direitos sociais e trabalhistas) e a de Weimar de 1919 (referência do constitucionalismo social europeu)." (Direito Constitucional Magistratura Estadual, Estratégia Carreiras Jurídicas; Cap. 3 Constitucionalismo e Constituição, Livro Digital Interativo).

A alternativa D está incorreta, pois inverte a sequência histórica na parte final. É correto afirmar que o Estado de Direito é anterior ao Estado Democrático de Direito, mas o fundamento histórico é justamente o primeiro em relação ao segundo, e não o contrário. O Estado Democrático de Direito é posterior e se apoia no legado do Estado Liberal de Direito e do Estado Social de Direito.

QUESTÃO 53. O Congresso Nacional aprovou uma Lei Federal que já está em vigor e regulamenta direito fundamental previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Sua validade é questionada em ação direta de inconstitucionalidade ajuizada no Supremo Tribunal Federal (STF), que ainda não se pronunciou. O juízo de primeira instância recebe uma demanda em que precisa decidir sobre a incidência da norma no caso concreto. Considerando-se a

situação narrada e os mecanismos de controle de constitucionalidade, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

a) O juízo pode aplicar a Lei, se entender que ela é constitucional, podendo, por outro lado, declará-la inconstitucional, se entender que ela viola cláusulas pétreas, em sendo a questão indispensável à solução da causa.

b) O juízo pode aplicar a lei enquanto estiver em vigor, afastando sua inconstitucionalidade no caso, por respeito à hierarquia normativa e à segurança jurídica, e sua eventual inconstitucionalidade será definida pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

c) O juízo não pode declarar a norma inconstitucional, porque foi aprovada pelo Congresso, tem presunção de constitucionalidade e apenas alterou o direito fundamental, não o aboliu, devendo aguardar a decisão do STF sobre a validade da lei.

d) O juízo pode exercer controle difuso de constitucionalidade sobre a Lei Federal, se entender que ela viola direito fundamental, mas deve fundamentar de modo específico porque a alteração fere cláusulas pétreas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Controle de Constitucionalidade, na modalidade difusa.

A questão exige conhecimento sobre o exercício do controle difuso de constitucionalidade pelo juízo de primeiro grau, sobre o caráter relativo da presunção de constitucionalidade das leis e sobre a convivência entre o controle incidental e a ação direta de inconstitucionalidade pendente de julgamento. Atenção: pede-se a afirmativa incorreta.

A alternativa A está correta, pois retrata com fidelidade o controle difuso. O juízo de primeiro grau aplica a lei se a reputar constitucional e pode deixar de aplicá-la se reconhecer sua incompatibilidade com a Constituição, inclusive por violação a cláusula pétrea, desde que a questão seja necessária à solução da causa. Remissão aos arts. 5º, XXXV, e 60, § 4º, IV, da CF/88.

A alternativa B está correta, pois a lei em vigor goza de presunção de constitucionalidade e pode ser aplicada pelo juízo, cabendo ao Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ação direta, definir a questão com eficácia geral. A assertiva descreve uma faculdade do julgador, e não uma proibição de controle, razão pela qual não apresenta vício. Remissão ao art. 102, I, "a", da CF/88.

A alternativa C está incorreta, e é o gabarito da questão, pois nega ao juízo de primeiro grau o exercício do controle difuso. A presunção de constitucionalidade das leis é relativa, e não absoluta, de modo que qualquer juiz ou tribunal, no âmbito de sua competência, pode reconhecer incidentalmente a inconstitucionalidade da norma e afastá-la no caso concreto. Tampouco existe dever de aguardar o julgamento da ação direta, cuja simples propositura não suspende os processos em curso nem retira do julgador a jurisdição. Vejamos:

“No Brasil, o controle difuso foi consagrado pela Constituição de 1891. Por esse sistema, qualquer juiz ou tribunal, dentro de sua competência, pode reconhecer incidentalmente a incompatibilidade da norma com

a Constituição e afastá-la no caso concreto.” (Direito Constitucional Magistratura Estadual, Estratégia Carreiras Jurídicas; Cap. 24 Controle de Constitucionalidade, Livro Digital Interativo).

A alternativa D está correta, pois afirma exatamente o que a alternativa C nega: o juízo pode exercer o controle difuso sobre a lei federal e, ao fazê-lo, deve motivar especificamente o reconhecimento da inconstitucionalidade. Como órgão monocrático, não se sujeita à reserva de plenário, exigível apenas nos tribunais. Remissão ao art. 97 da CF/88.

QUESTÃO 54. Considerando que as súmulas vinculantes foram instituídas pela Emenda Constitucional nº 45/2004 e regulamentadas pela Lei nº 11.417/2006, assinale a afirmativa correta.

a) A aprovação de súmula vinculante exige maioria simples dos membros do Supremo Tribunal Federal a partir de reiteradas decisões sobre matéria constitucional, diante de controvérsia prévia entre órgãos do Poder Judiciário ou entre esses e a administração pública direta ou indireta, que acarrete grave insegurança jurídica, bem como relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

b) A edição de súmula vinculante exige quórum qualificado e a existência de controvérsia atual entre órgãos judiciais ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica, bem como relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

c) A edição de súmula vinculante exige quórum qualificado e pode ser realizada de ofício pelo Supremo Tribunal Federal ou por provocação de outros órgãos/entidades externas, não permitindo modulação ou limitação temporal de efeitos.

d) Por se tratar de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal sobre controvérsia constitucional, a edição de súmula vinculante dispensa a manifestação do Procurador-Geral da República.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Súmula Vinculante.

A questão exige conhecimento sobre os requisitos constitucionais e legais de edição da súmula vinculante, notadamente o quórum de dois terços, a exigência de controvérsia atual, a possibilidade de modulação de efeitos e a manifestação prévia do Procurador-Geral da República.

A alternativa A está incorreta por dois motivos. O quórum não é de maioria simples, mas de dois terços dos membros do Supremo Tribunal Federal. Além disso, a controvérsia exigida é atual, e não prévia. Remissão ao art. 103-A, caput e § 1º, da CF/88.

A alternativa B está correta, pois reproduz os dois requisitos centrais: o quórum qualificado de dois terços e a controvérsia atual entre órgãos judiciais ou entre esses e a administração pública, com grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica. Vejamos:

“CF, Art. 103-A. (...) § 1º A súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.”

A alternativa C está incorreta apenas na parte final. Acerta ao mencionar o quórum qualificado e a atuação de ofício ou por provocação, mas erra ao negar a modulação: o Supremo Tribunal Federal pode, por dois terços de seus membros, restringir os efeitos vinculantes ou decidir que a súmula só tenha eficácia a partir de outro momento. Remissão ao art. 4º da Lei nº 11.417/2006.

A alternativa D está incorreta, pois a manifestação do Procurador-Geral da República é obrigatória nas propostas que ele não houver formulado, e a competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal para editar a súmula não dispensa essa intervenção. Remissão ao art. 2º, § 2º, da Lei nº 11.417/2006.

QUESTÃO 55. A Constituição Federal veda, em regra, a acumulação remunerada de cargos públicos, mas estabelece exceções. A Emenda Constitucional nº 138/2025 alterou o regime de acumulação. Com base na possibilidade de acumulação remunerada de cargos públicos prevista na Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

a) Antes da Emenda Constitucional nº 138/2025, era permitida a acumulação remunerada de dois cargos de professor, de um cargo de professor com outro de qualquer natureza, ou de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde com profissões regulamentadas, observada a compatibilidade de horários e o limite remuneratório constitucional.

b) A partir da Emenda Constitucional nº 138/2025, é permitida a acumulação remunerada de dois cargos de professor, ou um cargo de professor com outro de qualquer natureza, ou de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde com profissões regulamentadas, observada a compatibilidade de horários e o limite remuneratório constitucional.

c) A partir da Emenda Constitucional nº 138/2025, é permitida a acumulação remunerada apenas de dois cargos de professor, sendo vedada outra forma de acumulação, mesmo com compatibilidade de horários.

d) É permitida a acumulação remunerada de um cargo de professor com outro de qualquer natureza, mas é vedada a acumulação de dois cargos de professor sem incompatibilidade de horários.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Acumulação Remunerada de Cargos Públicos.

A questão exige conhecimento sobre as hipóteses constitucionais de acumulação remunerada de cargos públicos e sobre a alteração que a Emenda Constitucional nº 138/2025 promoveu na alínea "b" do art. 37, XVI, da Constituição Federal.

A alternativa A está incorreta, pois descreve o regime posterior à emenda, e não o anterior. Antes da Emenda Constitucional nº 138/2025, a segunda hipótese permitia a acumulação de um cargo de professor apenas com outro técnico ou científico, e não com outro de qualquer natureza. Remissão ao art. 37, XVI, "b", da CF/88, na redação anterior.

A alternativa B está correta, pois reproduz as três hipóteses constitucionais na redação vigente, com os dois requisitos exigidos em qualquer caso, que são a compatibilidade de horários e a observância do teto remuneratório. Vejamos:

"CF, Art. 37. (...) XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro de qualquer natureza; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;"

A alternativa C está incorreta, pois a emenda ampliou, e não restringiu, as hipóteses de acumulação. As três alíneas do art. 37, XVI, subsistem, de modo que é falso afirmar que somente a acumulação de dois cargos de professor seria admitida. Remissão ao art. 37, XVI, "a", "b" e "c", da CF/88.

A alternativa D está incorreta, pois inverte o requisito por meio de dupla negativa. A acumulação de dois cargos de professor é expressamente permitida quando houver compatibilidade de horários, e é vedada apenas quando os horários forem incompatíveis. Remissão ao art. 37, XVI, "a", da CF/88.

QUESTÃO 56. O art. 95 da Constituição Federal dispõe sobre garantias e vedações aos juízes. Enquanto assegura a vitaliciedade, a inamovibilidade e a irredutibilidade de subsídio, também veda condutas incompatíveis com a dignidade e a imparcialidade do cargo. Com base nas vedações impostas aos juízes, previstas no art. 95 da Constituição Federal, assinale a afirmativa INCORRETA.

a) Aos juízes, é vedado dedicar-se à atividade político partidário.

b) Aos juízes, é vedado receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo.

c) Aos juízes, é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.

d) Aos juízes, é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos dois anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Vedações Constitucionais aos Magistrados.

A questão exige conhecimento sobre o rol de vedações do art. 95, parágrafo único, da Constituição Federal, com atenção especial ao prazo da quarentena de saída da magistratura. Registre-se que o comando pede a afirmativa incorreta.

A alternativa A está correta, pois reproduz a vedação ao exercício de atividade político-partidária pelos magistrados. Remissão ao art. 95, parágrafo único, III, da CF/88.

A alternativa B está correta, pois reproduz a vedação ao recebimento de custas ou de participação em processo, a qualquer título ou pretexto. Remissão ao art. 95, parágrafo único, II, da CF/88.

A alternativa C está correta, pois reproduz a vedação ao exercício de outro cargo ou função, ainda que em disponibilidade, ressalvado o magistério. Remissão ao art. 95, parágrafo único, I, da CF/88.

A alternativa D está incorreta, e é o gabarito da questão, pois o prazo da quarentena não é de dois anos, mas de três anos contados do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração. Vejamos:

“CF, Art. 95. (...) Parágrafo único. Aos juízes é vedado: (...) V - exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.”

QUESTÃO 57. O Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do Tema nº 1.236 da repercussão geral, analisou a constitucionalidade da obrigatoriedade do regime de separação obrigatória de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos, bem como sua aplicação às uniões estáveis. Com base no entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 1.236, assinale a afirmativa correta.

a) O STF declarou inconstitucional o art. 1.641, II, do Código Civil, por violação aos princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade, razão pela qual o regime de separação de bens foi retirado do ordenamento jurídico e deixou de ser aplicável aos casamentos e uniões estáveis de pessoas maiores de 70 anos.

b) O STF declarou a inconstitucionalidade do art. 1.641, II, do Código Civil, por violação aos princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade, determinando a aplicação do regime da comunhão parcial de bens como regra supletiva para os casamentos e uniões estáveis de pessoas maiores de 70 anos.

c) O STF não declarou inconstitucional o art. 1.641, II, do Código Civil, e manteve a obrigatoriedade do regime de separação de bens para os casamentos de pessoas maiores de 70 anos, por considerá-lo medida de proteção patrimonial justificada pela idade, impossibilitando a alteração por vontade das partes.

d) O STF não declarou inconstitucional o art. 1.641, II, do Código Civil, mas conferiu à regra interpretação conforme à Constituição, em atenção aos princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade, atribuindo-lhe o sentido de norma dispositiva, de modo que tal regime pode ser afastado por expressa manifestação de vontade das partes mediante escritura pública.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Controle de Constitucionalidade e Interpretação Conforme a Constituição, no Tema 1.236 da repercussão geral.

A questão exige conhecimento sobre a tese fixada no Tema 1.236 da repercussão geral, com atenção à técnica decisória empregada: o Supremo Tribunal Federal não invalidou o dispositivo, mas alterou sua natureza, de norma cogente para norma dispositiva.

A alternativa A está incorreta, pois não houve declaração de inconstitucionalidade nem retirada do dispositivo do ordenamento jurídico. O art. 1.641, II, do Código Civil permanece vigente e continua a incidir como regime legal supletivo quando as partes nada manifestarem. Remissão ao Tema 1.236 da repercussão geral.

A alternativa B está incorreta por duplo motivo. Não houve declaração de inconstitucionalidade, e o Supremo Tribunal Federal não determinou a aplicação da comunhão parcial como regra supletiva, cabendo às partes eleger o regime que pretendem adotar. Remissão ao Tema 1.236 da repercussão geral.

A alternativa C está incorreta, pois afirma exatamente o oposto do que foi decidido. O Supremo Tribunal Federal não manteve a obrigatoriedade nem considerou legítima a presunção de vulnerabilidade fundada na idade, e admitiu expressamente a alteração do regime por vontade das partes. Remissão ao Tema 1.236 da repercussão geral.

A alternativa D está correta, e é o gabarito da questão, pois descreve com fidelidade a solução adotada: preservação do dispositivo, com atribuição de sentido dispositivo, permitindo o afastamento do regime por manifestação expressa das partes em escritura pública. Vejamos:

“Nos casamentos e uniões estáveis envolvendo pessoa maior de 70 anos, o regime de separação de bens previsto no art. 1.641, II, do Código Civil, pode ser afastado por expressa manifestação de vontade das partes, mediante escritura pública.” (STF, Plenário, ARE 1.309.642-SP, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, julgado em 01/02/2024, Tema 1.236 da repercussão geral, Informativo 1.122).

QUESTÃO 58. A Constituição Federal dispõe sobre a seguridade social (art. 194), que compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. O art. 199 da Constituição Federal, por sua vez, cuida da assistência à saúde pela iniciativa privada. Considerados esses dispositivos constitucionais, assinale a alternativa INCORRETA.

a) As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

b) É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

c) É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país, salvo nos casos previstos em lei.

d) É permitida a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Seguridade Social e Assistência à Saúde pela Iniciativa Privada.

A questão exige conhecimento sobre o art. 199 da Constituição Federal, que disciplina a atuação da iniciativa privada na assistência à saúde. Registre-se que o comando pede a alternativa incorreta.

A alternativa A está correta, pois reproduz a hipótese de participação complementar das instituições privadas no sistema único de saúde, mediante contrato de direito público ou convênio, com preferência das entidades filantrópicas e das sem fins lucrativos. Remissão ao art. 199, § 1º, da CF/88.

A alternativa B está correta, pois reproduz a vedação de destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos. Remissão ao art. 199, § 2º, da CF/88.

A alternativa C está correta, pois reproduz a vedação à participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde, inclusive a ressalva final quanto aos casos previstos em lei. Remissão ao art. 199, § 3º, da CF/88.

A alternativa D está incorreta, e é o gabarito da questão, pois inverte a regra constitucional. A participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde é vedada, e não permitida, admitindo-se apenas nas hipóteses legalmente previstas. Vejamos:

“CF, Art. 199. (...) § 3º É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.”

QUESTÃO 59. A Constituição Federal prevê o Mandado de Injunção (art. 5º, LXXI) e a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (art. 103, §2º), para o controle da omissão normativa inconstitucional. Ambos visam combater a inefetividade das normas constitucionais, mas possuem naturezas, finalidades e efeitos diversos. Considerando as diferenças e as similaridades entre o Mandado de Injunção (MI) e a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO), assinale a afirmativa correta.

a) No Mandado de Injunção, a decisão que reconhece a omissão normativa tem eficácia subjetiva limitada às partes, podendo, excepcionalmente, ser conferida eficácia ultra partes ou erga omnes quando isso for inerente ou indispensável ao exercício do direito objeto da impetração. Já na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO), declarada a inconstitucionalidade por omissão, é dada ciência ao poder competente para a adoção das providências necessárias, e, em se tratando de órgão administrativo, o prazo para suprir a omissão é de trinta dias, podendo o STF, excepcionalmente, fixar prazo razoável.

b) Tanto no Mandado de Injunção (MI) quanto na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO), a decisão que reconhece a omissão normativa produz, em regra, efeitos erga omnes, sendo que em ambos os instrumentos o STF fixa prazo para que o poder competente supra a omissão, sob pena de o próprio Judiciário editar a norma regulamentadora em substituição ao legislador.

c) No Mandado de Injunção, a legitimidade ativa é restrita às pessoas naturais ou jurídicas titulares do direito, liberdade ou prerrogativa constitucional inviabilizado pela omissão, não se admitindo a impetração coletiva. Na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO), o rol de legitimados é o mesmo da Ação Direta de Inconstitucionalidade genérica, previsto no art. 103 da Constituição Federal.

d) O Mandado de Injunção e a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) são instrumentos similares, já que ambos visam combater a omissão normativa inconstitucional, possuem os mesmos legitimados e idênticos efeitos jurídicos, diferenciando-se apenas quanto ao órgão competente para julgamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Controle da Omissão Normativa, no confronto entre o Mandado de Injunção e a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.

A questão exige conhecimento sobre os regimes distintos do mandado de injunção e da ação direta de inconstitucionalidade por omissão, especialmente quanto aos efeitos da decisão, à legitimação ativa e ao prazo imposto ao órgão administrativo.

A alternativa A está correta, e é o gabarito da questão, pois descreve com precisão os dois regimes. No mandado de injunção, a eficácia é subjetiva e limitada às partes, admitindo-se excepcionalmente eficácia ultra partes ou erga omnes quando inerente ou indispensável ao exercício do direito. Na ação direta de inconstitucionalidade por omissão, dá-se ciência ao Poder competente, com prazo de trinta dias para o órgão administrativo. Vejamos:

“Lei nº 13.300/2016, Art. 9º A decisão terá eficácia subjetiva limitada às partes e produzirá efeitos até o advento da norma regulamentadora. § 1º Poderá ser conferida eficácia ultra partes ou erga omnes à decisão, quando isso for inerente ou indispensável ao exercício do direito, da liberdade ou da prerrogativa objeto da impetração. § 2º Transitada em julgado a decisão, seus efeitos poderão ser estendidos aos casos análogos por decisão monocrática do relator.”

“Lei nº 9.868/1999, Art. 12-H. Declarada a inconstitucionalidade por omissão, com observância do disposto no art. 22, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias. § 1º Em caso de omissão imputável a órgão administrativo, as providências deverão ser adotadas no prazo de 30 (trinta) dias, ou em prazo razoável a ser estipulado excepcionalmente pelo Tribunal, tendo em vista as circunstâncias específicas do caso e o interesse público envolvido.”

A alternativa B está incorreta por três motivos. A eficácia do mandado de injunção não é, em regra, erga omnes, mas limitada às partes. Na ação direta de inconstitucionalidade por omissão, o prazo de trinta dias alcança o órgão administrativo, e não o legislador. E o Poder Judiciário não edita a norma regulamentadora em substituição ao legislador. Remissão ao art. 9º da Lei nº 13.300/2016 e ao art. 103, § 2º, da CF/88.

A alternativa C está incorreta apenas na primeira parte, pois o mandado de injunção admite impetração coletiva, expressamente regulamentada. A segunda parte está correta, já que os legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade por omissão são os mesmos da ação direta genérica. Remissão ao art. 12 da Lei nº 13.300/2016 e ao art. 103 da CF/88.

A alternativa D está incorreta, pois os instrumentos não são similares. O mandado de injunção integra o controle difuso e tutela direito subjetivo; a ação direta de inconstitucionalidade por omissão integra o controle concentrado e tutela direito objetivo. Os legitimados e os efeitos são distintos, e a diferença não se reduz ao órgão competente. Remissão ao art. 5º, LXXI, e ao art. 103, § 2º, da CF/88.

QUESTÃO 60. O art. 48 da Constituição Federal de 1998 estabelece a competência do Congresso Nacional para dispor sobre as matérias de competência da União, condicionada à sanção do Presidente da República. Por sua vez, o art. 49 da CF estabelece hipóteses de competência exclusiva do Congresso Nacional, dispensando-se a aprovação do Presidente da República. Considerando as competências do Congresso Nacional para dispor sobre as matérias que dependem de sanção presidencial, assinale a afirmativa INCORRETA.

a) Limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União, incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, transferência temporária da Sede do Governo Federal, com seção de anistia.

b) Aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas, fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estados, apreciar os atos de concessão e renovação da concessão de emissoras de rádio e televisão.

c) Sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas, plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado, fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas, planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento.

d) Organização Administrativa, Judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária e do Ministério Público do Distrito Federal criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, criação e extinção de Ministérios e órgãos da Administração pública.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Competências do Congresso Nacional, no confronto entre o art. 48 e o art. 49 da Constituição Federal.

A questão exige conhecimento sobre a divisão entre as matérias do art. 48, que dependem de sanção presidencial e se veiculam por lei, e as do art. 49, de competência exclusiva do Congresso Nacional, veiculadas por decreto legislativo. Registre-se que o comando pede a afirmativa incorreta.

A alternativa A está correta, pois todas as matérias enunciadas constam do art. 48 e, portanto, dependem de sanção presidencial. Remissão ao art. 48, V, VI, VII e VIII, da CF/88.

A alternativa B está incorreta, e é o gabarito da questão, pois as três matérias enunciadas são de competência exclusiva do Congresso Nacional e dispensam sanção presidencial, sendo veiculadas por decreto legislativo. Vejamos:

“CF, Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: (...) IV - aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas; (...) VIII - fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (...) XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;”

A alternativa C está correta, pois todas as matérias enunciadas constam do art. 48 e dependem de sanção presidencial. Remissão ao art. 48, I, II, III e IV, da CF/88.

A alternativa D está correta, pois todas as matérias enunciadas constam do art. 48 e dependem de sanção presidencial. Remissão ao art. 48, IX, X e XI, da CF/88.

QUESTÃO 61. A Constituição de 1988 dedica um capítulo inteiro aos partidos políticos e os reconhece como peças-chave para o desenvolvimento do processo democrático, como caminhos para a construção de identidades ideológicas e para um processo majoritário estruturado com base em programas e projetos para o país. Aos partidos políticos é atribuída a função de “organizar a vontade popular e de exprimi-la na busca do poder” (RE 1.238.853, rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJe 08/01/2026). Considerando o ordenamento jurídico vigente bem como o entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da importância dos partidos políticos no sistema democrático brasileiro, assinale a afirmativa correta.

a) Em observância às garantias e princípios da dignidade da pessoa humana, do pluralismo político, da liberdade de associação e pelo que disposto no Pacto de São José da Costa Rica, é possível, para as próximas eleições brasileiras, a exemplo da ampla maioria das democracias consolidadas, a candidatura avulsa, sem a necessidade de prévia filiação a partido político.

b) A federação partidária, de caráter nacional, aplicável às eleições proporcionais e majoritárias, permite, de forma mais estável que as coligações, dois ou mais partidos políticos atuarem como se fossem uma só agremiação, devendo permanecer filiados, no mínimo, por duas eleições seguintes.

c) A desaprovação das contas do partido político implicará na devolução da importância apontada como irregular, acrescida de multa, que será aplicada apenas sobre a esfera partidária responsável pela irregularidade, não suspendendo o registro ou a anotação dos órgãos de direção nem tornando devedores seus dirigentes.

d) Os partidos políticos devem destinar, obrigatoriamente, trinta por cento dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e do Fundo Partidário às candidaturas de pessoas pretas e pardas, bem como em programas de promoção e difusão da participação política das mulheres.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou das consequências da desaprovação das contas partidárias, disciplinadas pelo art. 37, caput e § 2º, da Lei nº 9.096/1995. A norma estabelece que a

desaprovação gera apenas a devolução dos valores irregulares, acrescida de multa, sem suspensão do registro ou anotação dos órgãos partidários e sem responsabilização pessoal dos dirigentes.

A alternativa A está incorreta, pois o ordenamento jurídico brasileiro não admite candidatura avulsa. O art. 14, § 3º, V, da Constituição Federal estabelece a filiação partidária como condição de elegibilidade. No mesmo sentido, o STF, no RE 1.238.853 (Tema 974), firmou o entendimento de que não são admitidas candidaturas avulsas no sistema eleitoral brasileiro.

A alternativa B está incorreta, pois a federação possui caráter nacional e os partidos nela reunidos atuam como uma só agremiação, mas a permanência mínima é de quatro anos, e não de duas eleições. Além disso, a Lei nº 9.096/1995 estabelece expressamente, em seu art. 11-A, § 1º que:

“Aplicam-se à federação de partidos todas as normas que regem o funcionamento parlamentar e a fidelidade partidária”.

O § 3º, II, exige que os partidos permaneçam filiados à federação por no mínimo, 4 (quatro) anos.

A alternativa C está correta, pois reproduz o art. 37, caput e § 2º, da Lei nº 9.096/1995. O caput dispõe:

“A desaprovação das contas do partido implicará exclusivamente a sanção de devolução da importância apontada como irregular, acrescida de multa de até 20% (vinte por cento).”

Por sua vez, o § 2º estabelece:

“A sanção a que se refere o caput será aplicada exclusivamente à esfera partidária responsável pela irregularidade, não suspendendo o registro ou a anotação de seus órgãos de direção partidária nem tornando devedores ou inadimplentes os respectivos responsáveis partidários.”

Portanto, a desaprovação não acarreta, por si só, a suspensão do registro ou responsabilização pessoal dos dirigentes.

A alternativa D está incorreta, pois confunde os percentuais e as regras de destinação de recursos para candidaturas de pessoas negras e para a participação política das mulheres. A Constituição Federal estabelece, no art. 17, § 9º, que:

“Dos recursos oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e do fundo partidário destinados às campanhas eleitorais, os partidos políticos devem, obrigatoriamente, aplicar 30% (trinta por cento) em candidaturas de pessoas pretas e pardas”.

A regra relativa à promoção e difusão da participação política das mulheres possui disciplina própria, não correspondendo à formulação apresentada na alternativa.

QUESTÃO 62. José Jairo Gomes, em sua clássica obra, indica que “o processo eleitoral refere-se à intrincada via que se percorre para a concretização das eleições, desde a efetivação das convenções pelas agremiações políticas até a diplomação dos eleitos” (Direito Eleitoral, 2026.

22. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2026. p. 288). Quantos aos primeiros marcos do processo eleitoral – as convenções partidárias e os registros dos candidatos – assinale a afirmativa correta.

a) Para concorrer às eleições, o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de seis meses e estar com a filiação deferida pelo partido por, pelo menos, um ano antes da data da eleição.

b) Para a realização da convenção de escolha de candidatos, os partidos políticos poderão utilizar-se gratuitamente de prédios públicos e particulares, responsabilizando-se por eventuais danos causados.

c) Mesmo que na semana do pleito, o partido político ou coligação podem substituir candidato que falecer após o termo final do prazo do registro, caso em que o novo registro deverá ser requerido até dez dias contados do fato.

d) O registro de candidatura perante a Justiça Eleitoral se dará até o dia 15 de agosto do ano em que se realizarem as eleições, sendo a idade mínima estabelecida para tal fim aferida na data da posse, para os candidatos a cargos do Poder Executivo e Casas Legislativas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou das regras relativas às convenções partidárias, ao registro de candidaturas e à substituição de candidatos, especialmente do art. 13 da Lei nº 9.504/1997. A legislação admite a substituição de candidato após o prazo final para registro e, excepcionalmente, até mesmo depois do prazo de 20 dias antes da eleição, quando houver falecimento.

A alternativa A está incorreta, pois o prazo indicado está invertido. O art. 9º da Lei nº 9.504/1997 exige que o candidato tenha domicílio eleitoral na circunscrição por seis meses e esteja com a filiação deferida pelo partido no mesmo prazo, e não filiação por um ano. O dispositivo estabelece:

“Para concorrer às eleições, o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de seis meses e estar com a filiação deferida pelo partido no mesmo prazo.”

A alternativa B está incorreta, pois os partidos podem utilizar gratuitamente prédios públicos, mas não prédios particulares. O art. 8º, § 2º, da Lei nº 9.504/1997 assegura:

“Para a realização das convenções de que trata o caput, os partidos políticos poderão usar gratuitamente prédios públicos, responsabilizando-se por danos causados com a realização do evento.”

Portanto, a alternativa amplia indevidamente a regra para imóveis particulares.

A alternativa C está correta, pois o art. 13, caput e §§ 1º e 3º, da Lei nº 9.504/1997 admite a substituição de candidato, inclusive quando o falecimento ocorre após o prazo de registro. O caput prevê:

“É facultado ao partido ou coligação substituir candidato que for considerado inelegível, renunciar ou falecer após o termo final do prazo do registro ou, ainda, tiver seu registro indeferido ou cancelado.”

O § 1º determina que:

“A escolha do substituto far-se-á na forma estabelecida no estatuto do partido a que pertencer o substituído”.

Por fim, o § 3º estabelece:

“Tanto nas eleições majoritárias como nas proporcionais, a substituição só se efetivará se o novo pedido for apresentado até 20 (vinte) dias antes do pleito, exceto em caso de falecimento de candidato, quando a substituição poderá ser efetivada após esse prazo.”

Assim, mesmo na semana da eleição, a substituição por falecimento é juridicamente possível.

A alternativa D está incorreta, pois embora o prazo final para requerimento do registro seja 15 de agosto, a idade mínima não é aferida, em regra, na data da posse. O art. 11, § 2º, da Lei nº 9.504/1997 estabelece que a idade mínima constitucional deve ser verificada na data da posse, mas, para vereador, na data-limite para o pedido de registro. Além disso, a alternativa generaliza a regra para todos os cargos do Executivo e Legislativo. A Constituição, por sua vez, prevê as idades mínimas no art. 14, § 3º, VI.

QUESTÃO 63. O jurista José Henrique Lavocat Galvão Vieira de Carvalho, em artigo específico sobre os limites da liberdade de expressão na propaganda eleitoral, preconiza que “a propaganda eleitoral consubstancia, com primazia, o vetor comunicativo vocacionado à conquista de votos, de sorte a materializar, na prática, uma ponte de interlocução franca e sincera entre o candidato à eleição e o eleitor no gozo dos direitos políticos, no interregno de tempo que antecede cerca de quarenta e cinco dias da data do prélio”. (Liberdade de Expressão e Direito Eleitoral. 1. ED. Belo Horizonte: Fórum, 2026, p. 335.) Sobre a temática, assinale a afirmativa que, à luz da jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e da legislação vigente, apresenta-se correta.

a) A divulgação, em grupos de WhatsApp, qualquer que seja o número de participantes, que venha difundir conteúdo ofensivo, inverídico ou descontextualizado, apto a atingir a honra e a imagem de candidato, caracteriza propaganda eleitoral irregular.

b) Cabível o direito de resposta, perante a Justiça Eleitoral, se o pré-candidato ao cargo de Governador do Estado foi atingido, ainda que de forma indireta, por conceito, imagem ou afirmação caluniosa, difamatória, injuriosa ou sabidamente inverídica, difundidos por qualquer veículo de comunicação social.

c) É vedado autorizar, no período de quarenta e cinco dias que antecedem o pleito, publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral.

d) A veiculação de propaganda eleitoral pela distribuição de folhetos, adesivos, volantes e outros impressos independe da obtenção de licença municipal e de autorização da Justiça Eleitoral, bem como independe de licença da polícia a realização de qualquer ato de propaganda partidária ou eleitoral, em recinto aberto ou fechado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão tratou das regras relativas à propaganda eleitoral, especialmente da distribuição de material impresso e da realização de atos de propaganda, disciplinadas pelos arts. 38 e 39 da Lei nº 9.504/1997 e pela Resolução TSE nº 23.610/2019. A legislação estabelece hipóteses de propaganda que independem de licença municipal, autorização da Justiça Eleitoral ou licença policial.

A alternativa A está incorreta, pois não é correto afirmar que toda divulgação de conteúdo ofensivo, inverídico ou descontextualizado em grupos de WhatsApp, independentemente do número de participantes, caracteriza propaganda eleitoral irregular. A configuração de ilícito eleitoral depende do enquadramento da conduta nas normas específicas de propaganda e das circunstâncias concretas da divulgação. A Resolução TSE nº 23.610/2019 disciplina especificamente a propaganda eleitoral na internet, não estabelecendo a regra absoluta descrita na alternativa. Portanto, a simples utilização de grupo de WhatsApp não transforma, por si só, qualquer conteúdo ofensivo ou inverídico em propaganda eleitoral irregular.

A alternativa B está incorreta, pois o direito de resposta previsto na legislação eleitoral não é assegurado indistintamente a pré-candidatos em qualquer situação e tampouco basta que a ofensa seja meramente indireta. O regime jurídico do direito de resposta possui pressupostos específicos, previstos no art. 58 da Lei nº 9.504/1997, relacionados à divulgação de conceito, imagem ou afirmação caluniosa, difamatória, injuriosa ou sabidamente inverídica durante o período eleitoral. Assim, a alternativa amplia indevidamente o alcance do instituto ao afirmar que todo pré-candidato atingido indiretamente teria direito de resposta perante a Justiça Eleitoral.

A alternativa C está incorreta, pois apresenta prazo diverso daquele previsto na legislação para a publicidade institucional. O art. 73, VI, “b”, da Lei nº 9.504/1997 estabelece a vedação nos três meses que antecedem o pleito, e não nos 45 dias anteriores. Além disso, a exceção legal refere-se à “grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral”. Portanto, embora a alternativa reproduza corretamente a natureza da exceção, erra ao estabelecer o período de 45 dias, uma vez que o prazo legal é de três meses.

A alternativa D está correta, pois reproduz expressamente o conteúdo dos arts. 38 e 39 da Lei nº 9.504/1997. O art. 38, caput, estabelece:

“Independente da obtenção de licença municipal e de autorização da Justiça Eleitoral a veiculação de propaganda eleitoral pela distribuição de folhetos, adesivos, volantes e outros impressos”.

A mesma regra é reproduzida pelo art. 21 da Resolução TSE nº 23.610/2019. Já o art. 39, caput, dispõe literalmente:

“A realização de qualquer ato de propaganda partidária ou eleitoral, em recinto aberto ou fechado, não depende de licença da polícia.”

Isso não significa, contudo, que o ato esteja dispensado de comunicação à autoridade policial: o § 1º do art. 39 exige comunicação com antecedência mínima de 24 horas, para que a autoridade possa garantir a realização do evento e organizar o tráfego e os serviços públicos.

QUESTÃO 64. A derradeira fase do processo eleitoral consiste na diplomação dos eleitos, sendo esta um ato formal a partir do qual constituem-se em favor dos mandatários diversos direitos, garantias e impedimentos, além de preceder à posse e ao exercício do cargo para a representatividade popular. Dada sua relevância, quis o legislador estabelecer um procedimento próprio visando sua desconstituição – a que denominou de Recurso Contra a Expedição de Diploma. À luz da legislação vigente e da jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), assinale a afirmativa correta quanto ao RCED.

a) A inelegibilidade superveniente, que é pressuposto para a interposição do RCED, é àquela de índole constitucional ou, se infraconstitucional, surgida entre o momento do registro de candidatura e a data da posse.

b) Nas eleições municipais, o RCED deve ser endereçado ao Juiz Eleitoral no prazo de três dias após o último dia limite fixado para a diplomação, sendo o candidato eleito citado para, no mesmo prazo, oferecer defesa, cabendo ao respectivo Tribunal Regional Eleitoral seu julgamento.

c) A decisão que julga procedente a pretensão veiculada no RCED desconstitui o diploma do candidato eleito acarretando a perda do mandato, além de declarar inelegibilidade, de acordo com gravidade da conduta, bem como a cominação de multa.

d) Partido político integrante de Federação partidária tem legitimidade ativa em RCED interposto em desfavor do candidato eleito e diplomado, e sua respectiva agremiação partidária, em litisconsórcio passivo necessário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou do Recurso Contra a Expedição de Diploma (RCED), instrumento destinado à desconstituição do diploma nas hipóteses previstas no art. 262 do Código Eleitoral. Nas eleições municipais, o recurso é dirigido ao Juízo Eleitoral, observando-se o prazo legal, e será julgado pelo respectivo Tribunal Regional Eleitoral. O tema também é disciplinado pelo art. 267 do Código Eleitoral, relativo ao processamento dos recursos eleitorais.

A alternativa A está incorreta, pois apresenta prazo incorreto para a inelegibilidade superveniente de natureza infraconstitucional. O art. 262, § 3º, do Código Eleitoral dispõe literalmente:

“A inelegibilidade superveniente que autoriza a interposição de recurso contra expedição de diploma, fundado no inciso I, é aquela de índole constitucional ou, se infraconstitucional, superveniente ao registro de candidatura e que surge até a data do pleito.”

Portanto, não se exige que a inelegibilidade infraconstitucional surja entre o registro e a posse, como afirma a alternativa. O marco final é a data da eleição.

A alternativa B está correta, pois está de acordo com o regime de processamento do RCED nas eleições municipais. O recurso deve ser interposto perante o Juiz Eleitoral, observando-se o prazo de três dias previsto no art. 258 do Código Eleitoral, e será julgado pelo Tribunal Regional Eleitoral competente. O art. 267 do Código Eleitoral disciplina o processamento dos recursos e estabelece, em seu caput:

“Recebida a petição, mandará o juiz intimar o recorrido para ciência do recurso, abrindo-se-lhe vista dos autos a fim de, em prazo igual ao estabelecido para a sua interposição, oferecer razões, acompanhadas ou não de novos documentos.”

Assim, a alternativa descreve corretamente a competência e o procedimento aplicável ao RCED nas eleições municipais.

A alternativa C está incorreta, pois atribui ao RCED consequências que não correspondem ao seu objeto e à sua disciplina legal. O recurso tem por finalidade a desconstituição do diploma, nas hipóteses do art. 262 do Código Eleitoral, não constituindo instrumento próprio para, de forma automática, declarar inelegibilidade e aplicar multa conforme a gravidade da conduta. Eventuais consequências de natureza sancionatória, como inelegibilidade ou multa, dependem da ação eleitoral adequada e do preenchimento dos respectivos pressupostos legais. Portanto, não é correto afirmar que o simples julgamento procedente do RCED necessariamente acarreta, além da perda do mandato, declaração de inelegibilidade e multa.

A alternativa D está incorreta, pois não corresponde ao regime de legitimidade e formação do polo passivo no RCED. A existência de federação partidária não transforma automaticamente o partido integrante em legitimado para propor RCED contra candidato eleito nem torna a agremiação partidária do candidato litisconsorte passivo necessário. A legitimidade deve ser aferida segundo as normas específicas do Direito Eleitoral e a jurisprudência do TSE, não decorrendo simplesmente da existência da federação. Além disso, o RCED é dirigido contra o diploma do candidato eleito, não havendo fundamento para afirmar, de forma genérica, a existência de litisconsórcio passivo necessário com o partido pelo qual o candidato concorreu.

QUESTÃO 65. “A elegibilidade é a adequação do indivíduo ao regime jurídico – constitucional e legal complementar – do processo eleitoral, consubstanciada no não preenchimento de requisitos ‘negativos’ (as inelegibilidades). Vale dizer, o indivíduo que tenciona concorrer a cargo eletivo deve aderir ao estatuto jurídico eleitoral” (STF – ADC 29, rel. Min. Luiz Fux, DJe: 29/06/2012). Acerca das causas de inelegibilidade, assinale a alternativa correta à luz da legislação vigente e do entendimento dos Tribunais.

a) A inelegibilidade reflexa prevista na Constituição Federal de 1988 não impede que cônjuge, companheiro ou parente, direto ou colateral, até o segundo grau, ocupem concomitantemente e na mesma unidade da federação os cargos de chefe do Poder Executivo e de presidente da Casa legislativa.

b) Para comprovar a alfabetização, para fins de não incorrer em hipótese de inelegibilidade, o candidato deve apresentar diploma ou histórico escolar junto ao pedido de registro de candidatura, não sendo válida a apresentação de Carteira Nacional de Habilitação para tal fim.

c) As causas de inelegibilidade devem ser aferidas, de regra, no momento de formalização do registro de candidatura, não podendo a Justiça eleitoral analisar e decidir, de forma preventiva, eventual dúvida do pré-candidato acerca da sua capacidade eleitoral passiva.

d) As ações judiciais ajuizadas pelos mesmos fatos, ou conexos, que possam acarretar a suspensão dos direitos políticos gerarão a inelegibilidade a partir da primeira condenação proferida por órgão colegiado, salvo se, nas conexas, as condenações posteriores forem mais gravosas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou das causas de inelegibilidade, especialmente da inelegibilidade reflexa prevista no art. 14, § 7º, da Constituição Federal e das alterações promovidas pela LC nº 219/2025.

A alternativa A está correta, pois o STF conferiu interpretação restritiva à inelegibilidade reflexa e reconheceu que ela não impede, por si só, a ocupação simultânea dos cargos de chefe do Poder Executivo e de presidente da Casa Legislativa por pessoas que mantenham entre si relação de parentesco. O art. 14, § 7º, da CF dispõe:

“São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consangüíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.”

Assim, a norma não alcança a situação descrita na alternativa.

A alternativa B está incorreta, pois a alfabetização pode ser comprovada por outros documentos idôneos, inclusive pela Carteira Nacional de Habilitação, conforme entendimento do TSE. A Constituição, no art. 14, § 4º, estabelece:

“São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.”

Não existe exigência constitucional de apresentação exclusiva de diploma ou histórico escolar.

A alternativa C está incorreta, pois a regra de aferição das condições de elegibilidade e das inelegibilidades no momento do registro não impede a análise preventiva prevista pela LC nº 219/2025. O art. 11, § 16, da Lei nº 9.504/1997 passou a estabelecer:

“O pré-candidato que demonstrar dúvida razoável sobre a sua capacidade eleitoral passiva, ou o partido político a que estiver filiado, poderão dirigir à Justiça Eleitoral Requerimento de Declaração de Elegibilidade (RDE) a qualquer tempo, e a postulação poderá ser impugnada em 5 (cinco) dias por qualquer partido político com órgão de direção em atividade na circunscrição.”

Portanto, é possível a atuação preventiva da Justiça Eleitoral.

A alternativa D está incorreta, pois a LC nº 219/2025 afastou a possibilidade de sucessivas restrições decorrentes de ações relativas aos mesmos fatos. O art. 1º, § 4º-D, da LC nº 64/1990 dispõe:

“As ações judiciais ajuizadas pelos mesmos fatos, ou por fatos a eles conexos, que possam acarretar a suspensão dos direitos políticos e a aplicação do disposto nas alíneas ‘e’ e ‘l’ do inciso I do caput deste artigo gerarão a inelegibilidade a partir da primeira condenação proferida por órgão colegiado, vedada a

incidência de nova restrição à elegibilidade, ainda que tenham sido impostas sanções ulteriores mais gravosas.”

Logo, a alternativa contraria expressamente a nova disciplina legal.

QUESTÃO 66. O Contrato de Franquia é aquele em que um franqueador autoriza por meio de contrato um franqueado a usar marcas e outros objetos de propriedade intelectual, sempre associados ao direito de produção ou distribuição exclusiva ou não exclusiva de produtos ou serviços. Sobre este contrato, é correto afirmar que:

a) A relação entre franqueado e franqueador é uma relação de consumo.

b) Existe vínculo empregatício em relação ao franqueado, ainda que durante o período de treinamento.

c) A franquia não pode ser adotada por entidade sem fins lucrativos.

d) As partes poderão eleger juízo arbitral para solução de controvérsias relacionadas ao contrato de franquia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata dos pormenores do sistema de franquias e da relação entre franqueado e franqueador.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do art. 1º da Lei nº 13.966/2019, a relação mantida entre franqueador e franqueado possui natureza estritamente empresarial, não se enquadrando como relação de consumo regida pelo Código de Defesa do Consumidor. Nesse sentido, trata-se de um contrato interempresarial em que ambos os contratantes atuam na busca do fomento de atividade econômica profissional.

A alternativa B está incorreta. O art. 1º da Lei nº 13.966/2019 afasta categoricamente a caracterização de vínculo de emprego entre o franqueador e o franqueado ou seus empregados, estendendo essa vedação inclusive ao período de treinamento. Assim sendo, preserva-se a autonomia jurídica e operacional do franqueado durante todas as etapas do contrato.

A alternativa C está incorreta. O sistema de franquia pode ser adotado por empresas privadas, por entidades sem fins lucrativos e até por órgãos públicos, consoante previsão expressa do art. 1º, § 2º da Lei nº 13.966/2019. Assim, a ausência de finalidade lucrativa da entidade não impede a estruturação ou expansão de suas atividades pelo modelo de franchising.

A alternativa D está correta. Em estrita observância ao art. 7º, § 1º, da Lei nº 13.966/2019, as partes podem validamente pactuar a cláusula compromissória para eleger o juízo arbitral na solução de conflitos derivados do contrato de franquia. Nesse sentido, prevalece a autonomia da vontade para a definição do meio de resolução das controvérsias contratuais.

QUESTÃO 67. O contrato mercantil (ou empresarial) é o acordo firmado entre empresários ou sociedades. Com a unificação realizada pelo Código Civil de 2002, os contratos mercantis não possuem um livro exclusivo, sendo regidos pelas regras gerais de contratos civis (arts. 421 a 480). Sobre Contratos Mercantis, assinale a afirmativa correta.

a) É vedado às partes estipular contratos atípicos, não previstos nas normas fixadas no Código Civil.

b) Podem as partes, por cláusula expressa, diminuir, mas não podem excluir a responsabilidade pela evicção.

c) Nos contratos de adesão, são válidas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.

d) A coisa recebida em virtude de contrato comutativo pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminuam o valor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata dos contratos mercantis.

A alternativa A está incorreta. O art. 425 do Código Civil prevê expressamente ser lícito às partes estipular contratos atípicos, desde que observadas as normas gerais estabelecidas pela legislação civil. Nesse sentido, vigora o princípio da autonomia privada, permitindo aos contratantes a criação de negócios jurídicos não regulados especificamente em lei.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 448 do Código Civil, as partes podem, por meio de cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção. Assim sendo, a legislação admite expressamente a pactuação para o afastamento total da garantia da evicção.

A alternativa C está incorreta. O art. 424 do Código Civil estabelece que são nulas as cláusulas estipuladas em contratos de adesão que prevejam a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio. Assim, para resguardar a parte aderente, a lei comina a pena de nulidade absoluta a tais estipulações.

A alternativa D está correta. A alternativa reproduz categoricamente o caput do art. 441 do Código Civil, relativo à disciplina dos vícios redibitórios. Nesse sentido, a presença de defeitos ocultos no bem alienado por contrato comutativo confere ao adquirente a faculdade de rejeitar a coisa recebida que se revele inadequada para o uso pretendido ou que tenha seu valor diminuído.

QUESTÃO 68. A alienação fiduciária, regulada pela Lei nº 9.514/1997, é o negócio jurídico pelo qual o fiduciante, com o escopo de garantia de obrigação própria ou de terceiros, contrata a transferência ao credor, ou fiduciário, da propriedade resolúvel de coisa imóvel. Sobre esse negócio jurídico, assinale a afirmativa correta.

a) O inadimplemento de quaisquer das obrigações garantidas pela propriedade fiduciária faculta ao credor declarar vencidas as demais obrigações de que for titular garantidas pelo mesmo imóvel.

b) Para constituir-se a propriedade fiduciária de coisa imóvel não se faz necessário registro do contrato que lhe serve de título em cartório.

c) Com a constituição da propriedade fiduciária, dá-se o desdobramento da posse, tornando-se o fiduciário possuidor direto e o fiduciante possuidor indireto da coisa imóvel.

d) O fiduciante, mesmo com anuência expressa do fiduciário, não poderá transmitir os direitos de que seja titular sobre o imóvel objeto da alienação fiduciária em garantia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da alienação fiduciária em garantia sobre bens imóveis.

A alternativa A está correta. Nos termos do art. 22, § 6º, da Lei nº 9.514/1997, havendo o inadimplemento de qualquer das obrigações garantidas pela mesma propriedade fiduciária, assiste ao credor a faculdade de declarar vencidas antecipadamente as demais obrigações de que for titular. Assim sendo, a legislação autoriza expressamente a execução integrada e a aceleração das dívidas vinculadas ao mesmo bem.

A alternativa B está incorreta. O art. 23 da Lei nº 9.514/1997 estabelece expressamente que a propriedade fiduciária de coisa imóvel se constitui mediante o ato de registro do título no competente Cartório de Registro de Imóveis. Nesse sentido, o registro imobiliário ostenta natureza constitutiva, sendo indispensável para o nascimento do direito real de garantia.

A alternativa C está incorreta. De acordo com a regra disposta no parágrafo único do art. 23 da Lei nº 9.514/1997, o desdobramento da posse investe o fiduciante (devedor) na qualidade de possuidor direto e o fiduciário (credor) como possuidor indireto do imóvel. Assim, a assertiva incorre em erro ao inverter a posição jurídica das partes na relação possessória.

A alternativa D está incorreta. O art. 29 da Lei nº 9.514/1997 prevê que o fiduciante pode transmitir os direitos de que seja titular sobre o imóvel objeto da alienação fiduciária em garantia, bastando para tanto a anuência expressa do fiduciário. Dessa forma, havendo o consentimento do credor, a cessão dos direitos do fiduciante é perfeitamente válida e eficaz.

QUESTÃO 69. A Lei nº 11.101/2005 disciplina a recuperação judicial, a recuperação extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Sobre essa normatização, analise as afirmativas a seguir.

I. Na recuperação judicial, a assembleia geral de credores terá por atribuições, entre outras, deliberar sobre aprovação, rejeição ou modificação do plano de recuperação judicial apresentado pelo devedor.

II. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

III. A referida norma legal, Lei nº 11.101/2005, aplica-se à empresa pública e à sociedade de economia mista.

IV. O devedor pode, até a aprovação do plano de recuperação judicial, distribuir lucros ou dividendos a sócios e acionistas.

Está correto o que se afirma apenas em

a) I, II e III.

b) I e III.

c) III e IV.

d) I e II.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da recuperação judicial.

O item I está correto. A competência da Assembleia Geral de Credores para deliberar sobre a aprovação, rejeição ou alteração do plano de recuperação judicial está expressamente prevista no art. 35, I, "a", da Lei nº 11.101/2005. Assim sendo, cabe soberanamente aos credores a análise da viabilidade econômica e das condições pactuadas na proposta de reorganização.

O item II está correto. A assertiva reflete exatamente a regra geral insculpida no caput do art. 49 da Lei nº 11.101/2005. Nesse sentido, o momento da constituição do crédito na data do pedido da recuperação judicial é o marco temporal que atrai a sua sujeição aos efeitos do procedimento, ainda que a obrigação não tenha atingido o seu vencimento.

O item III está incorreto. O art. 2º, I, da Lei nº 11.101/2005 exclui expressamente do seu âmbito de aplicação as empresas públicas e as sociedades de economia mista. Assim, tais entidades integrantes da Administração Pública Indireta não se submetem aos regimes de recuperação judicial ou de falência, sujeitando-se a regramentos próprios em caso de desmobilização ou liquidação.

O item IV está incorreto. O art. 6º-A da Lei nº 11.101/2005 estabelece a vedação expressa à distribuição de lucros ou dividendos a sócios e acionistas pelo devedor até a efetiva aprovação do plano de recuperação judicial. Assim sendo, a proibição visa resguardar o patrimônio e a liquidez da sociedade para garantir a preservação da atividade e o adimplemento dos credores.

Considerando que os itens I e II estão corretos, a única alternativa possível é a letra D.

QUESTÃO 70. A Sociedade Limitada (Ltda.) é regulamentada no Brasil pelos art. 1.052 a 1.087 do Código Civil, sendo que é da sua essência a responsabilidade limitada, em que o patrimônio pessoal dos sócios fica protegido de dívidas da empresa, desde que o capital social esteja totalmente integralizado. Sobre a Sociedade Limitada (Ltda.), é correto afirmar que:

- a) Não pode ser constituída por apenas uma pessoa.**
- b) Depende da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na lei ou no contrato, a modificação do contrato social.**
- c) O capital social divide-se em quotas, sempre iguais.**
- d) Deverá ser administrada por todos os sócios, o que constará do contrato social.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da sociedade limitada.

A alternativa A está incorreta. O art. 1.052, § 1º, do Código Civil admite expressamente a constituição de sociedade limitada por apenas 1 (uma) pessoa, modalidade conhecida como sociedade limitada unipessoal. Nesse sentido, a exigência de pluralidade de sócios deixou de ser um requisito obrigatório para a formação desse tipo societário.

A alternativa B está correta. A alternativa reproduz a norma expressa no art. 1.071, V, do Código Civil. Assim sendo, compete privativamente aos sócios deliberar sobre a modificação do contrato social, observados os quóruns de aprovação exigidos pela legislação civil ou estipulados no próprio instrumento pactuado.

A alternativa C está incorreta. O art. 1.055, caput, do Código Civil estabelece que o capital social se divide em quotas, as quais podem ser iguais ou desiguais. Assim, é incorreto afirmar que as frações do capital devam possuir obrigatoriamente o mesmo valor nominal.

A alternativa D está incorreta. A administração da sociedade limitada pode ser atribuída a apenas um ou a alguns sócios, bem como a terceiros estranhos ao quadro social, nos termos dos arts. 1.060 e 1.061 do Código Civil. Nesse sentido, a legislação não impõe que a gestão seja exercida conjuntamente por todos os quotistas.

QUESTÃO 71. A falência atenderá aos princípios da celeridade e da economia processual, sem prejuízo do contraditório, da ampla defesa e dos demais princípios previstos na lei processual. Sobre a falência, analise as afirmativas a seguir.

I. Será decretada a falência do devedor que, executado por qualquer quantia líquida, não paga, não deposita e não nomeia à penhora bens suficientes dentro do prazo legal.

II. A falência é mecanismo de preservação de benefícios econômicos e sociais decorrentes da atividade empresarial, por meio da liquidação imediata do devedor e da rápida realocação útil de ativos na economia.

III. Os créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial vencidos nos três meses anteriores à decretação da falência, até o limite de cinco salários-mínimos por trabalhador, serão pagos tão logo haja disponibilidade em caixa.

IV. É ineficaz em relação à massa falida, tenha ou não o contratante conhecimento do estado de crise econômico-financeira do devedor, seja ou não intenção deste fraudar credores, a prática de atos a título gratuito, desde cinco anos antes da decretação da falência. Está correto o que se afirma em

a) I, II, III e IV.

b) I, apenas.

c) I, II e III, apenas.

d) II, III e IV, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da falência.

O item I está correto. A assertiva expressa a hipótese de decretação de falência por execução frustrada, insculpida no art. 94, II, da Lei nº 11.101/2005. Nesse sentido, a caracterização da crise falimentar prescinde de valor mínimo quando o devedor, devidamente executado por quantia líquida, deixa de pagar, depositar ou indicar bens à penhora no prazo legal.

O item II está correto. A afirmativa reflete as finalidades da falência dispostas no art. 75 da Lei nº 11.101/2005. Assim sendo, o instituto visa afastar o devedor inviável para viabilizar a liquidação célere e a rápida realocação útil de seus ativos na economia, preservando os benefícios econômicos e sociais decorrentes do reaproveitamento produtivo do patrimônio.

O item III está correto. O art. 151 da Lei nº 11.101/2005 estabelece o pagamento prioritário e extraconcursal dos créditos de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores à decretação da falência, até o limite de 5 (cinco) salários-mínimos por empregado. Assim, tais valores devem ser quitados imediatamente, assim que houver disponibilidade de recursos em caixa.

O item IV está incorreto. A ineficácia objetiva em relação à massa falida quanto aos atos praticados a título gratuito atinge apenas aqueles realizados no período de até 2 (dois) anos anteriores à decretação da falência, conforme o art. 129, IV, da Lei nº 11.101/2005. Dessa forma, a menção ao lapso temporal de 5 (cinco) anos inquina a assertiva de erro.

QUESTÃO 72. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), segundo seu “Relatório Justiça em Números”, vem apontando uma elevada taxa de congestionamento na solução de demandas que envolvem a cobrança de dívidas tributárias. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais, para isso, celebrou acordos de cooperação com diversos municípios, bem como o estado de Minas Gerais objetivando o compartilhamento de estratégias com vistas à extinção das execuções fiscais em trâmite no Poder Judiciário, a bem da eficiência e economicidade – alinhando-se, assim, a um conjunto de medidas editadas pelo próprio CNJ, bem como pelo Supremo Tribunal Federal, diante de decisões proferidas nesta temática. À luz de tais considerações, analise as afirmativas a seguir.

I. Para a validade do protesto da Certidão de Dívida Ativa (CDA), como mecanismo legítimo para cobrança de créditos tributários, é necessário que tenha havido a prévia tentativa de conciliação ou mediação entre a Fazenda Pública e o contribuinte devedor.

II. O fomento às práticas extrajudiciais de resolução de conflitos pela Fazenda Pública, bem como a adoção de leis que disciplinam a transação tributária são medidas que vêm contribuindo para a redução dos executivos fiscais em tramitação.

III. Os Centros de Inteligência dos Tribunais vêm adotando a estratégia de emitir Notas Técnicas de recomendação visando o alinhamento e a padronização entre os magistrados para a adequada gestão, processamento e julgamento das execuções fiscais.

É pertinente com os instrumentos legais e processuais aptos a promoverem a redução do acervo referente aos processos de execução fiscal o que se afirma em

a) I e II, apenas.

b) I, II e III.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão tratou de medidas voltadas à racionalização das execuções fiscais, especialmente a utilização de mecanismos extrajudiciais e a adoção de estratégias de gestão processual. O tema ganhou especial relevância com o Tema 1.184 da repercussão geral do STF e com a Resolução CNJ nº 547/2024, que estabeleceu medidas para reduzir o congestionamento desse tipo de processo.

A alternativa A está incorreta, pois a assertiva I confunde a exigência de tentativa prévia de solução consensual com o protesto da Certidão de Dívida Ativa (CDA). No Tema 1.184, o STF estabeleceu que:

“1. É legítima a extinção de execução fiscal de baixo valor pela ausência de interesse de agir tendo em vista o princípio constitucional da eficiência administrativa, respeitada a competência constitucional de cada ente federado. 2. O ajuizamento da execução fiscal dependerá da prévia adoção das seguintes providências: a) tentativa de conciliação ou adoção de solução administrativa; e b) protesto do título, salvo por motivo

de eficiência administrativa, comprovando-se a inadequação da medida. 3. O trâmite de ações de execução fiscal não impede os entes federados de pedirem a suspensão do processo para a adoção das medidas previstas no item 2, devendo, nesse caso, o juiz ser comunicado do prazo para as providências cabíveis”.

A Resolução CNJ nº 547/2024 reproduz essa sistemática:

“Art. 2º. O ajuizamento de execução fiscal dependerá de prévia tentativa de conciliação ou adoção de solução administrativa”;

“Art. 3º. O ajuizamento da execução fiscal dependerá, ainda, de prévio protesto do título, salvo por motivo de eficiência administrativa, comprovando-se a inadequação da medida.”

Portanto, a tentativa de conciliação ou solução administrativa é requisito relacionado ao ajuizamento da execução fiscal, e não requisito de validade do protesto da CDA.

A alternativa B está incorreta, pois a assertiva I é falsa, como demonstrado, embora a II esteja correta. O estímulo à solução extrajudicial e à transação tributária efetivamente integra o conjunto de medidas destinadas à redução da litigiosidade fiscal. O próprio art. 2º, § 1º, da Resolução CNJ nº 547/2024 prevê que a tentativa de conciliação pode ser satisfeita, por exemplo, pela existência de lei de parcelamento, oferecimento de vantagens na via administrativa ou oportunidade concreta de transação. Assim, somente a combinação das assertivas II e III corresponde ao conteúdo correto da questão.

A alternativa C está incorreta, pois a assertiva III está correta, mas a I não. Os Centros de Inteligência dos Tribunais integram mecanismos de gestão e racionalização da litigiosidade, podendo produzir estudos e Notas Técnicas para identificar problemas repetitivos e recomendar soluções que promovam maior uniformidade e eficiência. A própria Resolução CNJ nº 547/2024 insere-se nesse movimento institucional de tratamento racional das execuções fiscais, tendo como fundamento o elevado congestionamento desses processos. Contudo, como a afirmativa I atribui equivocadamente ao protesto da CDA uma condição que, na realidade, se refere ao ajuizamento da execução fiscal, a alternativa não pode ser considerada correta.

A alternativa D está correta, pois reúne as assertivas II e III. A adoção de mecanismos extrajudiciais — como conciliação, solução administrativa, parcelamentos e transação tributária — contribui para evitar o ajuizamento ou permitir a solução de créditos sem a necessidade de prolongar a execução judicial. Do mesmo modo, os Centros de Inteligência atuam na identificação de estratégias para o tratamento adequado e uniforme da litigiosidade repetitiva. Essas medidas estão em consonância com o Tema 1.184 do STF, já transcrito acima, e com a Resolução CNJ nº 547/2024, editada justamente para promover tratamento racional e eficiente das execuções fiscais.

QUESTÃO 73. No modelo federativo brasileiro, coube ao constituinte de 1988, quanto ao sistema de partilha de competências, conceder aos municípios o poder de instituir, fiscalizar e cobrar os impostos que lhes foram outorgados. Nesse sentido, assinale a afirmativa que se harmoniza, à luz da legislação regente, com o entendimento dos Tribunais Superiores (STF e STJ) a respeito dos impostos municipais.

a) Conquanto o fato gerador do IPTU seja a propriedade de bem imóvel, que se consubstancia pelo registro perante o respectivo Cartório de Imóveis, impõe-se a exoneração de dever de pagar o imposto o fato de encontrar-se o imóvel ocupado ou invadido por movimentos sociais.

b) É contribuinte do IPTU o proprietário de imóvel localizado na zona urbana do município, independentemente se há ou não comprovada destinação econômica do bem, com sua utilização para fins de exploração pecuária, extrativa ou agroindustrial.

c) A base de cálculo do ITBI é o valor venal do bem imóvel, que deve guardar relação com o valor lançado para fins de incidência do IPTU, podendo o Fisco municipal proceder ao arbitramento com base em valor de referência por ele estabelecido.

d) A cobrança do ITBI é devida no momento de se registrar a translação do domínio perante o Cartório de Imóveis, sendo válida, todavia, a antecipação de sua exigência quando do registro do contrato de promessa de compra e venda, ou mesmo da lavratura da escritura pública perante o Cartório de Notas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou da incidência dos impostos municipais, especialmente do IPTU e do ITBI, à luz das regras do Código Tributário Nacional e da jurisprudência dos Tribunais Superiores. O ponto central está na definição do contribuinte do IPTU e na possibilidade de subsistência da exação quando o proprietário é privado, por terceiros, da posse e dos atributos inerentes à propriedade.

A alternativa A está correta, pois o fato de o imóvel permanecer formalmente registrado em nome do proprietário não significa, por si só, que o IPTU possa continuar sendo exigido quando ele foi efetivamente privado da posse e dos poderes inerentes ao domínio. O art. 32, caput, do CTN dispõe que:

“O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel”.

Já o art. 34 estabelece:

“Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.”

Nesse sentido, o STJ, no AgInt no REsp 1.551.595/SP, reconheceu que é inexigível o IPTU do proprietário que perdeu a posse do imóvel em razão de invasão, assentando expressamente:

“É inexigível a cobrança de tributos de proprietário que não detém a posse do imóvel, devendo o município, no caso, lançar o débito tributário em nome dos ocupantes da área invadida.”

A Corte destacou, ainda, o “desaparecimento da base material do fato gerador do IPTU”, em conjunto com os princípios da razoabilidade e da boa-fé objetiva.

A alternativa B está incorreta, pois a simples localização do imóvel em zona urbana não é suficiente para determinar a incidência do IPTU quando houver comprovada utilização do imóvel para exploração

extrativa, vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial. Embora o art. 32 do CTN utilize o critério da localização urbana, o STJ, no Tema Repetitivo 174, firmou a seguinte tese:

“Não incide IPTU, mas ITR, sobre imóvel localizado na área urbana do Município, desde que comprovadamente utilizado em exploração extrativa, vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial (art. 15 do DL 57/1966).”

Portanto, a destinação econômica do imóvel pode afastar a incidência do IPTU e atrair a do ITR.

A alternativa C está incorreta, pois embora o art. 38 do CTN estabeleça que a base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos, o STJ afastou a vinculação automática entre a base de cálculo do ITBI e o valor utilizado para o IPTU, bem como a adoção de valor de referência previamente estabelecido pelo Fisco municipal. No REsp 1.937.821/SP (Tema 1.113), a Corte fixou que a base de cálculo do ITBI corresponde ao valor do imóvel em condições normais de mercado, não podendo o Município impor unilateralmente um “valor de referência”. O STJ destacou que a base de cálculo do ITBI “não está vinculada à do IPTU” e que o valor previamente estipulado pelo Fisco não pode ser utilizado como parâmetro automático.

A alternativa D está incorreta, pois o ITBI não pode ser exigido antecipadamente antes da efetiva transmissão da propriedade imobiliária. O art. 156, II, da Constituição Federal atribui aos Municípios competência para instituir imposto sobre a “transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis”. Assim, a celebração de promessa de compra e venda, sem efetiva transmissão do domínio, não constitui fato gerador do ITBI. A jurisprudência do STF consolidou esse entendimento na Súmula 82, segundo a qual:

“São inconstitucionais o imposto de cessão e a taxa sobre inscrição de promessa de venda de imóvel, substitutivos do imposto de transmissão, por incidirem sobre ato que não transfere o domínio.”

Portanto, a exigência do tributo deve estar vinculada à efetiva transmissão da propriedade, não podendo ser antecipada para a promessa de compra e venda ou para a simples lavratura da escritura.

QUESTÃO 74. Com quase quinze milhões de veículos, em 2025, segundo dados do IBGE, o estado de Minas Gerais arrecadou cerca de doze bilhões de reais, a título de IPVA – um aumento exponencial em relação ao ano anterior – o que evidencia sua importância, cada vez maior, no financiamento das políticas públicas do estado. Nesse sentido, assinale a afirmativa que se alinha ao que determina o sistema constitucional brasileiro e ao entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito desse imposto.

a) A instituição financeira, na condição de credora fiduciária, pode ser considerada responsável tributária pelo pagamento do IPVA incidente sobre veículo alienado fiduciariamente, ainda que não tenha havido a consolidação da propriedade plena sobre o bem.

b) No modelo de repartição constitucional de receita, pertence aos municípios vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do IPVA incidente sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seu território.

c) A Emenda Constitucional nº 132/2023 passa a disciplinar, agora de forma expressa, a incidência do IPVA sobre a propriedade de aeronaves e embarcações, seguindo o entendimento do STF sobre a questão.

d) O IPVA, para além do seu caráter arrecadatório, cujo recolhimento se faz perante o estado onde o contribuinte mantém sua sede ou domicílio tributário, também ostenta natureza extrafiscal, com a possibilidade de alíquotas diferenciadas em função do impacto ambiental do veículo automotor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão tratou do IPVA, abordando aspectos relacionados à responsabilidade tributária, à repartição constitucional da receita e às alterações promovidas pela EC nº 132/2023, especialmente quanto à possibilidade de diferenciação das alíquotas em razão do impacto ambiental dos veículos.

A alternativa A está incorreta, pois a instituição financeira credora fiduciária não pode ser responsabilizada pelo pagamento do IPVA enquanto não houver a consolidação da propriedade plena do veículo. No Tema 1.153 da repercussão geral, o STF firmou o seguinte entendimento:

"É inconstitucional a eleição do credor fiduciário como contribuinte ou responsável tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) incidente sobre veículo alienado fiduciariamente, ressalvada a hipótese da consolidação de sua propriedade plena sobre o bem".

Tal entendimento afasta a responsabilidade tributária da instituição financeira nessa situação. A propriedade fiduciária possui natureza específica e não autoriza, antes da consolidação, que o credor seja tratado como proprietário pleno para fins de incidência do IPVA.

A alternativa B está incorreta, pois o percentual destinado aos Municípios é de 50%, e não de 25%, do produto da arrecadação do IPVA. É o que determina o art. 158, III, da Constituição Federal:

"Art. 158. Pertencem aos Municípios:

III - 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios e, em relação a veículos aquáticos e aéreos, cujos proprietários sejam domiciliados em seus territórios";

Portanto, a alternativa reduz indevidamente a parcela municipal pela metade.

A alternativa C está incorreta, pois a EC nº 132/2023 efetivamente alterou o tratamento constitucional do IPVA, mas não se pode afirmar que ela simplesmente tenha passado a disciplinar a incidência sobre aeronaves e embarcações seguindo o entendimento do STF. A alteração constitucional ampliou expressamente o campo de incidência do imposto, mas estabeleceu disciplina própria e exceções. O art. 155, § 6º, III, da Constituição, incluído pela EC nº 132/2023, prevê que o IPVA

"Incidirá sobre a propriedade de veículos automotores terrestres, aquáticos e aéreos, excetuados: a) aeronaves agrícolas e de operador certificado para prestar serviços aéreos a terceiros; b) embarcações de pessoa jurídica que detenha outorga para prestar serviços de transporte aquaviário ou de pessoa física ou

jurídica que pratique pesca industrial, artesanal, científica ou de subsistência; c) plataformas suscetíveis de se locomoverem na água por meios próprios, inclusive aquelas cuja finalidade principal seja a exploração de atividades econômicas em águas territoriais e na zona econômica exclusiva e embarcações que tenham essa mesma finalidade principal; d) tratores e máquinas agrícolas.”

A alternativa, portanto, apresenta uma formulação inadequada ao associar a nova disciplina simplesmente ao entendimento anterior do STF.

A alternativa D está correta, pois a Constituição passou a admitir expressamente que as alíquotas do IPVA sejam diferenciadas em razão do impacto ambiental do veículo. O art. 155, § 6º, II, da Constituição Federal, incluído pela EC nº 132/2023, estabelece literalmente que o IPVA

“Terá alíquotas diferenciadas em função do tipo, do valor, da utilização e do impacto ambiental”.

Assim, além da função predominantemente fiscal, relacionada à arrecadação de receitas para o Estado, o imposto pode assumir dimensão extrafiscal, utilizando a diferenciação das alíquotas como instrumento de estímulo a comportamentos ambientalmente desejáveis. A alternativa também acerta ao destacar essa possibilidade constitucional de utilização do IPVA como instrumento de política ambiental.

QUESTÃO 75. Os princípios tributários ostentam relevante garantia fundamental do contribuinte na tutela de valores essenciais ao Estado de Direito. Aponte, nessa perspectiva, a afirmativa que reflete o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito dos princípios constitucionais-tributários.

a) Para dar concretude aos valores constitucionais da segurança jurídica e certeza, o princípio da legalidade determina que todo tributo deve ser criado e modificado por lei, podendo os Governadores; no entanto, considerado o processo legislativo estadual, editarem medida provisória, que tem status de lei, para disciplinar os tributos estaduais.

b) O princípio da anterioridade, que visa garantir a previsibilidade das exações fiscais, aplica-se, no plano da eficácia das normas, via de regra, à hipótese em que a lei cria ou aumenta os tributos, não se estendendo, todavia, ao denominado aumento indireto, que se dá quando houver a redução ou a supressão de benefícios e incentivos fiscais.

c) Inexiste ofensa ao princípio da isonomia na incidência de tributo que venha adotar como pressuposto fático a desigualdade de gênero, colocando as mulheres em pior situação. Assim, inaplica-se, em matéria tributária, sob o viés da igualdade, o protocolo para o julgamento sob a perspectiva de gênero.

d) O princípio da vedação ao confisco, dada sua expressa previsão normativa, aplica-se aos tributos, não se estendendo, portanto, às multas tributárias, ficando tais sanções pecuniárias, assim, excluídas do controle de legalidade do Poder Judiciário, bastando que sejam fixadas de forma razoável e proporcional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou dos princípios constitucionais tributários, especialmente da legalidade e da possibilidade de edição de medidas provisórias pelos Governadores dos Estados. O ponto central está na interpretação do art. 62 da Constituição Federal em conjunto com o entendimento firmado pelo STF na ADI 425/TO, segundo o qual os Estados-membros podem adotar medidas provisórias, desde que exista previsão na respectiva Constituição estadual e sejam observadas as limitações do modelo federal.

A alternativa A está correta, pois o princípio da legalidade tributária determina que não se pode exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça, conforme o art. 150, I, da Constituição. A medida provisória, entretanto, possui força de lei, nos termos do art. 62, caput, da CF:

“Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.”

O STF, na ADI 425/TO, reconheceu que os Estados-membros podem editar medidas provisórias, desde que haja previsão na Constituição estadual e sejam respeitados os princípios e limitações do modelo federal. A Corte assentou:

“Podem os Estados-membros editar medidas provisórias em face do princípio da simetria, obedecidas as regras básicas do processo legislativo no âmbito da União (CF, artigo 62).”

Assim, observados esses requisitos, a medida provisória estadual pode disciplinar matéria tributária.

A alternativa B está incorreta, pois o princípio da anterioridade também pode incidir sobre o chamado aumento indireto de tributo, decorrente da redução ou supressão de benefícios ou incentivos fiscais. O STF consolidou essa compreensão no Tema 1.383 da repercussão geral, cuja tese estabelece:

“O princípio da anterioridade tributária, geral e nonagesimal, se aplica às hipóteses de redução ou de supressão de benefícios ou de incentivos fiscais que resultem em majoração indireta de tributos, observadas as determinações e as exceções constitucionais para cada tributo.”

Portanto, é incorreta a afirmação de que a anterioridade não se estende a essa hipótese.

A alternativa C está incorreta, pois a tributação não pode estabelecer tratamento discriminatório arbitrário com fundamento no gênero. O art. 150, II, da Constituição Federal determina que é vedado aos entes federativos:

“Instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida”.

A igualdade tributária deve ser interpretada em consonância com a igualdade material, de modo que eventuais diferenciações precisam possuir fundamento constitucionalmente legítimo e relação racional com a finalidade perseguida. Além disso, não procede a afirmação de que o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero seria inaplicável à matéria tributária: a perspectiva de gênero constitui instrumento de interpretação destinado a identificar e superar desigualdades estruturais, não havendo fundamento para excluí-la previamente do âmbito tributário.

A alternativa D está incorreta, pois a vedação ao confisco também alcança as multas tributárias, não se restringindo aos tributos propriamente ditos. O art. 150, IV, da Constituição estabelece ser vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios utilizar tributo com efeito de confisco. O STF, contudo, firmou entendimento de que o princípio da não confiscatoriedade também pode ser utilizado no controle das multas fiscais, afastando a tese de que elas estariam imunes a esse limite constitucional.

QUESTÃO 76. Na lição do professor José Eduardo Soares de Melo, “as normas tributárias objetivam estabelecer um vínculo entre pessoas, tendo por objeto central a arrecadação de valores dos patrimônios dos particulares, que ficam compelidos a entregar dinheiro aos cofres públicos em razão de serem realizados os denominados fatos geradores previstos na legislação”. (Curso de Direito Tributário. 12. ED. Belo Horizonte: Fórum, 2025, p. 249.) Em relação à teoria geral da obrigação tributária, assinale a afirmativa que se alinha à legislação regente.

a) Pelo fato de uma entidade de assistência social sem fins lucrativos ser imune do dever de pagar impostos, tal circunstância a exime também dos deveres instrumentais de prestar declarações ou de emitir notas fiscais, sob a máxima de que o acessório segue o principal.

b) Em relação à solidariedade tributária, é válido e legítimo o redirecionamento da execução fiscal, em defesa formulada por um dos coproprietários de imóvel urbano, ao seu outro irmão, que ostenta maior capacidade contributiva.

c) Para a responsabilização mais rigorosa do sujeito passivo da obrigação tributária, inclusive, para os crimes tributários, fixou-se na legislação vigente, a partir da evolução jurisprudencial, a figura do devedor contumaz, caracterizado pela inadimplência substancial, reiterada e injustificada de tributos.

d) Há lacuna na legislação vigente quanto à responsabilidade tributária solidária dos desenvolvedores ou fornecedores de programas ou aplicativos que contenham funções ou comandos para fins de burla da legislação tributária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou da teoria geral da obrigação tributária, especialmente da distinção entre obrigação principal e obrigações acessórias, da solidariedade tributária e, sobretudo, da recente disciplina legal do devedor contumaz pela Lei Complementar nº 225/2026, que instituiu o Código de Defesa do Contribuinte. A norma passou a estabelecer critérios objetivos para a caracterização da inadimplência tributária contumaz, bem como procedimento administrativo próprio e medidas aplicáveis ao sujeito passivo enquadrado nessa condição.

A alternativa A está incorreta, pois a imunidade tributária não afasta, por si só, o cumprimento das obrigações tributárias acessórias. Embora o fundamento imediato da alternativa esteja relacionado à imunidade, e não à isenção, o próprio CTN deixa claro que a desoneração do tributo não elimina os deveres instrumentais necessários à fiscalização. O art. 175, parágrafo único, do CTN dispõe:

“Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria, nem aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.”

Além disso, o art. 194, parágrafo único, estabelece expressamente:

“A legislação tributária, observado o disposto nesta Seção, aplica-se às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.”

Assim, a entidade de assistência social imune pode permanecer sujeita a obrigações instrumentais, como a prestação de informações ao Fisco e a manutenção de documentos necessários à fiscalização. A imunidade afasta a incidência tributária nos limites constitucionais, mas não implica automática dispensa das obrigações acessórias.

A alternativa B está incorreta, pois a solidariedade tributária não autoriza o redirecionamento da execução fiscal com base na simples circunstância de um coproprietário possuir maior capacidade contributiva. O art. 124 do CTN estabelece literalmente:

“São solidariamente obrigadas: I - as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal; II - as pessoas expressamente designadas por lei.”

Portanto, a solidariedade decorre das hipóteses juridicamente previstas, e não de um juízo subjetivo sobre qual dos coproprietários possui maior patrimônio ou capacidade econômica. A capacidade contributiva, prevista no art. 145, § 1º, da Constituição, também não constitui fundamento autônomo para transferir a terceiro a responsabilidade pelo débito tributário. O dispositivo constitucional determina:

“Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte”.

Todavia, isso não se confunde com hipótese legal de solidariedade ou responsabilidade tributária.

A alternativa C está correta, pois a LC nº 225/2026 passou a disciplinar expressamente a figura do devedor contumaz, não se limitando a uma definição abstrata. O art. 11, caput, dispõe:

“Para os fins desta Lei Complementar, considera-se devedor contumaz o sujeito passivo cujo comportamento fiscal se caracteriza pela inadimplência substancial, reiterada e injustificada de tributos.”

A lei ainda especifica os elementos da contumácia. Nos termos do art. 11, § 2º, a inadimplência é considerada substancial, reiterada e injustificada, sendo que a reiteração, por exemplo, corresponde à manutenção de créditos tributários em situação irregular em pelo menos quatro períodos de apuração consecutivos ou seis períodos alternados no prazo de doze meses. A caracterização também depende de procedimento administrativo, com prévia notificação e garantia de contraditório e ampla defesa, conforme o art. 12. Além disso, o art. 13 prevê consequências específicas para o devedor contumaz, como o impedimento de fruição de determinados benefícios fiscais e de participação em licitações, bem como a possibilidade de declaração de inaptidão da inscrição no cadastro de contribuintes. Assim, a alternativa está correta ao reconhecer que a legislação vigente passou a disciplinar a figura do devedor contumaz com base na inadimplência substancial, reiterada e injustificada, afastando a ideia de que qualquer inadimplemento tributário ocasional seja suficiente para caracterizá-lo. A própria Receita Federal esclarece que se trata de comportamento reiterado, e não de uma situação pontual ou ocasional.

A alternativa D está incorreta, pois a afirmação de que haveria lacuna legislativa não se sustenta, uma vez que a matéria foi disciplinada no contexto da regulamentação da Reforma Tributária, especialmente na LC nº 214/2025, que prevê hipóteses de responsabilidade tributária relacionadas a agentes que concorrem para o descumprimento das obrigações do IBS e da CBS. A legislação considera, entre os responsáveis:

“Os desenvolvedores ou fornecedores de programas ou aplicativos utilizados para registro de operações com bens ou com serviços que contenham funções ou comandos inseridos com a finalidade de descumprir a legislação tributária”.

Assim, a alternativa D está errada porque afirma a existência de uma lacuna legislativa quando, na realidade, há previsão normativa específica para a matéria.

QUESTÃO 77. Com o advento da Emenda constitucional 132, de 20/12/2023, houve uma profunda alteração no Sistema Tributário Brasileiro, ao estabelecer um novo paradigma especialmente nos impostos sobre o consumo, em decorrência da criação do denominado IVA Dual, compreendido pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição de Bens e Serviços (CBS), tendo sido previsto também um novo imposto de competência da União Federal, o Imposto Seletivo, além da alteração em outros tributos estaduais e municipais. Nesse sentido, sobre as alterações promovidas pela Reforma Tributária, analise as afirmativas a seguir.

I. A COSIP, de competência dos municípios e do Distrito Federal, passa a ter especial relevância no financiamento da segurança pública local, dada a nova finalidade de custear os serviços de monitoramento e preservação do patrimônio público.

II. A identidade de fatos geradores, base de cálculo e contribuintes do IVA Dual permite corrigir a fragmentação das bases de incidência previstas até então nos impostos sobre o consumo, o que levará à redução dos conflitos de competência, além de simplificar a interpretação e aplicação da legislação.

III. A EC 132/2023 ao dispor que o Sistema Tributário deve observar o princípio da justiça fiscal, estabeleceu, de forma expressa, que tanto o ITCD quanto o ITBI poderão ter suas alíquotas progressivas, ensejando o aumento da tributação para quem detém maior condição econômica.

IV. O IVA Dual incidirá em todas as etapas da cadeia de bens e serviços, com não-cumulatividade plena, adotará o princípio do destino e terá restrição na concessão de incentivos fiscais, características estas que permitirão simplicidade, transparência e aumento do PIB nacional. Está correto o que se afirma apenas em

a) I, II e III.

b) I e III.

c) II e IV.

d) I, II e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou das principais alterações promovidas pela EC nº 132/2023 no Sistema Tributário Nacional, especialmente da nova disciplina da tributação sobre o consumo, da ampliação da finalidade da COSIP e das características constitucionais do IBS e da CBS. Entre essas mudanças, destacam-se a uniformização das regras do IBS e da CBS, prevista no art. 149-B da Constituição, e a adoção de um modelo de tributação orientado pela neutralidade, não cumulatividade e princípio do destino.

O item I está incorreto, pois a EC nº 132/2023 realmente ampliou a finalidade da COSIP, mas não a transformou em uma contribuição destinada ao financiamento geral da segurança pública. O art. 149-A da Constituição passou a prever que os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição para o:

“Custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos”.

Assim, a alteração constitucional permite o custeio de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos, mas não autoriza afirmar que a COSIP passou a financiar a segurança pública local em sentido amplo.

O item II está correto, pois a reforma constitucional buscou justamente conferir maior uniformidade à tributação sobre o consumo. O art. 149-B da Constituição determina expressamente que o IBS e a CBS observarão as mesmas regras quanto a determinados elementos essenciais da tributação, estabelecendo, em seu inciso I:

“Fatos geradores, bases de cálculo, hipóteses de não incidência e sujeitos passivos”.

A uniformização constitucional das regras aplicáveis aos dois tributos contribui para superar a fragmentação característica do sistema anterior, reduzindo potenciais conflitos interpretativos e favorecendo maior simplicidade e coerência na aplicação da legislação tributária.

O item III está incorreto, pois a EC nº 132/2023 realmente inseriu a justiça tributária entre os princípios que devem orientar o Sistema Tributário Nacional e estabeleceu expressamente a progressividade do ITCMD. O art. 145, § 3º, da Constituição passou a determinar:

“O Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente.”

Além disso, o art. 155, § 1º, VI, passou a estabelecer que o ITCMD:

“Será progressivo em razão do valor do quinhão, do legado ou da doação”.

Contudo, a assertiva erra ao afirmar que a EC nº 132/2023 estabeleceu expressamente a progressividade do ITBI. A alteração promovida no art. 156, § 1º, não contém essa autorização: o texto constitucional passou a prever, entre outras disposições, a possibilidade de atualização da base de cálculo do IPTU pelo Poder Executivo, conforme critérios estabelecidos em lei municipal. Portanto, não

é correto afirmar que a reforma constitucional tenha estabelecido expressamente a progressividade do ITBI.

O item IV está correto, pois o novo modelo constitucional do IBS foi estruturado sobre características como a não cumulatividade, a tributação no destino e a restrição à concessão de benefícios fiscais, buscando maior simplicidade e transparência no sistema. O art. 156-A, § 1º, da Constituição estabelece que o IBS será informado pelo princípio da neutralidade e, entre outras regras, prevê sua incidência sobre operações com bens e serviços e a não cumulatividade. A EC nº 132/2023 também estruturou a tributação de modo a privilegiar o princípio do destino e estabeleceu regras comuns entre IBS e CBS por meio do art. 149-B. Essas características integram a lógica da reforma de simplificação e racionalização da tributação sobre o consumo.

Assim, tendo em vista que apenas os itens II e IV estão corretos, o gabarito é a letra C.

QUESTÃO 78. Com o surgimento da obrigação, principal ou acessória, impõe-se ao contribuinte o recolhimento do tributo ou a apresentação de informações ou declarações, tendo a Administração Pública uma série de garantias e privilégios para o cumprimento de tais deveres. A respeito do crédito tributário e as disposições decorrentes de sua constituição e administração, assinale a afirmativa correta.

a) A concessão da moratória, nas hipóteses em que há a urgência na ajuda e fomento à economia, tal como ocorreu à época da COVID-19 e, mais recentemente, no estado do Rio Grande do Sul em razão da tragédia climática, prescinde da edição de lei pelo ente federativo.

b) É legítima e válida a requisição do Fisco às instituições financeiras para o compartilhamento de informações de pagamentos e transferências feitos por clientes, pessoas físicas e jurídicas, em operações eletrônicas, como Pix, cartões de débito e crédito, em que haja recolhimento de imposto.

c) A isenção dos tributos, seja ela onerosa ou não, dado o princípio da indisponibilidade do patrimônio público, pode ser revogada ou suprimida a qualquer tempo, não havendo direito adquirido em favor do contribuinte.

d) É vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública, de informação sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo da obrigação tributária, bem como a natureza de seus negócios e os incentivos e benefícios fiscais concedidos às empresas contribuintes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou da constituição e administração do crédito tributário, especialmente dos limites do sigilo bancário e da possibilidade de compartilhamento de informações financeiras com a Administração Tributária. O tema foi enfrentado diretamente pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 7.276, em que se reconheceu a constitucionalidade das normas que obrigam instituições financeiras a fornecer aos Estados informações sobre pagamentos e transferências eletrônicas, inclusive por Pix e cartões, quando relacionadas à fiscalização do ICMS.

A alternativa A está incorreta, pois a concessão de moratória depende de previsão legal. O art. 152 do CTN estabelece que:

“A moratória somente pode ser concedida:

I – em caráter geral:

a) pela pessoa jurídica de direito público competente para instituir o tributo a que se refira;

b) pela União, quanto a tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, quando simultaneamente concedida quanto aos tributos de competência federal e às obrigações de direito privado;

II – em caráter individual, por despacho da autoridade administrativa”.

Assim, ainda que situações excepcionais, como calamidades públicas, justifiquem a adoção da moratória, não se dispensa a observância da exigência legal.

A alternativa B está correta, pois o STF, no julgamento da ADI 7.276, declarou constitucionais as normas do CONFAZ que determinam às instituições financeiras o fornecimento aos Estados de informações relativas a pagamentos e transferências realizados por clientes, pessoas físicas ou jurídicas, por meios eletrônicos, como Pix, cartões de débito e crédito, quando relacionados ao recolhimento do ICMS. Para a Corte, não há quebra do sigilo bancário, mas transferência do sigilo das instituições financeiras para a Administração Tributária, que permanece obrigada a preservar a confidencialidade dos dados e utilizá-los exclusivamente para fins fiscais.

A alternativa C está incorreta, pois a revogação ou supressão de isenção não pode ser tratada indistintamente como medida livremente aplicável a qualquer situação. O art. 178 do CTN estabelece que:

“A isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo”.

Portanto, quando a isenção é onerosa, concedida por prazo certo e condicionada ao cumprimento de determinadas exigências, há proteção ao direito adquirido durante o período estabelecido.

A alternativa D está incorreta, pois o sigilo fiscal não é absoluto. O próprio art. 198, § 3º, do CTN estabelece hipóteses em que não se aplica a vedação de divulgação, entre elas a divulgação de informações relativas a representações fiscais para fins penais, inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública e parcelamento ou moratória. Além disso, a própria ADI 7.276 reconheceu a constitucionalidade do compartilhamento de informações financeiras com as Administrações Tributárias para fins de fiscalização do ICMS, desde que preservado o sigilo dos dados.

QUESTÃO 79. A Constituição Federal, em seu art. 225, assim dispõe: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para

as presentes e futuras gerações”. Para assegurar a efetividade desse direito, analise as afirmativas a seguir.

I. As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua autorização e localização definida em Lei do Estado a que pertence, sem o que não poderão ser instaladas.

II. Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

III. As condutas e as atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

IV. São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

Está correto o que se afirma em

a) I, II, III e IV.

b) I e IV, apenas.

c) I, II e III, apenas.

d) II, III e IV, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do detalhamento constitucional do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, previsto no art. 225 da Constituição Federal, exigindo o exame de seus parágrafos relativos a usinas nucleares, recuperação de áreas degradadas, responsabilização por danos ambientais e terras devolutas.

O item I está incorreto. O art. 225, § 6º, da Constituição Federal estabelece que as usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal. Portanto, a assertiva erra ao atribuir aos Estados a competência para definir a localização dessas usinas. A exigência constitucional é de lei federal, e não de lei estadual.

"CF/88, art. 225 (...) § 6º As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas."

O item II está correto. Nos termos do art. 225, § 2º, da Constituição Federal, aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei. Trata-se de obrigação constitucional expressa dirigida ao explorador de recursos minerais.

"CF/88, art. 225 (...) § 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei."

O item III está correto. O art. 225, § 3º, da Constituição Federal estabelece a responsabilização penal e administrativa dos infratores, pessoas físicas ou jurídicas, sem prejuízo da obrigação de reparar os danos ambientais causados.

"CF/88, art. 225 (...) § 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados."

O item IV está correto, pois reproduz o texto do art. 225, § 5º, da CF, o qual dispõe que são indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

"CF/88, art. 225 (...) § 5º São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais."

Diante do exposto, estão corretos apenas os itens II, III e IV, o que corresponde à **alternativa D**.

QUESTÃO 80. Sobre a responsabilidade administrativa, civil e penal em matéria ambiental, analise as afirmativas a seguir.

I. As obrigações ambientais podem ser cobradas do proprietário atual do imóvel, dos anteriores ou de ambos, permitindo a responsabilização do atual e do ex-proprietário, podendo ficar isento de responsabilidade o alienante desde que para o dano não tenha concorrido direta ou indiretamente.

II. A obrigação de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados pela atividade do poluidor possui natureza subjetiva, dependendo da demonstração de culpa para a configuração da responsabilidade civil ambiental.

III. A utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e a preservação do meio ambiente constituem requisitos integrantes da função social da propriedade rural, cujo atendimento deve ocorrer simultaneamente aos demais requisitos previstos na Constituição.

IV. A pretensão de reparação civil dos danos ambientais contra particulares decorrentes de ocupação, intervenção ou exploração irregular de área especialmente protegida é imprescritível.

Está correto o que se afirma em

a) I, II, III e IV.

b) I e II, apenas.

c) II e III, apenas.

d) I, III e IV, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da responsabilidade ambiental em suas dimensões civil, administrativa e penal, exigindo o exame da natureza propter rem das obrigações ambientais, da natureza objetiva da responsabilidade civil ambiental, da função social da propriedade rural e da imprescritibilidade da pretensão reparatória por dano ambiental.

O item I está correto, pois a responsabilidade pela reparação do dano ambiental possui natureza propter rem, de modo que as obrigações ambientais podem ser exigidas do proprietário ou possuidor atual, bem como dos anteriores, conforme as circunstâncias do caso. O atual proprietário pode responder pela reparação ainda que não tenha sido o causador do dano, sem prejuízo da possibilidade de responsabilização daquele que efetivamente contribuiu para sua ocorrência. O STJ consolidou esse entendimento na Súmula 623 e no Tema 1.204.

"STJ. Tema Repetitivo 1.204 - (...) - XI. Tese jurídica firmada: "As obrigações ambientais possuem natureza propter rem, sendo possível exigi-las, à escolha do credor, do proprietário ou possuidor atual, de qualquer dos anteriores, ou de ambos, ficando isento de responsabilidade o alienante cujo direito real tenha cessado antes da causação do dano, desde que para ele não tenha concorrido, direta ou indiretamente."(...) (REsp n. 1.953.359/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Primeira Seção, julgado em 13/9/2023, DJe de 26/9/2023.)"

"STJ, Súmula 623 - As obrigações ambientais possuem natureza propter rem, sendo admissível cobrá-las do proprietário ou possuidor atual e/ou dos anteriores, à escolha do credor. (SÚMULA 623, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/12/2018, DJe 17/12/2018)"

O item II está incorreto porque a responsabilidade civil por dano ambiental é objetiva, não dependendo da comprovação de culpa ou dolo do poluidor. É o que estabelece o art. 14, § 1º, da Lei nº 6.938/1981, ao prever que o poluidor é obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados por sua atividade.

"Lei nº 6.938/1981, art. 14, § 1º - Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente."

O item III está correto, pois corresponde ao disposto no art. 186, II, da CF, que arrola a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e a preservação do meio ambiente como um dos requisitos que devem ser simultaneamente atendidos para a configuração da função social da propriedade rural.

"CF/88, art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores."

O item IV está correto, pois o STF, no Tema 999 da repercussão geral, firmou a tese de que é imprescritível a pretensão de reparação civil de dano ambiental. O entendimento alcança também danos

decorrentes de ocupação, intervenção ou exploração irregular de áreas especialmente protegidas, conforme a jurisprudência dos Tribunais Superiores.

“STF, TEMA 999 - É imprescritível a pretensão de reparação civil de dano ambiental. (RE 654833, Relator(A): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, Julgado Em 20-04-2020, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO Dje-157. DIVULG. 23-06-2020 – PUBLIC. 24-06-2020)”

QUESTÃO 81. À luz da Lei nº 12.651/2012 – Código Florestal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), analise as afirmativas a seguir.

I. As Áreas de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal constituem institutos distintos e cumulativos, destinados à tutela ambiental.

II. A obrigação de recomposição de área degradada em APP possui natureza propter rem, transmitindo-se ao adquirente do imóvel.

III. A inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) é requisito para adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA).

IV. A Reserva Legal tem por finalidade assegurar o uso econômico sustentável dos recursos naturais, auxiliar a conservação da biodiversidade e promover abrigo da fauna e da flora nativas, vedada a exploração econômica.

Está correto o que se afirma em

a) I, II, III e IV.

b) I e IV, apenas.

c) I, II e III, apenas.

d) I, III e IV, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da distinção entre os institutos da Área de Preservação Permanente (APP) e da Reserva Legal, da natureza propter rem da obrigação de recomposição ambiental e dos requisitos para adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), à luz da Lei 12.651/2012 (Código Florestal).

O item I está correto, pois a Área de Preservação Permanente (APP) e a Reserva Legal são institutos distintos e autônomos, com definições e finalidades próprias estabelecidas no art. 3º, II e III, da Lei nº 12.651/2012. Além disso, possuem caráter cumulativo, de modo que a existência de APP no imóvel, em regra, não afasta a obrigação de manutenção da Reserva Legal. Esta, por sua vez, deve observar os percentuais mínimos estabelecidos no art. 12 do Código Florestal, sem prejuízo da proteção ambiental conferida às APPs.

"Lei nº 12.651/2012, art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por: (...) II - Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas; III - Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa;"

O item II está correto, pois a obrigação de recompor a vegetação em APP degradada possui natureza real e se transmite ao sucessor, independentemente de ter sido ele o causador do dano, nos termos do art. 2º, § 2º, da Lei 12.651/2012 e da Súmula 623 do STJ:

"Lei nº 12.651/2012, art. 2º (...) § 2º As obrigações previstas nesta Lei têm natureza real e são transmitidas ao sucessor, de qualquer natureza, no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel rural."

*"STJ, Súmula 623 - As obrigações ambientais possuem natureza **propter rem**, sendo admissível cobrá-las do proprietário ou possuidor atual e/ou dos anteriores, à escolha do credor. (SÚMULA 623, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/12/2018, DJe 17/12/2018)"*

O item III está correto, pois a inscrição no CAR é condição obrigatória para a adesão ao Programa de Regularização Ambiental, nos termos do art. 59, § 2º, da Lei nº 12.651/2012.

"Lei nº 12.651/2012, art. 59, § 2º A inscrição do imóvel rural no CAR é condição obrigatória para a adesão ao PRA, que será requerida pelo proprietário ou possuidor do imóvel rural no prazo de 1 (um) ano, contado da notificação pelo órgão competente, que realizará previamente a validação do cadastro e a identificação de passivos ambientais, observado o disposto no § 4º do art. 29 desta Lei."

O item IV está incorreto, pois a Reserva Legal não veda a exploração econômica; ao contrário, o art. 17, § 1º, da Lei 12.651/2012 admite expressamente sua exploração mediante manejo florestal sustentável.

"Lei nº 12.651/2012, art. 17, § 1º Admite-se a exploração econômica da Reserva Legal mediante manejo sustentável, previamente aprovado pelo órgão competente do Sisnama, de acordo com as modalidades previstas no art. 20."

QUESTÃO 82. À luz da Constituição Federal, da Lei nº 6.938/1981 – Política Nacional do Meio Ambiente e da Lei nº 9.605/1998 – Lei de Crimes Ambientais, analise as afirmativas a seguir.

I. A poluição sonora pode configurar degradação da qualidade ambiental e, em determinadas hipóteses, ensejar responsabilização civil, administrativa e penal do infrator pessoa física ou jurídica.

II. A proteção da fauna constitucionalmente assegurada abrange a vedação de práticas que submetam os animais à crueldade, ainda que justificadas por manifestações culturais.

III. A poluição atmosférica decorrente de atividade licenciada e a execução das garantias exigidas do poluidor excluem a responsabilidade civil por danos ambientais supervenientes.

IV. A flora e os demais componentes ambientais podem ser objeto de tutela preventiva, independentemente da efetiva ocorrência de dano, em observância aos princípios da prevenção e da precaução.

Está correto o que se afirma em

a) I, II, III e IV.

b) I e II, apenas.

c) II, III e IV, apenas.

d) I, II e IV, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda a proteção constitucional do meio ambiente, o conceito de poluição previsto na Lei nº 6.938/1981, a responsabilidade civil ambiental e a tutela preventiva do meio ambiente.

O item I está correto. A poluição sonora pode enquadrar-se no conceito de poluição previsto no art. 3º, III, da Lei nº 6.938/1981, quando resultar de atividades que prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população ou produzam efeitos adversos ao meio ambiente. A depender das circunstâncias, a conduta pode ensejar responsabilização nas esferas civil, administrativa e penal.

“Lei nº. 6.938/1981, art. 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: (...) III - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetem desfavoravelmente a biota; d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;”

O item II está correto. O art. 225, § 1º, VII, da Constituição Federal, de fato, determina que o Poder Público deve proteger a fauna e a flora, vedando práticas que submetam os animais à crueldade. A proteção constitucional contra a crueldade prevalece mesmo diante de manifestações culturais, não sendo suficiente invocar o caráter cultural da prática para afastar a tutela constitucional dos animais.

Observação importante: posteriormente, a EC nº 96/2017 acrescentou o § 7º ao art. 225 da Constituição, estabelecendo disciplina específica para práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais e estejam registradas como patrimônio cultural imaterial, não sendo consideradas cruéis nas condições estabelecidas em lei. Por isso, a assertiva II, tal como redigida, pode ser objeto de questionamento, especialmente porque afirma de maneira absoluta que a vedação à crueldade incide “ainda que justificadas por manifestações culturais”.

“CF/88, art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de

defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: (...) VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.”

“CF/88, art. 225, § 7º Para fins do disposto na parte final do inciso VII do § 1º deste artigo, não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, conforme o § 1º do art. 215 desta Constituição Federal, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 96, de 2017)”

O item III está incorreto, pois a responsabilidade civil ambiental é objetiva e fundada na teoria do risco integral, de modo que nem o licenciamento da atividade nem a prestação de garantias exigidas excluem a responsabilidade por danos supervenientes, nos termos do art. 14, § 1º, da Lei 6.938/1981.

“Lei nº 6.938/1981, art. 14, § 1º Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.”

O item IV está correto, pois a tutela ambiental preventiva independe da ocorrência efetiva de dano, sendo essa a razão de ser dos princípios da prevenção (diante de risco certo e conhecido) e da precaução (diante de risco incerto), amplamente reconhecidos pela doutrina e jurisprudência como vetores do direito ambiental brasileiro, decorrentes do próprio caput do art. 225 da CF.

“CF/88, art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

QUESTÃO 83. Considerando a Constituição Federal, a Política Nacional do Meio Ambiente, a Lei dos Agrotóxicos e a Política Nacional de Recursos Hídricos, analise as afirmativas a seguir.

I. A proteção constitucional dos recursos hídricos impede a exploração econômica da água por particulares.

II. O uso de agrotóxicos no território nacional está sujeito a controle estatal, sendo exigida avaliação técnica pelos órgãos competentes para fins de registro.

III. A introdução ou disseminação de espécies exóticas potencialmente invasoras pode ensejar responsabilização e crime ambiental, em razão dos riscos à fauna e à flora nativas.

IV. A Constituição Federal impõe ao poder público e à coletividade o dever de preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do país.

Está correto o que se afirma em

a) I, II, III e IV.

b) II, III e IV, apenas.

c) I, II e III, apenas.

d) I e IV, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda a proteção constitucional dos recursos hídricos, o controle estatal sobre agrotóxicos, a tutela da fauna e da flora contra espécies exóticas invasoras e a proteção do patrimônio genético brasileiro.

O item I está incorreto. A Constituição e a Política Nacional de Recursos Hídricos não impedem a exploração econômica da água por particulares. A água é bem de domínio público e constitui recurso natural limitado, dotado de valor econômico, sendo possível seu uso por particulares mediante os instrumentos de gestão previstos em lei, especialmente a outorga de direito de uso dos recursos hídricos. Portanto, não há proibição absoluta de exploração econômica.

“Lei nº 9.433/1997, art. 1º. A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos: I - a água é um bem de domínio público; II - a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico;”

O item II está correto, pois a Lei nº 14.785/2023 (Lei dos Agrotóxicos) mantém o regime de controle estatal sobre o uso de agrotóxicos no país, exigindo prévio registro ou autorização perante órgão federal competente, bem como análise de riscos para a concessão do registro.

“Lei nº 14.785/2023, art. 3º Os agrotóxicos, os produtos de controle ambiental, os produtos técnicos e afins, de acordo com as definições constantes do art. 2º desta Lei, somente poderão ser pesquisados, produzidos, exportados, importados, comercializados e utilizados se previamente autorizados ou registrados em órgão federal, nos termos desta Lei.”

“Lei nº 14.785/2023, art. 4º, § 2º O processo decisório de gestão de riscos será fundamentado na análise de riscos nos processos de registro de agrotóxicos, de produtos de controle ambiental, de produtos técnicos e afins.

O item III está correto. A introdução ou disseminação de espécies exóticas capazes de provocar danos aos ecossistemas, à fauna ou à flora pode ensejar responsabilização ambiental e, conforme as circunstâncias concretas, configurar o crime previsto no art. 61 da Lei nº 9.605/1998.

“Lei nº 9.605/1998, art. 61. Disseminar doença ou praga ou espécies que possam causar dano à agricultura, à pecuária, à fauna, à flora ou aos ecossistemas: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.”

O item IV está correto. A proteção da diversidade e da integridade do patrimônio genético integra expressamente o dever constitucional de proteção ambiental atribuído ao Poder Público, nos termos do art. 225, § 1º, II da Constituição Federal de 1988.

“CF/88, art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: (...) II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;”

QUESTÃO 84. Sobre os princípios e procedimentos licitatórios, com base na legislação que rege a matéria, analise as afirmativas a seguir.

I. O sigilo do orçamento estimado da contratação é obrigatório durante as fases licitatórias, sendo vedada sua divulgação até a homologação do certame.

II. O princípio do julgamento objetivo exige que a Administração avalie e classifique as propostas com base estritamente em critérios previstos no edital, de forma a preservar o princípio da legalidade.

III. A fase preparatória compreende planejamento institucional, estudos técnicos preliminares, análise de riscos, elaboração dos documentos convocatórios e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual.

IV. O princípio da segregação de funções impõe a vedação à designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, com o objetivo de reduzir fraudes e conflitos de interesse.

Está correto o que se afirma em

a) I, II, III e IV.

b) I, III e IV, apenas.

c) II, III e IV, apenas.

d) III e IV, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata dos princípios e procedimentos licitatórios.

O item I está incorreto. O sigilo do orçamento estimado da contratação não é obrigatório, tratando-se de uma faculdade da Administração Pública, desde que devidamente justificado (art. 24 da Lei nº 14.133/2021). Nesse sentido, mesmo quando o caráter sigiloso é adotado, o orçamento será obrigatoriamente tornado público após o julgamento das propostas. Assim, a regra no procedimento licitatório é a publicidade, sendo a alternativa incorreta ao afirmar haver vedação até a homologação.

O item II está correto. O princípio do julgamento objetivo visa afastar qualquer margem de subjetividade na escolha da proposta mais vantajosa para o poder público. Assim sendo, o administrador está

estritamente vinculado aos critérios de avaliação e de classificação que foram expressa e previamente estabelecidos no instrumento convocatório.

O item III está correto. A afirmativa resume perfeitamente o art. 18 da Nova Lei de Licitações, consagrando que a fase preparatória é essencialmente o momento de planejamento da contratação. Nesse sentido, o procedimento deve estar em harmonia com o plano de contratações anual e englobar os indispensáveis estudos técnicos preliminares, bem como a matriz de alocação de riscos.

O item IV está correto. A segregação de funções é um princípio expresso e fundamental para as contratações públicas. Assim, o art. 7º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 impõe a separação estrutural de atribuições, de modo a evitar que o mesmo agente atue simultaneamente em funções diferentes e incompatíveis que concentrem riscos, atuando ativamente para prevenir fraudes, erros e conflitos de interesse.

Considerando que os itens II, III e IV estão corretos, a única alternativa possível é a letra C.

QUESTÃO 85. Sobre o mandado de segurança coletivo, analise as afirmativas a seguir.

I. Partido político com representação no Congresso Nacional possui legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo, com limite na defesa de seus interesses legítimos, relativos a seus integrantes ou à finalidade partidária.

II. Associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano possui legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo em defesa dos interesses de seus membros. Regra geral afasta necessidade de realização de assembleia e comprovação de assinaturas individuais.

III. O mandado de segurança coletivo pode tutelar direitos coletivos e individuais homogêneos, sendo que a sentença fará coisa julgada limitadamente aos membros do grupo ou categoria substituídos pelo impetrante.

IV. A comprovação da filiação prévia e a relação nominal dos associados constituem requisitos para o ajuizamento da ação de mandado de segurança coletivo impetrado por associação em defesa de direito líquido e certo de seus associados.

Está correto o que se afirma apenas em

a) I, II e III.

b) II, III e IV.

c) III e IV.

d) I e II.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do mandado de segurança coletivo.

O item I está correto. A afirmativa reproduz a redação do caput do art. 21 da Lei nº 12.016/2009. Nesse sentido, a legislação infraconstitucional conferiu legitimidade ativa aos partidos políticos com representação no Congresso Nacional para impetrar o writ coletivo na defesa de interesses legítimos afetos aos seus integrantes ou vinculados às suas finalidades partidárias institucionais.

O item II está correto. De acordo com o art. 5º, LXX, "b", da Constituição Federal, exige-se a constituição legal e o funcionamento há pelo menos um ano para que a associação possa impetrar a segurança coletiva. Assim sendo, por se tratar de típica hipótese de substituição processual, incide o entendimento da Súmula 629 do Supremo Tribunal Federal, a qual dispensa a necessidade de autorização expressa dos associados, deliberação em assembleia ou coleta de assinaturas para o ajuizamento da ação.

O item III está correto. A assertiva reflete a disciplina contida no parágrafo único do art. 21 e no art. 22 da Lei nº 12.016/2009. Assim, a tutela coletiva via mandado de segurança alcança tanto direitos coletivos em sentido estrito quanto direitos individuais homogêneos, operando a coisa julgada formal e material com limitação aos integrantes do grupo, categoria ou classe representados pela entidade impetrante.

O item IV está incorreto. A exigência de apresentação da relação nominal dos associados e a comprovação da filiação prévia ao ajuizamento são requisitos afetos exclusivamente à representação processual comum (art. 5º, XXI, da CF/88). No mandado de segurança coletivo, diversamente, a legitimidade das associações decorre do regime de substituição processual (art. 5º, LXX, "b", da CF/88). Dessa forma, torna-se dispensável a juntada de rol de associados ou a demonstração de vínculo associativo prévio à data da impetração.

Considerando que os itens I, II e III estão corretos, a única alternativa possível é a letra A.

QUESTÃO 86. Sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, analise as afirmativas a seguir.

I. Após as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021, a aplicação de sanções pela prática de atos de improbidade administrativa exige a comprovação de dolo, sendo insuficiente a culpa, ressalvando exceções previstas em leis especiais.

II. Os particulares que induzam, concorram ou se beneficiem da prática do ato ímprobo sujeitam-se às sanções da Lei nº 8.429/1992, na medida de sua participação, não podendo responder isoladamente pelo ato de improbidade.

III. As sanções por improbidade administrativa possuem natureza penal, razão pela qual aplica-se o princípio da retroatividade da lei mais benéfica. A condenação por improbidade não impede que o agente responda pelos mesmos atos na esfera administrativa.

IV. Diante do princípio da pessoalidade, os sucessores daquele que causar dano ao erário ou se enriquecer ilicitamente estão sujeitos à obrigação de repará-lo, até o limite do valor da herança, podendo a ação ser proposta contra os sucessores. Está correto o que se afirma em

a) I, II, III e IV.

b) I e III, apenas.

c) II, III e IV, apenas.

d) I, II e IV, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata das sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa.

O item I está correto. A Lei nº 14.230/2021 extinguiu a modalidade culposa dos atos de improbidade administrativa, passando a exigir a comprovação do dolo em todas as figuras dos artigos 9º, 10 e 11 da Lei nº 8.429/1992. Assim, a simples caracterização de culpa tornou-se insuficiente para a responsabilização por improbidade.

O item II está correto. O art. 3º da Lei nº 8.429/1992 aplica as sanções da lei ao terceiro particular que induzir, concorrer ou se beneficiar da conduta. Nesse sentido, exige-se a participação de ao menos um agente público no polo passivo da demanda, de modo que o particular jamais pode responder isoladamente pela prática do ato de improbidade.

O item III está incorreto. As sanções por improbidade administrativa possuem natureza civil e política, inserindo-se no âmbito do Direito Administrativo Sancionador, nos termos do art. 37, § 4º, da Constituição Federal. Assim sendo, a errônea atribuição de natureza penal invalida a assertiva, muito embora o Supremo Tribunal Federal admita a incidência atenuada do princípio da retroatividade da lei mais benéfica às ações pendentes (Tema 1.199 do STF).

O item IV está correto. O art. 8º da Lei nº 8.429/1992 estabelece a transmissibilidade da obrigação de ressarcir o dano ao erário e de restituir o enriquecimento ilícito. Nesse sentido, os sucessores e herdeiros respondem até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido, podendo a demanda de reparação ser ajuizada contra eles ou ter seu curso mantido com a devida sucessão processual.

Considerando que os itens I, II e IV estão corretos, a única alternativa possível é a letra D.

QUESTÃO 87. Em se tratando de Ação Popular e Ação Civil Pública, analise as afirmativas a seguir.

I. Todos os eleitores brasileiros, incluindo os menores de 18 anos, possuem legitimidade para ingressar com Ação Popular, quando entender que ocorreram atos lesivos cometidos por agentes públicos ou a eles equiparados por lei ou delegação.

II. A competência para julgar ação popular contra ato de autoridade é, via de regra, do juízo competente de primeiro grau, ressalvado o foro por prerrogativa de função, em cumprimento

ao princípio do juiz natural. Em se tratando de membro do Congresso Nacional figurando no polo passivo da ação, a competência é atraída para instâncias superiores.

III. Na ação popular, em se tratando de instituições ou fundações, para cuja criação ou custeio o tesouro público concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, bem como de pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas, as consequências patrimoniais da invalidez dos atos lesivos terão por limite a repercussão deles sobre a contribuição dos cofres públicos.

IV. A ação civil pública tem como objetivo a proteção de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos visando à proteção de bens e interesses protegidos na legislação, como: meio ambiente, consumidor, ordem econômica e livre concorrência, honra e dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos, dentre outros.

Está correto o que se afirma em

a) I, II e III, apenas.

b) I, III e IV, apenas.

c) II e IV, apenas.

d) I, II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da Ação Popular e da Ação Civil Pública.

O item I está correto. A legitimidade ativa para a propositura de ação popular é conferida a qualquer cidadão, conceito juridicamente atrelado ao gozo dos direitos políticos demonstrado pelo título de eleitor (art. 5º, LXXIII, da CF/88 e art. 1º, § 3º, da Lei nº 4.717/1965). Nesse sentido, como os menores com idade entre 16 e 18 anos possuem facultatividade no alistamento eleitoral e na capacidade de votar (art. 14, § 1º, II, "c", da CF/88), enquadram-se no conceito de cidadão e detêm plena legitimidade para o ajuizamento do writ.

O item II está incorreto. O Supremo Tribunal Federal possui entendimento consolidado no sentido de que não existe foro por prerrogativa de função para o julgamento de ação popular. Assim sendo, a competência é fixada, via de regra, no juízo de primeiro grau, independentemente do cargo ou função pública ocupada pelos réus no polo passivo, não havendo atração para instâncias superiores nem mesmo quando envolve membros do Congresso Nacional.

O item III está correto. A afirmativa reproduz a norma expressa no art. 1º, § 2º, da Lei nº 4.717/1965. Assim, em entidades nas quais o aporte do poder público corresponda a menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, a recomposição e as consequências patrimoniais derivadas do ato invalidado limitam-se estritamente à extensão do prejuízo efetivamente suportado pelos cofres públicos.

O item IV está correto. A assertiva sintetiza o escopo de incidência da ação civil pública, em consonância com o art. 1º da Lei nº 7.347/1985 e o art. 129, III, da Constituição Federal. Nesse sentido, o instrumento destina-se à defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, abarcando a tutela do meio ambiente, do consumidor, da ordem econômica e da honra e dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos.

QUESTÃO 88. No exercício de suas atribuições, determinado servidor público praticou conduta que, em tese, caracteriza infração disciplinar, ato de improbidade administrativa e crime contra a Administração Pública. À luz da Constituição Federal, da Lei nº 8.429/1992, da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e demais legislações aplicáveis à espécie, analise as afirmativas a seguir.

I. As sanções civis, penais e administrativas podem ser aplicadas cumulativamente, observado o princípio da independência das instâncias.

II. A responsabilidade política constitui modalidade de responsabilidade típica dos agentes políticos, submetidos a crimes de responsabilidade e a mecanismos especiais de controle.

III. O ressarcimento ao erário decorrente de ato doloso de improbidade administrativa é imprescritível, conforme entendimento do STF.

IV. A condenação criminal transitada em julgado pela prática de crime funcional acarreta automaticamente a perda do cargo e a demissão do servidor público. Está correto o que se afirma em

a) I, II, III e IV.

b) I, II e III, apenas.

c) II, III e IV, apenas.

d) I e IV, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da sanção face infração disciplinar, ato de improbidade administrativa ou crime contra a Administração Pública.

O item I está correto. O ordenamento jurídico brasileiro consagra o princípio da independência das instâncias administrativa, civil e penal. Nesse sentido, um mesmo fato praticado por servidor público pode ensejar a aplicação cumulativa de sanções nas três esferas, nos termos do art. 37, § 4º, da Constituição Federal e da Lei nº 8.429/1992, ressalvadas as hipóteses de absolvição criminal que negue a existência do fato ou a sua autoria.

O item II está correto. A responsabilidade política constitui regime jurídico próprio destinado aos agentes políticos no exercício de funções constitucionais e governamentais. Assim sendo, sujeita-se à

apuração de condutas enquadradas como crimes de responsabilidade, cujo julgamento segue normas e órgãos especiais de controle político e constitucional.

O item III está correto. Ao fixar a tese no Tema 897 de Repercussão Geral (RE 852.475), o Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que são imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa. Assim, ocorrendo o elemento subjetivo doloso na conduta que causa prejuízo patrimonial ao Estado, a reparação civil não se submete a prazo prescricional.

O item IV está incorreto. A perda do cargo, função ou mandato eletivo decorrente de condenação criminal por crime funcional não opera de forma automática. Nos termos do art. 92, parágrafo único, do Código Penal, a sanção exige motivação expressa e declarada na sentença condenatória, afastando a aplicação automática da penalidade.

Considerando que os itens I, II e III estão corretos, a única alternativa possível é a letra B.

QUESTÃO 89. Celebrado contrato administrativo de prestação de serviços continuados, a Administração, em razão de interesse público superveniente, determinou unilateralmente a alteração quantitativa do objeto contratual, aumentando-o em vinte por cento do valor inicialmente pactuado. À luz da Constituição Federal, da Lei nº 14.133/2021 e da jurisprudência dos Tribunais Superiores, analise as afirmativas a seguir.

I. A Administração dispõe da prerrogativa de alterar unilateralmente os contratos administrativos para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.

II. A alteração quantitativa do objeto contratual pode, em regra, atingir até vinte e cinco por cento do valor inicial atualizado do contrato.

III. A mutabilidade do contrato administrativo afasta a revisão da remuneração original em face do risco empresarial do particular.

IV. As alterações unilaterais não poderão, em nenhuma hipótese, transfigurar o objeto da contratação.

Está correto o que se afirma em

a) I, II, III e IV.

b) I e II, apenas.

c) III e IV, apenas.

d) I, II e IV, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do contrato administrativo de prestação de serviços continuados.

O item I está correto. A Lei nº 14.133/2021 consagra, em seu art. 104, I, a prerrogativa da Administração Pública de alterar unilateralmente os contratos administrativos para melhor adequação às finalidades de interesse público. Nesse sentido, essa cláusula exorbitante deve sempre respeitar os direitos do contratado, garantindo-se a manutenção das condições efetivas da proposta.

O item II está correto. A afirmativa encontra amparo no art. 125 da Lei nº 14.133/2021, o qual prevê a regra geral de que o contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras até o limite de vinte e cinco por cento do valor inicial atualizado do contrato.

O item III está incorreto. Embora o contrato administrativo seja marcado pelo princípio da mutabilidade, a alteração unilateral promovida pela Administração que importe modificação de encargos impõe a obrigatoriedade de readequação da remuneração para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro (art. 130, da Lei nº 14.133/2021 e art. 37, XXI, da CF/88). Assim sendo, a margem de risco empresarial do particular não o obriga a suportar os custos derivados das modificações impostas pelo poder público.

O item IV está correto. O art. 126 da Lei nº 14.133/2021 veda expressamente que as alterações contratuais promovam a transfiguração do objeto da contratação. Assim, o poder de alteração unilateral possui limites qualitativos e não pode descaracterizar a natureza do serviço ou bem licitado, sob pena de violação ao dever constitucional de licitar e ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Considerando que os itens I, II e IV estão corretos, a única alternativa possível é a letra D.

QUESTÃO 90. Em procedimento de contratação direta, determinado município pretende contratar escritório de advocacia especializado em matéria tributária para atuar em demanda de alta complexidade. Considerando a Lei nº 14.133/2021 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), analise as afirmativas a seguir.

I. A inexigibilidade pressupõe inviabilidade de competição.

II. A contratação direta de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual exige demonstração da notória especialização profissional.

III. A singularidade do serviço permanece sendo requisito expresse na Lei de Licitação e Contratos para a inexigibilidade.

IV. A contratação direta exige processo administrativo formal contendo justificativa do preço e demonstração da compatibilidade com os valores de mercado.

Está correto o que se afirma em

a) I, II, III e IV.

b) I, II e III, apenas.

c) II, III e IV, apenas.

d) I, II e IV, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da contratação direta.

O item I está correto. A inviabilidade de competição constitui a premissa conceitual e o pressuposto lógico fundamental da inexigibilidade de licitação, nos termos expressos do art. 74, caput, da Lei nº 14.133/2021. Assim sendo, demonstrada a impossibilidade de confronto objetivo de propostas, impõe-se a contratação direta.

O item II está correto. A hipótese de inexigibilidade para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual exige formalmente a comprovação da notória especialização do profissional ou da empresa contratada, nos termos do art. 74, III, da Lei nº 14.133/2021. Nesse sentido, deve ser evidenciado que a capacitação e a reputação do contratado são essenciais e indiscutivelmente as mais adequadas para a plena satisfação do interesse público.

O item III está incorreto. Diversamente da sistemática estabelecida na revogada Lei nº 8.666/1993, a Lei nº 14.133/2021 não manteve a "singularidade do serviço" como requisito literal e expressamente positivado no texto do art. 74, III. Assim, o novo diploma legal concentrou os requisitos formais expressos do dispositivo na natureza predominantemente intelectual do serviço e na notória especialização do prestador.

O item IV está correto. A contratação direta por dispensa ou inexigibilidade não afasta o dever de formalização de um processo administrativo rigoroso. Nesse sentido, o art. 72 da Lei nº 14.133/2021 estabelece a obrigatoriedade de compor a instrução processual com a justificativa de preço e a demonstração inequívoca de sua compatibilidade com os parâmetros praticados pelo mercado.

Considerando que os itens I, II e IV estão corretos, a única alternativa possível é a letra D.

QUESTÃO 91. Sobre as Autarquias, em consonância ao estabelecido na Constituição da República, no Código Civil, no Decreto-Lei nº 200/1967 e na jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), analise as afirmativas a seguir.

I. Os servidores ocupantes de cargos efetivos em autarquias federais submetem-se em regra ao regime celetista, em razão da personalidade jurídica descentralizada da entidade e de sua autonomia administrativa, financeira e de gestão.

II. Os bens das autarquias submetem-se ao regime jurídico dos bens públicos, razão pela qual preserva, enquanto mantida sua destinação pública, as prerrogativas da imprescritibilidade

aquisitiva, da impenhorabilidade e da não onerabilidade, sujeitando-se às limitações constitucionais e legais quanto à alienação.

III. A responsabilidade civil das autarquias, por danos causados por seus agentes a terceiros no exercício de suas funções, rege-se pelo art. 37, §6º, da Constituição Federal, sendo objetiva perante a vítima, assegurado o direito de regresso contra o agente nos casos de dolo ou culpa.

IV. As autarquias possuem capacidade processual própria, patrimônio próprio e autonomia administrativa, sem prejuízo da sujeição ao controle externo, ao controle judicial e à supervisão ministerial nos limites da legislação aplicável. Está correto o que se afirma em

a) I, II, III e IV.

b) I, II e III, apenas.

c) II, III e IV, apenas.

d) III e IV, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do regime jurídico das autarquias, e a única afirmativa incorreta é a I, que inverte o regime dos servidores.

A afirmativa I está incorreta. Os servidores ocupantes de cargos efetivos em autarquias federais submetem-se, em regra, ao regime estatutário, e não ao celetista. As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, e a elas se aplica o regime dos servidores da União, a Lei nº 8.112/1990.

Convém lembrar que o regime jurídico único, afastado pela Emenda Constitucional 19/1998, foi restabelecido pelo STF na ADI 2.135, de sorte que as autarquias federais adotam, como regra, o regime estatutário, podendo, contudo, contratar pelo regime celetista. A autonomia administrativa e a descentralização não transformam o vínculo em celetista, sendo esta uma possibilidade, mas não a regra.

A afirmativa II está correta. Os bens das autarquias são bens públicos, porque pertencem a pessoa jurídica de direito público. É o que resulta do art. 98 do Código Civil.

Art. 98. São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

Por serem bens públicos, gozam da imprescritibilidade aquisitiva, não podendo ser adquiridos por usucapião, na linha da Súmula 340 do STF.

Súmula 340 - STF. Desde a vigência do Código Civil, os bens dominicais, como os demais bens públicos, não podem ser adquiridos por usucapião.

Somam-se a impenhorabilidade, já que os débitos das autarquias seguem o regime de precatórios do art. 100 da Constituição, e a não onerabilidade, pois esses bens não podem ser dados em garantia real, ficando a alienação sujeita às limitações legais.

A afirmativa III está correta. A responsabilidade civil das autarquias rege-se pelo art. 37, § 6º, da Constituição.

Art. 37. (...)

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Perante a vítima, a responsabilidade é objetiva, fundada na teoria do risco administrativo, sem necessidade de prova de culpa. O direito de regresso contra o agente, por sua vez, depende da demonstração de dolo ou culpa.

A afirmativa IV está correta. As autarquias, por terem personalidade jurídica própria, dispõem de capacidade processual, patrimônio próprio e autonomia administrativa, sem que isso as afaste dos controles a que se submete a Administração. O conceito legal está no art. 5º, I, do Decreto-Lei nº 200/1967.

Art. 5º Para os fins desta lei, considera-se:

I - Autarquia - o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

Permanecem, ainda assim, o controle externo, exercido pelo Tribunal de Contas em conjunto com o Legislativo, o controle judicial e a supervisão ministerial, também chamada de controle finalístico ou tutela administrativa, prevista no Decreto-Lei nº 200/1967. Vale a ressalva de que a autarquia é vinculada, e não subordinada, ao ministério supervisor, de modo que a supervisão não equivale a hierarquia.

São corretas as afirmativas II, III e IV, e incorreta apenas a I, o que confirma o gabarito como a letra C.

QUESTÃO 92. É por isto que, quando ocorrem disputas, as pessoas recorrem a um juiz, e ir ao juiz é ir a justiça, porque se quer que o juiz seja como se fosse a justiça viva; e elas procuram o juiz no pressuposto de que ele é uma pessoa equidistante, e em algumas cidades os juízes são chamados de mediadores, no pressuposto de que, se as pessoas obtêm o meio termo, elas obtêm o que é justo. O justo, portanto, é equidistante, já que o juiz o é. O juiz então restabelece a igualdade [...]. (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômacos*. Trad. de Mário da Gama Kury. 3ª ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, c1985, 1999. 238p.) Sobre a Resolução nº 60/2008 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que institui o Código de Ética da Magistratura Nacional, assinale a afirmativa correta.

a) Impõe-se ao magistrado pautar-se no desempenho de suas atividades sem receber indevidas influências externas e estranhas à justa convicção que deve formar para a solução dos casos que lhe sejam submetidos, salvo do CNJ.

b) A atuação do magistrado deve ser transparente, documentando-se seus atos, sempre que possível, mesmo quando não legalmente previsto, de modo a favorecer sua publicidade, inclusive nos casos de sigilo contemplado em lei.

c) É atentatório à dignidade do cargo qualquer ato ou comportamento do magistrado, no exercício profissional ou em razão dele, que configure assédio moral, assédio sexual ou implique discriminação injusta ou arbitrária. Não se enquadra em tal conduta a violência contra a mulher praticada por magistrado, salvo se ocorrer a prática no interior dos prédios do Judiciário.

d) Os Tribunais brasileiros, por ocasião da posse de todo Juiz, entregar-lhe-ão um exemplar do Código de Ética da Magistratura Nacional, para fiel observância durante todo o tempo do exercício da judicatura.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão tratou das normas de conduta estabelecidas pelo Código de Ética da Magistratura Nacional, instituído pela Resolução CNJ nº 60/2008, especialmente das disposições relativas à independência, transparência e dignidade da magistratura.

A alternativa A está incorreta, pois o magistrado deve atuar com independência e não sofrer influências externas ou estranhas à sua convicção, sem qualquer exceção em favor do CNJ. O art. 4º do Código estabelece:

“Impõe-se ao magistrado pautar-se no desempenho de suas atividades sem receber indevidas influências externas e estranhas à justa convicção que deve formar para a solução dos casos que lhe sejam submetidos.”

A ressalva “salvo do CNJ”, portanto, torna a alternativa incorreta.

A alternativa B está incorreta, pois a transparência dos atos judiciais não autoriza a publicidade de informações protegidas por sigilo legal. O art. 10 do Código determina:

“A atuação do magistrado deve ser transparente, documentando-se seus atos, sempre que possível, mesmo quando não legalmente previsto, de modo a favorecer sua publicidade, ressalvadas as hipóteses de sigilo contempladas em lei.”

A alternativa, ao afirmar que a publicidade alcançaria “inclusive os casos de sigilo contemplado em lei”, contraria expressamente a norma.

A alternativa C está incorreta, pois o Código considera atentatório à dignidade do cargo qualquer comportamento que configure assédio moral, assédio sexual ou discriminação injusta ou arbitrária, incluindo a violência contra a mulher praticada por magistrado, sem restringir a conduta ao interior dos prédios do Judiciário. O art. 39 dispõe:

“É atentatório à dignidade do cargo qualquer ato ou comportamento do magistrado, no exercício profissional ou em razão dele, que configure assédio moral, assédio sexual ou implique discriminação injusta ou arbitrária.”

A ressalva apresentada na alternativa não encontra respaldo no Código.

A alternativa D está correta, pois reproduz literalmente o art. 41 do Código de Ética da Magistratura Nacional:

“Os Tribunais brasileiros, por ocasião da posse de todo Juiz, entregar-lhe-ão um exemplar do Código de Ética da Magistratura Nacional, para fiel observância durante todo o tempo de exercício da judicatura.”

Trata-se, portanto, de dever expressamente imposto aos Tribunais no momento da posse de cada magistrado.

QUESTÃO 93. Quando um Magistrado possui algum conhecimento técnico acerca: das emoções que podem facilitar ou afastar uma conciliação; do direito como um fenômeno social que impacta no comportamento das partes; da essência da justiça; das bases lógicas, filosóficas e analíticas para se interpretar e aplicar as leis, sem dúvida alguma o desafio de julgar se tornará uma arte a ser cuidadosamente realizada. No que tange às diversas áreas da formação humanística, analise as afirmativas a seguir.

I. Os métodos extrajudiciais mais utilizados para a solução de conflitos são a arbitragem, a negociação, a conciliação e a mediação. Tais métodos, bem como o julgamento (método tradicional) possuem conteúdos intrapsíquicos (crenças, valores, princípios). Na visão estrita da psicologia pode-se dizer que julgamento e arbitragem têm como agentes as pessoas para as quais os poderes são delegados ou outorgados. Já na negociação, conciliação e mediação as responsabilidades são transferidas para as partes, que deverão construir a solução para a causa.

II. A sociologia jurídica procura compreender a relação direito x sociedade e direito x poder. Nessa toada, diversos pensadores definem o papel do direito. Durkheim o reflete como repressivo ou restitutivo, dependendo do tipo de sociedade. Max Weber já o entende como domínio racional-legal, ou seja, um meio de controle social. Michel Foucault como um instrumento de disciplinamento que se manifesta através de instituições como prisões, escolas e hospais. Karl Marx defende o direito como reflexo das relações de produção e para manter a dominação da classe burguesa sobre o proletariado.

III. O conceito de Justiça se constitui a partir das divergências e matizes no decorrer da história do pensamento jurídico e suas inúmeras teorias. Nos primórdios era a ideia de retribuição seu sinônimo. Aristóteles apresentou o “meio termo” e a virtude como seu princípio. O sofista Trasímaco destaca “o interesse do mais forte”. Hobbes a entende como construção de um contrato social. Kant defende que a Lei justa deve ser racional e compatível com a liberdade dos cidadãos. Para Jeremy Bentham e Stuart Mill ela deveria ser utilitarista. Um dos conceitos mais atuais é o da justiça distributiva e equitativa de John Rawls (1921-2002), propondo uma espécie de meritocracia aprimorada.

Está correto o que se afirma em

a) I, II e III.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou de aspectos da formação humanística dos magistrados, envolvendo psicologia, sociologia jurídica e filosofia da justiça. As afirmativas I e II estão corretas, enquanto a III contém erro na caracterização da teoria da justiça de John Rawls.

A alternativa A está incorreta, pois as três afirmativas não estão corretas. Embora as afirmativas I e II estejam de acordo com os conteúdos relacionados à formação humanística, a afirmativa III apresenta erro ao afirmar que a concepção de justiça de John Rawls corresponderia a uma espécie de “meritocracia aprimorada”. Rawls, ao contrário, questiona profundamente a ideia de que as pessoas mereçam as vantagens decorrentes de talentos, aptidões e condições sociais que não escolheram. Assim, a existência de uma proposição incorreta impede que a alternativa A seja considerada correta.

A alternativa B está correta, pois as afirmativas I e II estão corretas. A afirmativa I apresenta os principais métodos de solução de conflitos — arbitragem, negociação, conciliação e mediação — e distingue adequadamente os mecanismos em que a decisão é atribuída a terceiro daqueles em que a construção da solução permanece com as próprias partes. A afirmativa II, por sua vez, apresenta adequadamente a perspectiva da sociologia jurídica, que investiga as relações entre direito, sociedade e poder. Nesse âmbito, Durkheim relaciona o direito aos diferentes tipos de solidariedade social; Weber analisa o domínio racional-legal; Foucault examina o direito e as instituições como mecanismos de disciplina e poder; e Marx relaciona o direito às relações de produção e à estrutura de dominação de classes.

A alternativa C está incorreta, pois a afirmativa III contém erro ao qualificar a teoria de John Rawls como uma espécie de “meritocracia aprimorada”. Embora Rawls desenvolva uma teoria de justiça distributiva e equitativa, sua concepção não se fundamenta na ideia de que as pessoas devam receber vantagens sociais conforme seus méritos individuais. Ao contrário, Rawls questiona a própria noção de mérito como fundamento suficiente para a distribuição dos bens sociais. Tal crítica decorre da constatação de que características como inteligência, aptidões, disposição para o esforço e mesmo determinadas oportunidades de desenvolvimento são influenciadas por circunstâncias naturais e sociais que não foram escolhidas pelo indivíduo. Portanto, não é correto apresentar sua teoria como uma forma de meritocracia.

A alternativa D está incorreta, pois também contém a afirmativa III, que apresenta a incorreta caracterização do pensamento de Rawls. A teoria rawlsiana busca estabelecer princípios de justiça capazes de regular a estrutura básica da sociedade, partindo de uma situação hipotética de igualdade e rejeitando a utilização das vantagens decorrentes da “loteria natural” ou das circunstâncias sociais

como fundamento absoluto para a distribuição dos bens. Por isso, embora a afirmativa II esteja correta, a presença da afirmativa III impede o acolhimento da alternativa D.

QUESTÃO 94. O direito à privacidade nasce simbolicamente em 1890, quando se publica, na *Havard Law Review*, o ensaio *The right to privacy*, de autoria de Samuel Warren e Louis Brandeis. O trabalho foi uma reação ao exagero da imprensa em divulgar mexericos do salão a respeito da mulher de Samuel Warren, que, também, era filha de um senador, Louis Brandeis que foi, posteriormente, influente integrante da Suprema Corte dos Estados Unidos. No ensaio, desenvolveu-se o significado e importância da expressão do direito de ser deixado em paz – *right to be let alone*. Ao examinar alguns precedentes judiciais, referentes à propriedade, direitos autorais e difamação, os autores concluíram que se poderia extrair das decisões um direito geral à privacidade. (Desembargador Leonardo Roscoe Bessa. Disponível em:

<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/artigos-discursos-e-entrevistas>. Acesso em: junho de 2026.) Sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – Lei nº 13.709/2018, assinale a afirmativa correta.

a) A LGPD dispõe sobre o tratamento de dados pessoais apenas nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

b) As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e alguns dos seguintes princípios, nos termos do art. 6º da LGPD: anonimização, consentimento, eliminação, uso compartilhado de dados.

c) Para os fins da LGPD, considera-se dado pessoal sensível aquele sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

d) O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado em determinadas hipóteses, sendo vedada a utilização pela administração pública, salvo com autorização judicial ou autorização por meio de procuração pública.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei nº 13.709/2018), especialmente do conceito de dado pessoal sensível e dos princípios e hipóteses que disciplinam o tratamento de dados.

A alternativa A está incorreta, pois a LGPD não se limita ao tratamento de dados realizado em meios digitais. O art. 1º da Lei nº 13.709/2018 dispõe expressamente:

“Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado [...]”.

Portanto, a expressão “apenas nos meios digitais” torna a alternativa incorreta. O dispositivo também estabelece como finalidade da lei a proteção dos direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

A alternativa B está incorreta, pois os termos indicados na alternativa não correspondem aos princípios previstos no art. 6º da LGPD. O dispositivo estabelece:

“As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios: I - finalidade; II - adequação; III - necessidade; IV - livre acesso; V - qualidade dos dados; VI - transparência; VII - segurança; VIII - prevenção; IX - não discriminação; X - responsabilização e prestação de contas.”

Assim, anonimização, consentimento, eliminação e uso compartilhado de dados não constituem, nessa condição, princípios do art. 6º.

A alternativa C está correta, pois reproduz o conceito legal de dado pessoal sensível previsto no art. 5º, II, da LGPD. A norma dispõe:

“Dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.”

Logo, a alternativa apresenta exatamente as informações qualificadas pela lei como dados pessoais sensíveis.

A alternativa D está incorreta, pois a LGPD não proíbe o tratamento de dados pessoais pela Administração Pública, nem exige, como regra, autorização judicial ou procuração pública. O próprio art. 7º, III, prevê expressamente como hipótese de tratamento:

“Pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições do Capítulo IV desta Lei.”

Portanto, o Poder Público pode realizar o tratamento de dados nas hipóteses autorizadas pela própria LGPD.

QUESTÃO 95. Levantei às 7 horas. Alegre e contente. Depois que veio os aborrecimentos. Fui ao depósito receber... 60 cruzeiros. Passei no Arnaldo. Comprei pão, leite, paguei o que devia e reservei dinheiro para comprar licor de Cacau para Vera Eunice. Cheguei no inferno. Abri a porta e pus os meninos para fora. A D. Rosa, assim que viu o meu filho José Carlos começou impricar com ele. Não queria que o menino passasse perto da barraca dela. Saiu com um pau para espancá-lo. Uma mulher de 48 anos brigando com criança! Às vezes eu saio, ela vem até a minha janela e joga o vaso de fezes nas crianças. Quando eu retorno, encontro os travesseiros sujos e as crianças fétidas. Ela odeia-me. Diz que sou preferida pelos homens bonitos e distintos. E ganho mais dinheiro que ela.

Levantei nervosa. Com vontade de morrer. Já que os pobres estão mal colocados, para que viver? Será que os pobres de outro país sofrem igual aos pobres do Brasil? Eu estava descontente que até cheguei a brigar com o meu filho José Carlos sem motivo. Chegou um caminhão aqui na favela. O motorista e o seu ajudante jogam umas latas. É linguiça enlatada. Penso: É assim que fazem esses comerciantes insaciáveis. Ficam esperando os preços subir na ganancia de ganhar mais. E quando apodrece jogam fora para os corvos e os infelizes favelados. Não houve briga. Eu até estou achando isto aqui monotonico. Vejo as crianças abrir as latas de linguiça e exclamar satisfeitas: –Hum! Tá gostosa! A Dona Alice deu-me uma para experimentar. Mas a lata está estufada. Já está podre.

(JESUS, Carolina Maria de, 1914-1977. Quarto de despejo: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014. Fragmento.)

Acerca do direito antidiscriminação, assinale a afirmativa correta.

a) A teoria do direito da antidiscriminação aponta alguns marcos normativos nacionais que dão início a uma série de leis que visam assegurar a igualdade formal e substantiva de grupos sociais vulneráveis, focando na proibição e repressão da discriminação. Pode-se dizer que, nos idos dos anos de 88 a 90, os arts. 3º, III e IV, 48, VIII e 58, I, VIII, XLI da CF de 1988, a Lei do Racismo (Lei nº 7.716/1989) e o ECA (Lei nº 8.069/1990) são o início deste conjunto de normas rumo à consolidação de tais direitos. Já nos dias de hoje, além das inúmeras Leis que versam sobre o tema, a Resolução CNJ nº 351/2020 estabelece que todas as formas de discriminação devem ser prevenidas e enfrentadas no âmbito do Poder Judiciário, bem como a Resolução CNJ nº 532/2023, dispondo sobre o Acesso à Justiça e Cidadania; Funcionamento dos Órgãos Judiciais; Infância/Juventude; Direitos Humanos; Igualdade de Gênero.

b) A Lei nº 7.716/1989 pune quase todo o tipo de discriminação ou preconceito, seja de origem, raça, cor ou sexo. O chamado etarismo, idadeísmo ou ageísmo ainda não é considerado crime pela legislação brasileira, muito embora os direitos do idoso estejam estabelecidos pelo Estatuto da Pessoa Idosa — Lei nº 10.741/2013.

c) A Lei nº 7.716/1989 pune os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Todavia, se qualquer dos crimes previstos nela for cometido por intermédio dos meios de comunicação social, de publicação em redes sociais, da rede mundial de computadores ou de publicação de qualquer natureza, a lei a ser aplicada será a Lei de Imprensa em cotejo com o Código Penal, inclusive com a possibilidade de direito de resposta.

d) Na interpretação da lei, o Magistrado deve considerar como discriminatória qualquer atitude ou tratamento dado à pessoa ou a grupos minoritários que cause constrangimento e que usualmente não se dispensaria a outros grupos em razão da cor, etnia, religião ou procedência. Em caso de humilhação, vergonha, medo ou exposição indevida da vítima, necessária a análise psicológica através de laudo elaborado por perito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou do direito antidiscriminação, envolvendo a evolução normativa brasileira de proteção à igualdade e de combate às diferentes formas de preconceito e discriminação.

A alternativa A está correta, pois apresenta adequadamente importantes marcos normativos do direito antidiscriminação no Brasil. A Constituição Federal estabelece, no art. 3º, IV, como objetivo fundamental da República:

“Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

No mesmo sentido, o art. 5º, XLI, determina:

“A lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.”

Nesse processo de consolidação normativa, destacam-se a Lei nº 7.716/1989, que criminaliza determinadas formas de discriminação, e o ECA (Lei nº 8.069/1990), voltado à proteção integral de crianças e adolescentes. Também são relevantes as Resoluções CNJ nº 351/2020 e nº 532/2023, que incorporam a perspectiva de prevenção e enfrentamento da discriminação e de promoção da igualdade no âmbito do Poder Judiciário. A alternativa, portanto, apresenta corretamente a evolução do sistema brasileiro de proteção antidiscriminatória.

A alternativa B está incorreta, pois o chamado etarismo, idadeísmo ou ageísmo também pode configurar crime. O art. 96 do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) estabelece:

“Discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade: Pena – reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.”

Portanto, é incorreto afirmar que a discriminação por idade não constitui crime na legislação brasileira.

A alternativa C está incorreta, pois a Lei nº 7.716/1989 não determina a aplicação da antiga Lei de Imprensa quando os crimes forem praticados pelos meios de comunicação ou pela internet. A Lei de Imprensa (Lei nº 5.250/1967) não foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988, conforme decidido pelo STF na ADPF 130, razão pela qual não pode ser utilizada como fundamento para a responsabilização penal. Além disso, a própria Lei nº 7.716/1989 prevê circunstâncias específicas relacionadas à divulgação dos crimes por meios de comunicação e redes sociais, não havendo a regra apontada na alternativa.

A alternativa D está incorreta, pois nem todo tratamento diferenciado constitui discriminação juridicamente ilícita. A própria ordem constitucional admite medidas de discriminação positiva, destinadas a promover a igualdade material. Além disso, não há exigência geral de perícia psicológica para caracterizar uma prática discriminatória. A existência ou não de discriminação deve ser analisada pelo magistrado a partir do conjunto probatório disponível, não sendo indispensável laudo pericial para a configuração da conduta.

QUESTÃO 96. Historicamente, as vivências das mulheres têm sido permeadas por assimetrias oriundas de estruturas sociais profundamente enraizadas, como acontece para os demais grupos sociais. Nesse contexto, a violência contra as mulheres não se configura como um conjunto de episódios isolados e homogêneos, mas como um fenômeno reiterado que incide de maneira contínua e diversa sobre a vida das mulheres a depender de marcadores sociais e de suas intersecções. Dito isso, o enfrentamento à violência contra mulher exige a consideração de múltiplos fatores que permeiam a vida dessas mulheres, e que tornam determinados segmentos mais vulneráveis. Nesse contexto, as mulheres negras, entendidas como pretas e pardas, assumem destaque. Os dados do sistema de saúde, referentes aos homicídios femininos analisados por raça/cor, evidenciam que elas são as principais vítimas da violência letal. (*Atlas da violência de 2026. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content>. Acesso em: junho de 2026.*)

Ainda acerca do direito antidiscriminatório, analise as afirmativas a seguir.

I. No ano de 2025, foram 1.568 mulheres vítimas de feminicídio no Brasil, crescimento de 4,7% em relação ao ano anterior, segundo o Fórum de Segurança Pública. O acesso à Justiça é um grande passo para o fortalecimento da política antidiscriminatória em prol da defesa feminina. A Constituição Federal brasileira positivou tal direito fundamental; no entanto, a Declaração Universal dos Direitos Humanos não mencionou expressamente tal direito, existindo inúmeras manifestações de diversos estados da América Latina, inclusive o Brasil, para que seja garantido um julgamento justo, sem distinção de qualquer natureza e livre de preconceito e discriminação.

II. Interseccionalidade é a sobreposição de cargos públicos passíveis de se acumular na Magistratura por seus membros do sexo feminino, bem como os efeitos que tal interação irá impactar na relação da Magistratura com a sociedade, além do acesso a direitos que visem à dignidade das Juízas.

III. Com a Constituição de 1988, em especial o art. 3º, se estabelecem princípios fundamentais de igualdade e proibição da discriminação negativa que impulsionaram avanços na proteção dos indivíduos que enfrentam, de alguma forma, exclusão social. Nos dias de hoje, pode-se afirmar que a nível legislativo/jurisprudencial o avanço foi considerável. No entanto, ainda existe um abismo e uma tensão conflituosa entre os textos legais, que visam proteger os indivíduos e eliminar desigualdades, e as várias práticas discriminatórias existentes na realidade social brasileira.

IV. A Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), aprovada em 1979 e ratificada pelo Brasil em 1984 e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – denominada Convenção de Belém do Pará (1994), ratificada em 1995 pelo Brasil são dois importantes instrumentos internacionais no âmbito do sistema universal de proteção às mulheres.

Está correto o que se afirma apenas em

a) I e IV.

b) III e IV.

c) II e III.

d) II e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou do direito antidiscriminatório, especialmente da violência contra as mulheres, da interseccionalidade e dos instrumentos internacionais de proteção feminina. A análise envolve tanto a evolução normativa brasileira no combate à discriminação quanto a compreensão de que diferentes marcadores sociais podem atuar conjuntamente na produção de situações específicas de vulnerabilidade.

O item I está incorreto, pois, embora o dado estatístico esteja correto, está equivocada a afirmação de que a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) não mencionou expressamente o direito de acesso à Justiça. Em seu art. 8º, a Declaração prevê expressamente:

“Todo ser humano tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.”

Além disso, o art. 10 assegura que:

“Todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial”.

Portanto, apesar de correta a informação estatística utilizada no início do item, a afirmação posterior torna-o incorreto.

O item II está incorreto, pois a interseccionalidade não corresponde à sobreposição de cargos públicos passíveis de acumulação por magistradas ou aos efeitos dessa acumulação sobre a relação da Magistratura com a sociedade. O conceito diz respeito à incidência e à interação de diferentes marcadores sociais e sistemas de opressão, como raça, gênero, classe, idade e orientação sexual, que podem se sobrepor e produzir experiências específicas de discriminação e desigualdade. Nesse sentido, a abordagem está diretamente relacionada à formulação de Kimberlé Crenshaw, referência fundamental dos estudos sobre interseccionalidade. A perspectiva evidencia que sistemas como o racismo, o sexismo e o classismo não necessariamente atuam de forma isolada, podendo interagir e produzir formas particulares de vulnerabilidade, especialmente no caso das mulheres negras. Essa compreensão também está incorporada às diretrizes do CNJ para a adoção da perspectiva racial nos julgamentos. Logo, a definição apresentada no item não corresponde ao conceito jurídico e sociológico de interseccionalidade.

O item III está correto, pois a Constituição de 1988 representou importante marco na afirmação da igualdade e no combate às diversas formas de discriminação. O art. 3º, III e IV, da Constituição Federal estabelece, entre os objetivos fundamentais da República, respectivamente:

“III - Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”;

“IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

A partir desse paradigma constitucional, houve significativa expansão legislativa e jurisprudencial destinada à proteção de grupos vulnerabilizados e à promoção da igualdade material. Entretanto, a existência de um amplo aparato jurídico não significa a eliminação das práticas discriminatórias na realidade social. Permanece, portanto, uma tensão entre a igualdade formal e materialmente afirmada pelas normas jurídicas e as desigualdades e práticas discriminatórias efetivamente presentes na sociedade brasileira. O item, por isso, está correto.

O item IV está correto, pois tanto a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) quanto a Convenção de Belém do Pará constituem importantes instrumentos internacionais de proteção dos direitos das mulheres. A CEDAW foi adotada em 1979 e entrou em vigor para o Brasil em 2 de março de 1984, conforme registrado no Decreto nº 4.377/2002, que atualmente promulga a Convenção no ordenamento brasileiro. O art. 1º da CEDAW define discriminação contra a mulher como:

“Toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo”.

Já a Convenção de Belém do Pará, adotada em 1994 e promulgada no Brasil pelo Decreto nº 1.973/1996, reconhece expressamente a violência contra a mulher como violação dos direitos humanos e define, em seu art. 1º, violência contra a mulher como:

“Qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada.”

Portanto, os dois instrumentos são fundamentais para a proteção internacional dos direitos das mulheres, embora seja importante observar que a CEDAW integra o sistema global, enquanto a Convenção de Belém do Pará pertence ao sistema regional interamericano. Ainda assim, o item está correto ao reconhecê-las como instrumentos internacionais relevantes para a proteção das mulheres.

Portanto, tendo em vista que apenas os itens III e IV estão corretos, o gabarito é a letra B.

QUESTÃO 97. Sobre o controle de convencionalidade, assinale a afirmativa correta.

a) A doutrina do controle de convencionalidade visa verificar se tratados internacionais de direitos humanos estão em conformidade com o ordenamento jurídico brasileiro, garantindo que os compromissos assumidos internacionalmente, especialmente os constantes do Pacto de San José da Costa Rica, respeitem nossas normas internas.

b) Ao contrário do controle de constitucionalidade, o controle de convencionalidade é exercido apenas no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF) que, a partir de ações específicas, declarará a incompatibilidade ou não de determinada norma, sempre em confronto com os tratados internacionais.

c) A Constituição Federal/1988 estabelece que direitos e garantias nela expressos não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte. Nesses termos, o Judiciário exercerá o controle de convencionalidade das normas na forma difusa ou concentrada, transcendendo tal obrigação às atribuições do Poder Judiciário, Legislativo e Executivo, cada qual dentro e nos limites da sua atuação, também exercerão tal controle interno.

d) O controle de convencionalidade é tão somente exercido pelas Cortes Internacionais que devem analisar o ordenamento jurídico do país em cotejo com o direito internacional. O Brasil está submetido ao controle da Corte Internacional de Justiça e Corte Interamericana de Direitos Humanos. O Poder Judiciário Brasileiro deve, portanto, ao tomar conhecimento de qualquer discussão que verse sobre tratados internacionais, remeter o feito às Cortes competentes.

Comentário

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou do controle de convencionalidade, mecanismo destinado a verificar a compatibilidade das normas e atos internos com os tratados internacionais de direitos humanos incorporados pelo Estado brasileiro. O fundamento constitucional central está no art. 5º, § 2º, da Constituição Federal.

A alternativa A está incorreta, pois o controle de convencionalidade não tem por finalidade verificar se os tratados internacionais estão em conformidade com o ordenamento jurídico brasileiro. O controle é realizado em sentido inverso, isto é, examina-se a compatibilidade das normas internas com os tratados internacionais de direitos humanos que vinculam o Brasil. O parâmetro, portanto, é o direito internacional dos direitos humanos, e não o ordenamento interno utilizado para validar os tratados.

A alternativa B está incorreta, pois o controle de convencionalidade não é atribuição exclusiva do Supremo Tribunal Federal. Assim como ocorre com o controle de constitucionalidade, ele pode ser realizado de forma difusa, no âmbito dos diversos órgãos do Poder Judiciário, quando necessário à solução de um caso concreto. Além disso, a compatibilidade das normas internas com os tratados de direitos humanos também pode ser considerada pelos demais Poderes no exercício de suas respectivas competências, não se tratando de atividade reservada ao STF.

A alternativa C está correta, pois reproduz adequadamente a ideia de que os direitos fundamentais não se limitam ao texto constitucional e podem decorrer dos tratados internacionais de que o Brasil seja parte. É o que estabelece expressamente o art. 5º, § 2º, da Constituição Federal:

“Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.”

Dessa abertura constitucional decorre a possibilidade de realização do controle de convencionalidade, tanto de maneira difusa quanto, observados os mecanismos próprios do ordenamento, de forma concentrada. A obrigação de observar os parâmetros convencionais também alcança os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, cada qual dentro de suas competências institucionais.

A alternativa D está incorreta, pois o controle de convencionalidade não é exercido exclusivamente pelas Cortes internacionais. Há uma dimensão internacional, exercida pelos órgãos jurisdicionais

internacionais competentes, e uma dimensão interna, realizada pelas próprias instituições estatais, especialmente pelo Poder Judiciário. Além disso, o simples fato de uma demanda envolver tratado internacional não impõe sua remessa às Cortes internacionais. O Judiciário brasileiro permanece competente para aplicar e interpretar o direito interno em conformidade com as obrigações internacionais assumidas pelo Brasil.

QUESTÃO 98. Acerca da Teoria Geral dos Direitos Humanos, assinale a afirmativa correta.

a) O §3º do art. 5º da CF menciona a expressão “direitos humanos” para se referir aos direitos previstos nos tratados internacionais. Já em seu Título II destaca os “Direitos e Garantias Fundamentais”, que são aqueles direitos e garantias nela positivados. Isto porque, ontologicamente, não existem diferenças entre os conceitos de “direitos humanos” e “direitos fundamentais”, sendo ambos dirigidos à materialização da dignidade humana. A diferença surge no campo da positivação: enquanto aqueles estão na ordem internacional, estes estão na ordem jurídica interna dos estados.

b) Uma das características mais importantes dos Direitos Humanos é a historicidade. Ela significa que desde o homem primitivo tais direitos, em sua completude, já existiam. Na realidade os Direitos Humanos sempre estiveram presentes, independente do momento histórico vivenciado pelo homem. Mesmo quando não positivados, tais direitos são intrínsecos à existência da Humanidade.

c) Os Direitos Humanos surgiram com a criação da ONU em 1945, pensada em face dos horrores ocorridos na 2ª Guerra Mundial, sendo que a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) é o primeiro grande marco histórico para a concretização de tais direitos, já que antes era impensável se positivar acerca da dignidade da pessoa humana.

d) Várias são as características dos direitos humanos: historicidade; universalidade; relatividade; irrenunciabilidade; inalienabilidade; imprescritibilidade; unidade, indivisibilidade e interdependência. Cada estado define aquela que será o norte de seu ordenamento jurídico interno, podendo adotar as demais como subsidiárias. Alguns países europeus, recentemente, adotaram a universalidade, estabelecendo que os direitos humanos são universais porque são atribuídos a todos os seres humanos, com exceção dos imigrantes que lá vivem.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou da distinção entre direitos humanos e direitos fundamentais, bem como da incorporação dos tratados internacionais de direitos humanos ao ordenamento jurídico brasileiro. A doutrina costuma diferenciar os conceitos principalmente pelo âmbito de positivação: os direitos humanos são reconhecidos na ordem internacional, enquanto os direitos fundamentais são aqueles reconhecidos e positivados na ordem constitucional interna.

A alternativa A está correta, pois estabelece corretamente essa distinção. O art. 5º, § 3º, da Constituição Federal dispõe:

“Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.”

Assim, a Constituição reconhece expressamente a existência de direitos humanos previstos em tratados internacionais e estabelece mecanismo específico para sua incorporação com status equivalente ao de emenda constitucional. Embora direitos humanos e direitos fundamentais possuam a mesma finalidade de proteção da dignidade humana, a distinção tradicional reside justamente no plano de reconhecimento e positivação.

A alternativa B está incorreta, pois a historicidade não significa que os direitos humanos tenham existido, desde o homem primitivo, em sua configuração atual e completa. Ao contrário, essa característica demonstra que os direitos humanos são construções históricas, cujo conteúdo, reconhecimento e mecanismos de proteção foram sendo desenvolvidos e ampliados ao longo do tempo. Portanto, não se pode afirmar que sempre estiveram presentes de maneira completa, independentemente do contexto histórico.

A alternativa C está incorreta, pois é equivocado afirmar que os direitos humanos surgiram apenas com a criação da ONU, em 1945. Embora a Segunda Guerra Mundial e a criação da Organização das Nações Unidas tenham representado marcos fundamentais para a internacionalização da proteção dos direitos humanos, sua construção histórica é muito anterior. A própria Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 constitui importante marco de universalização e sistematização, mas não representa o surgimento absoluto da ideia de direitos humanos ou da proteção da dignidade da pessoa humana.

A alternativa D está incorreta, pois as características dos direitos humanos não são escolhidas discricionariamente por cada Estado como se fossem opções para orientar seu ordenamento jurídico. Além disso, a universalidade significa justamente que os direitos humanos são atribuídos a todas as pessoas, sem discriminações arbitrárias, não sendo compatível com a afirmação de que determinados países possam excluir imigrantes de sua titularidade. A universalidade, portanto, não admite a exceção apresentada pela alternativa.

QUESTÃO 99. Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade. (Art. 1º – Declaração Universal dos Direitos Humanos.) Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança de sua pessoa. (Art. 1º – Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem.) Os Estados-Partes nesta Convenção comprometem-se a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita à sua jurisdição, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social. (Art. 1º – Convenção Americana Sobre Direitos Humanos.) Sobre os sistemas global e regional de proteção dos direitos humanos, assinale a afirmativa correta.

a) A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) é um órgão não autônomo, ligado à Organização das Nações Unidas (ONU), responsável pela promoção e proteção dos direitos humanos no continente americano. Tal organismo atua como órgão consultivo da ONU em

relação aos 35 Estados-membros e como órgão de fiscalização da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH) em relação aos 23 Estados-partes.

b) Os sistemas de proteção de Direitos Humanos são divididos em duas grandes espécies: o sistema onusiano e os sistemas regionais (americano, europeu e africano). No Sistema Regional Interamericano, tem-se a Organização dos Estados Americanos (OEA), sendo a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) o documento mais importante, consagrando o direito material e estipulando mecanismos de proteção destes direitos, ao criar a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

c) O sistema global está hierarquicamente acima do sistema regional interamericano de proteção dos direitos humanos. Tal sistema ocorre com o fito de se evitar conflitos entre os vários instrumentos internacionais.

d) No Sistema Regional Americano de Proteção dos Direitos Humanos, destaca-se como entidade máxima a Organização dos Estados Americanos (OEA), sendo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) o documento de maior importância na região, posto que estipula mecanismos de proteção desses direitos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou dos sistemas global e regional de proteção dos direitos humanos, destacando, de um lado, o sistema universal, estruturado no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), e, de outro, os sistemas regionais, entre eles o Sistema Interamericano, organizado no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA).

A alternativa A está incorreta, pois a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) não é órgão da ONU. Trata-se de órgão da OEA, conforme a própria Convenção Americana sobre Direitos Humanos, cujo art. 33 estabelece:

“São competentes para conhecer dos assuntos relacionados com o cumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados Partes nesta Convenção: a) a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, doravante denominada a Comissão; e b) a Corte Interamericana de Direitos Humanos, doravante denominada a Corte.”

A CIDH possui natureza autônoma no âmbito do Sistema Interamericano e não exerce função de órgão consultivo da ONU.

A alternativa B está correta, pois apresenta adequadamente a divisão entre o sistema global ou universal, estruturado principalmente no âmbito da ONU, e os sistemas regionais, entre os quais se encontram os sistemas americano, europeu e africano. No âmbito americano, a OEA constitui a organização internacional de referência, e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH) é um dos principais instrumentos normativos do sistema, estabelecendo direitos e mecanismos de proteção. A própria CADH prevê, em seu art. 33, a existência da Comissão e da Corte Interamericanas como órgãos competentes para conhecer dos assuntos relacionados ao cumprimento das obrigações assumidas pelos Estados Partes.

A alternativa C está incorreta, pois não existe uma relação de hierarquia entre o sistema global e os sistemas regionais de proteção dos direitos humanos. Eles são sistemas complementares, com diferentes instrumentos e mecanismos de proteção. A existência de sistemas regionais não significa que estes estejam subordinados ao sistema universal, inexistindo uma estrutura hierárquica entre eles nos moldes apresentados pela alternativa.

A alternativa D está incorreta, pois embora a OEA seja a organização internacional de referência do Sistema Interamericano, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 pertence ao sistema global, e não ao sistema regional americano. Além disso, a Declaração Universal estabelece um importante catálogo de direitos, mas não criou os mecanismos institucionais de proteção do Sistema Interamericano. No âmbito regional americano, destacam-se a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, a CIDH e a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

QUESTÃO 100. O Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos consiste em uma política pública permanente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que busca fortalecer a cultura de proteção dos direitos humanos no Poder Judiciário brasileiro. Lançado em abril de 2022, o Pacto está alinhado à Recomendação CNJ nº 123/2022 – marco institucional que orienta a aplicação do controle de convencionalidade e da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) em todas as esferas do Judiciário. (Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/poder-judiciario/relacoes-internacionais>. Acesso em: junho de 2026.)

No que tange ao posicionamento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema dos direitos humanos, assinale a afirmativa correta.

a) No julgamento do HC 171.118, o STF definiu que o art. 8º do Código Penal deve ser lido em conformidade com o art. 14, nº 7, do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e o art. 8º, nº 4, da Convenção Americana de Direitos Humanos, vedando-se a dupla persecução penal por idênticos fatos, salvo se os crimes ocorrerem em jurisdições de países distintos.

b) Com a Súmula Vinculante 25, o STF consolidou que é ilícita a prisão civil de depositário infiel, determinando que apenas as dívidas do depositário judicial e de alimentos são permitidas. O maior fundamento foi o art. 7º, nº 7 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, bem como o art. 11 do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos.

c) A decisão da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.275/DF, julgada em 2018, é um marco dos direitos LGBTQIAP+, ao interpretar o art. 58, da Lei nº 6.015/1973 a partir do Pacto de San José da Costa Rica (artigos 2º, 3º, 7º.1, 11.2, 18 e da Opinião Consultiva nº 24/2017 na CIDH, demonstrando uma interlocução entre o STF e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Assegurou-se às pessoas transgênero de retificarem seu prenome e sexo diretamente no registro civil, dispensando-se a sua submissão a qualquer procedimento hormonal ou cirurgia de transgenitalização para o exercício desse direito.

d) Mesmo antes da promulgação da Emenda Constitucional nº 045/2004 que estabeleceu a nova redação do art. 5º, §3º e §4º, da CF, o STF já possuía entendimento de vanguarda no tocante à hierarquia dos tratados internacionais no ordenamento jurídico brasileiro, os utilizando de

forma corrente em seus acórdãos. Assim, as inovações da EC nº 45 vieram posteriormente a uma valorização constitucional do direito internacional dos direitos humanos já consolidada no seio do STF.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca da proteção dos direitos humanos, especialmente da influência dos tratados internacionais, da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos e da proteção da identidade de gênero. O principal precedente é a ADI 4.275/DF, na qual o STF reconheceu o direito de pessoas transgênero à alteração do prenome e da classificação de gênero no registro civil, independentemente de cirurgia ou tratamentos hormonais.

A alternativa A está incorreta, pois o entendimento firmado no HC 171.118 não estabeleceu a ressalva indicada na alternativa — de que a dupla perseguição seria permitida simplesmente quando os crimes ocorressem em jurisdições de países distintos. O STF reconheceu, no caso concreto, a incidência da garantia contra a dupla perseguição penal por fatos idênticos, interpretando o art. 8º do Código Penal em conformidade com a Constituição e os tratados internacionais de direitos humanos. A Corte destacou que a proibição deve ser respeitada de modo integral, ressaltando-se situação excepcional em que o julgamento estrangeiro seja ilegítimo ou viole direitos humanos.

A alternativa B está incorreta, pois a Súmula Vinculante 25 efetivamente estabelece que

“É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade de depósito”.

Todavia, a alternativa erra ao afirmar que permaneceriam permitidas as prisões do depositário judicial e por dívida de alimentos. A única hipótese de prisão civil por dívida admitida pela Constituição é a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia, nos termos do art. 5º, LXVII, da CF. O fundamento da SV 25 está, entre outros, no art. 7º, item 7, da Convenção Americana e no art. 11 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, tendo o STF reconhecido o caráter supralegal desses tratados de direitos humanos incorporados sem o procedimento do art. 5º, § 3º, da Constituição.

A alternativa C está correta, pois a ADI 4.275/DF, julgada em 2018, constitui importante precedente na proteção dos direitos das pessoas transgênero. O STF deu interpretação conforme a Constituição e o Pacto de São José da Costa Rica ao art. 58 da Lei 6.015/73, reconhecendo aos transgêneros, independentemente de cirurgia de transgenitalização ou tratamentos hormonais ou patologizantes, o direito à substituição do prenome e do sexo diretamente no registro civil. A decisão também reconheceu que a identidade de gênero integra a personalidade e que o direito à igualdade sem discriminação abrange a identidade ou expressão de gênero.

A alternativa D está incorreta, pois apresenta uma inversão histórica quanto à evolução do entendimento do STF. Antes da EC nº 45/2004, a jurisprudência do Supremo não havia consolidado a atual compreensão sobre a hierarquia dos tratados internacionais de direitos humanos. No RE 466.343, julgado em 2008, o STF consolidou a tese de que os tratados e convenções internacionais de direitos humanos incorporados sem o rito qualificado do art. 5º, § 3º, possuem status supralegal, situando-se acima da legislação ordinária e abaixo da Constituição. Posteriormente, a EC nº 45/2004 havia

introduzido justamente o § 3º do art. 5º, prevendo a possibilidade de equivalência desses tratados às emendas constitucionais quando aprovados pelo procedimento qualificado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: vinicius.militao@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreira juridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreira juridica)